

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Maio de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1065 • Director: Carlos Brito

EUROPEIAS PRÉ-CAMPAINHA JÁ ARRANCOU

Págs. 4/5



Em entrevista
por Anabela Fino
Centrais



Luís Sá É preciso mobilizar toda a gente

Um Governo autoritário

• Carlos Luís Figueira

Pág. 18

A vitória do ANC

• Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 21



Dias 14 e 15 na Atalaia

Pág. 25

Portugal: Que futuro?

Pág. 19



Estudantes manifestam-se por todo o País contra as provas globais

RESUMO

4 Quarta-feira

Luis Sá afirma em Évora que "continua a faltar um modelo de desenvolvimento a Portugal para enfrentar o Mercado Único" ■ O PSD rejeita o pedido de inquérito parlamentar do PCP à privatização da Rede Nacional de Abate ■ Pacheco Pereira produz um violento discurso no Parlamento para analisar o caso das investigações a dois magistrados na Madeira ■ Um milhão de pessoas presta em São Paulo a última homenagem a Ayrton Senna ■ O Parlamento Europeu vota por larga maioria a adesão da Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia à União Europeia ■ Um grupo de 200 palestinianos é libertado após a assinatura do documento do Cairo entre israelitas e palestinianos ■ A Liga Norte declara que só integrará o próximo governo italiano se lhe for confiada a pasta do Interior ■ Demite-se o ministro da Agricultura espanhol.

5 Quinta-feira

Estudantes do Secundário movimentam-se em todo o País em acções de protesto contra as provas globais ■ A Assembleia da República aprova a Lei da Amnistia ■ Jorge Miranda afirma, em entrevista ao "DN", que a falada revisão constitucional ordinária de 1994 "é inconstitucional" ■ PCP e PS anunciam a apresentação de pedidos de inquérito parlamentar separados ao processo de privatização da Rede Nacional de Abate ■ Os prognósticos das eleições locais na Grã-Bretanha, realizadas na véspera, apontam para uma derrocada do Partido Conservador ■ Berlusconi continua sem conseguir formar governo.

6 Sexta-feira

Provenientes de todo o País, professores manifestam-se em Lisboa exigindo uma "nova política educacional" ■ Portugal e Indonésia realizam em Genebra mais uma ronda de conversações sobre Timor-Leste ■ Eurico de Melo, cabeça de lista do PSD às europeias, anuncia a sua recusa em participar em debates a quatro na Televisão ■ Encerra, na Fundação Calouste Gulbenkian, o Congresso Português de Cardiologia ■ Depois de uma extraordinária vitória eleitoral, traduzida em 62,65 por cento dos votos, o ANC anuncia o novo governo do qual farão parte 18 ministros seus, seis do Partido Nacional e três do Inkhata ■ José Maria Aznar, líder da principal força de oposição espanhola, pede a demissão de Felipe Gonzalez ■ Helmut Schmidt regressa ao SPD alemão ■ Delegações do governo angolano e Unita concluem agenda negociada em Lusaca.

7 Sábado

Em Conferência Nacional, promovida pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, os participantes alertam para a carência de recursos humanos, o vínculo precário, a desmotivação e a instabilidade ■ Miguel Beza desmente ter apresentado qualquer pedido de demissão do cargo de governador do Banco de Portugal ■ O líder socialista espanhol Felipe Gonzalez, em deslocação pela Andaluzia, é fortemente contestado em Sevilha por trabalhadores que o assobiam e insultam ■ Sondagem revela que dois em cada cinco suecos estão contra a adesão do seu país à União Europeia ■ Demite-se o ministro da Justiça do Japão.

8 Domingo

Inicia-se na FIL, em Lisboa, o Congresso "Portugal: Que futuro?", com a participação do Presidente da República, que considera, no seu discurso o presente momento nacional como "complexo e de grande angústia" ■ O primeiro parlamento multiracial sul-africano reúne-se para eleger o primeiro presidente negro da história do país, Nelson Mandela ■ Forças nortistas prosseguem no Iémen uma ofensiva em várias frentes contra posições de forças do Sul ■ Uma manifestação em Moscovo assinala o 49º aniversário da vitória soviética sobre a Alemanha nazi ■ Primeiros resultados das eleições húngaras dão a vitória clara aos ex-comunistas ■ As primeiras eleições livres no Panamá após a invasão americana dão a vitória ao candidato do Partido Revolucionário democrático, Ernesto Valladares.

9 Segunda-feira

O Congresso "Portugal: Que futuro?" prossegue no seu segundo dia de trabalhos ■ Alunos do 10º ano boicotam as aulas na Madeira em protesto contra as provas globais ■ Nelson Mandela, no seu primeiro discurso à nação, afirma que a transição do "apartheid" para um sistema democrático é "uma vitória de todo o povo da África do Sul" ■ Responsáveis da OLP reúnem-se em Gaza com palestinianos da administração militar israelita para preparar a transferência de poderes civis.

10 Terça-feira

Encerram trabalhos do Congresso "Portugal: Que futuro?", com a proposta de um novo encontro em 1999 ■ Projecto de lei do Acordo de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa é votado na Câmara de Deputados do Congresso Nacional do Brasil ■ No seu discurso de investidura como Presidente da África do Sul, Nelson Mandela aponta como prioridade do novo Governo a criação de condições para uma "paz justa, total e durável" ■ Um primeiro contingente de 150 polícias palestinianos entra na Faixa de Gaza.

Prioridade às Europeias!

Estamos precisamente a um mês das eleições para o Parlamento Europeu.

A situação política tem-se densificado e complexificado e em algumas frentes está a intensificar-se a luta que tem por objectivo combater e contrariar a política do Governo de direita.

Vivemos num quadro de desafios e riscos, mas também de oportunidades e perspectivas positivas.

Por isso mesmo é que é importante não perder o pé e definir claramente as prioridades.

Ora, as eleições para o Parlamento Europeu, pelo seu significado próprio, pela sua repercussão na situação política geral, pelas suas dificuldades e pela sua proximidade, tornam-se, necessariamente, a direcção prioritária de trabalho para os comunistas e os seus aliados na CDU.

Ao falarmos de densificação e complexificação da situação política pensamos muito especialmente no Congresso "Portugal: Que futuro?", cujos trabalhos encerraram na passada terça-feira.

O Congresso constituiu uma manifestação da vontade de intervir e da capacidade de participar que, mau grado os desencorajamentos oficiais, continua forte em importantes sectores da sociedade portuguesa.

Foi desta ampla participação, ultrapassando largamente as trezentas e tal comunicações anunciadas, que resultou um detalhado diagnóstico da gravíssima situação que o país se defronta nos domínios da vida económica, social, cultural e política e um severo requisito contra a política do Governo.

Os trabalhos do Congresso ilustraram e aprofundaram a ideia lançada pelo Presidente da República: "Encontramo-nos numa encruzilhada: com incertezas, perplexidades e incógnitas em aberto. Porventura, como nunca antes do 25 de Abril."

Foi por igual amplamente confirmada a necessidade de uma nova política, salientada e defendida na mensagem que Carlos Carvalhas dirigiu ao Congresso.

A grande questão não respondida, porque saía claramente do âmbito adoptado pelo Congresso, é a de como implementar uma nova política.

É claro que só é possível fazê-lo no quadro de uma alternativa democrática, onde os comunistas tenham participação e influência.

O Congresso mostrou mais uma vez que existem as forças necessárias à alternativa democrática. O que falta é a vontade política para convergir. Não é aos comunistas, como mais uma vez se observou, que essa falta pode ser assacada. Os comunistas trabalham e trabalharão convicta e perseverantemente com esse objectivo.

É, também, muito importante contrariar ideias e posicionamentos que de qualquer forma possam acalentar os preconceitos contra os partidos que a ditadura e as forças da reacção tão intensamente cultivaram no nosso país.

A viragem democrática de que Portugal carece é com os partidos democráticos que tem que se fazer.

Ora, as eleições para o Parlamento Europeu, pelo seu significado próprio, pela sua repercussão na situação política geral, pelas suas dificuldades e pela sua proximidade, tornam-se, necessariamente, a direcção prioritária de trabalho para os comunistas e os seus aliados na CDU.

Entretanto, um dos sinais da importância do Congresso «Portugal: Que futuro?» é o embaraço que ele provocou no estado-maior do PSD que não sabe se há-de fingir que o ignora, como fez Cavaco Silva, ou partir à desfilada para a guerrilha institucional, como fazem outros dirigentes laranja.

Quando falamos, atrás, da intensificação da luta em algumas frentes pensamos sobretudo na luta social e na luta dos estudantes.

No terreno da luta social, os trabalhadores e sindicatos lançam-se na preparação da jornada de luta de 19 de Maio.

Reafirmando as grandes reivindicações concretas que vêm de trás pelos salários, pelo emprego, pela contratação colectiva, pelo direitos e pela segurança social, os trabalhadores sabem que estas reivindicações só podem ser cabalmente satisfeitas no quadro de uma nova política e por isso a incluem entre os seus grandes objectivos de luta.

A mais de uma semana da data fixa-

da para a jornada já estão convocadas algumas greves, concentrações e manifestações e estão marcados múltiplos plenários e outras reuniões com base nas empresas, outros locais de trabalho e nos próprios sindicatos para a definição das formas de luta a adoptar.

A jornada reveste uma grande importância para os trabalhadores nela empenhados, mas tem um interesse geral para o nosso povo e o nosso país, por desmascarar e pôr em cheque de uma maneira frontal a verdadeira política do Governo de Cavaco Silva.

Também reveste uma grande importância a luta estudantil que experimentou uma intensa agudização nos últimos dias, com a luta do superior em torno da acção social escolar e com, sobretudo, as lutas do secundário em torno das chamadas "provas globais".

Sejam quais forem as decisões que o Governo venha a tomar tanto em relação às reivindicações dos estudantes do secundário como às do superior, as acções desenvolvidas constituem grandes machadadas na demagogia governamental em relação à juventude.

Mas como o Governo se mostra, num caso e noutro, absolutamente incapaz de dialogar, o que é certo é que a luta vai prosseguir aprofundando o fosso que separa os estudantes do Ministério, o que repete a história de todos os governos de Cavaco Silva.

É por isso muito importante que os estudantes possam reconhecer que é junto dos partidos da oposição (como acontece notoriamente com o PCP e JCP) que encontra compreensão para os seus protestos e apoio para as suas lutas.

É neste quadro de importantes processos que não podem deixar de ser acompanhados, que se torna imperioso concentrar esforços e imaginação no desenvolvimento da pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu.

A mobilização do eleitorado constitui uma tarefa ainda mais importante em face do desastroso calendário eleitoral que o Governo aceitou e que fixa as eleições a meio da «ponte» de 10-13 de Junho.

Como diz Luis Sá, na entrevista que publicamos no presente número do nosso jornal: «Há um dever cívico e a necessidade política de votar e, designadamente, de votar na CDU.»

É este dever e esta necessidade de votar CDU que um intenso trabalho de contacto com a população laboriosa e a generalidade do eleitorado deve tornar claro nestes dias que nos separam de 12 de Junho.

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sá de Miranda 100
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sá de Miranda 100 — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Henka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A corrupção da democracia

A corrupção grassa por todo o mundo capitalista.

Desenvolve-se tão correntemente e atinge tais proporções que começa a perder o carácter de anormalidade para se afirmar como uma das essenciais características inerentes ao sistema.

A interpenetração entre o grande capital e o Estado não determina apenas as políticas e as opções por este seguidas, em detrimento dos interesses das outras classes sociais. Parece constituir, também, o caldo de cultura que incita à fraude e à cobrança criminosa de vantagens, pessoais e partidárias, da parte de quem governa. É o ciclo vicioso da degeneração e da corrupção da própria democracia.

A experiência demonstra que esta situação não tem sido significativamente alterada (e em alguns países foi alterada para pior) quando partidos social-democrata ou socialistas assumiram a responsabilidade de governar como diligentes gestores do capitalismo.

A última década tem sido particularmente severa a este respeito, testemunhando o afundamento nos maiores escândalos financeiros e políticos de experiências governativas destes partidos.

Depois dos escândalos que avassalaram a Grécia, a França, a Itália, é agora a Espanha, há doze anos governada pelo PSOE, que é sacudida pela revelação das vagas de corrupção que atingem as mais altas instâncias do Estado.

Na sequência das prisões do ex-director do Banco de Espanha e do ex-presidente da Bolsa de Madrid, do mandato de captura contra o director-geral da Guarda Civil que fugiu para parte incerta, das demissões de ministros e deputados, é o próprio presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzalez, que é visado pelas suspeitas, como aconteceu no debate das Cortes.

O enriquecimento fulminante da elite governante e das clientelas do PSOE assentava, como agora se vê, em estratégias criminosas desenvolvidas com a cumplicidade das autoridades.

Este enriquecimento fácil constitui um insulto ainda maior ao povo espanhol por se verificar num país arruinado pela crise e com 22 por cento de desempregados.

O que é especialmente grave é que a indignação e a revolta dos espanhóis não visam apenas o PSOE, os seus governantes e dirigentes, mas voltam-se também, contra as instituições democráticas.

E que a corrupção é sempre funesta para a democracia, como se vê por toda a parte, especialmente agora na Itália. Mas pode ainda ser mais funesta se os culpados se reclamam da esquerda, como acontece em Espanha.

O PS, que faz parte com o PSOE e os partidos socialistas da Grécia, da Itália e da França do chamado Partido Socialista Europeu, no quadro do qual está a concorrer às eleições ao Parlamento Europeu, tem boas razões para reflectir sobre a experiência espanhola e talvez não fosse descabido dar a propósito alguns esclarecimentos ao povo português.

Mas a experiência espanhola vale também para que se reforce a vigilância sobre a governação do PSD sozinho, quase a completar 9 anos, influenciada por ávidas clientelas, dominada pela ideia da impunidade, inclinada para o abuso do poder e a liquidação de todas as formas de fiscalização, e envolvida, ela também, em notórios casos de corrupção, como entre outros, do Ministério da Saúde.

Vigilância que tem de ser mesmo muito reforçada quando se ouve Cavaco Silva apelar para uma terceira maioria absoluta.

■ Carlos Brito

Os parvos, as ordens e os espantalhos

O Primeiro-Ministro que aturamos há nove anos não pára de nos oferecer elementos para desvendar a sua verdadeira personalidade, designadamente nas ocasiões em que as suas palavras correspondem ao que lhe vai na alma e na maneira de ser.

Vem isto a propósito de o Primeiro-Ministro ter declarado na passada segunda-feira desconhecer o discurso feito pelo Presidente da República na manhã do domingo anterior no Congresso «Portugal: que futuro?» porque tinha «passado todo o dia com a família no Pulo do Lobo, perto de Mértola».

É mais que certo que, com esta esfarrapada justificação, Cavaco Silva pretendia ostentar uma olímpica indiferença e um soberano desprezo pelo discurso de Mário Soares e pela iniciativa onde foi produzido.

A verdade porém é que só conseguiu confirmar que Portugal tem um Primeiro-Ministro que julga os portugueses um bando de parvos.

Na mesma ocasião, Cavaco Silva também afirmou: «tenho dado ordens ao meu partido para que todos ajudem ao dr. Mário Soares a terminar com grande dignidade o seu mandato».

É mais que certo que, com tal afirmação, Cavaco Silva pretendia dar ares de bom samaritano e insinuar que é tão dono da vida política que até dele depende a dignidade do termo de mandato do Presidente.

A verdade porém é que, numa insuperável forma de assinalar o 20º aniversário do PSD, só conseguiu confirmar que, mais do que líder, se considera o Chefe que vê os outros dirigentes e militantes do PSD como um bando de disciplinados executantes da sua iluminada e despótica vontade.

Logo um dia depois, na assinatura de um protocolo para a criação do «Centro de Informação Jacques Delors», Cavaco Silva disse esperar que «o Centro fique em aberto em primeiro lugar aberto a políticos», uma vez que deles tem «ouvido tantos disparates e tantas inverdades sobre a União Europeia».

É mais que certo que Cavaco Silva, com tal afirmação, pretendia continuar a espingardear em relação aos seus adversários políticos. Mas, em si mesma, a ideia é boa e passará a óptima se incluir uma absoluta prioridade de acesso para o próprio Cavaco Silva, os seus «ajudantes» no Governo e os que cumprem as suas ordens na lista para o Parlamento Europeu.

É que, nesse «Centro de Documentação», encontrará seguramente Cavaco Silva muita informação a demonstrar, por exemplo, as muitas décadas que, pelo ritmo actual, Portugal demoraria a alcançar «o pelotão da frente» pondo em evidência os «disparates» e «inverdades» que tem debatido sobre o assunto.

E o secretário de Estado, Vítor Martins, que aproveitou a cerimónia para invectivar os que «agitam o espantalho do federalismo», até devia receber uma chave para ter acesso a qualquer hora da noite àquele Centro de Documentação. Pedindo e consultando as actas do debate realizado no Parlamento Europeu em 7.4.1992, procurando a página 97, o senhor Secretário de Estado teria o grato ensejo de apanhar retrospectivamente o distinto socialista Jacques Delors em flagrante delito de «agitação» de «espantalhos», ao manifestar a sua plena concordância com a ideia de que «Maastricht representou um passo em frente, embora insuficiente, em direcção a uma união europeia de tipo federal» (sic).

■ Vítor Dias

Os decretos e a vida

É conhecida a prática do decreto imperativo instituída pela generalidade da Comunicação Social Portuguesa. O método utilizado é simples: dezenas de teóricos e analistas encartados viram as suas baterias, em simultâneo, para determinada matéria sobre a qual decidem e mandam publicar a conclusão que, em cada momento, mais lhes interessa concluir.

As conclusões publicadas, sempre resultantes do ajustamento da realidade aos seus desejos pessoais e/ou aos desejos de quem lhes paga, limitam-se, regra geral, a traduzir textos semanais ou meses antes difundidos nos órgãos de comunicação social de outros países da Europa ou dos EUA.

O decreto da vitória definitiva do capitalismo e do consequente fim da História, fim do Comunismo e morte e funeral do PCP é um dos exemplos dessa prática.

Outro exemplo tem a ver com as conclusões a que chegaram os teóricos e analistas de serviço quanto à «juventude de hoje», «demonstrando» pomposamente o seu «amorfismo», o seu «desinteresse total pela vida política e partidária», a sua «apatia» face aos problemas do País e do Mundo.

Terceiro exemplo é o da ampla difusão das «demonstrações» da inutilidade da luta de massas, da «cada vez mais reduzida» fatalista às «novas realidades».

Esqueceram-se estes teóricos e analistas que uma coisa são os seus desejos e outra coisa é a realidade.

E aí temos a contestação anticapitalista a ganhar cada vez maior força e amplitude em todo o Mundo, temos os ex-partidos comunistas do leste europeu a saírem vitoriosos em praticamente todos os países; e aí temos o PCP num momento de claro ascenso da sua influência, prestígio e capacidade de intervenção; e aí temos os estudantes do superior a manifestarem o seu protesto e as suas exigências; e aí temos uma das maiores, ou talvez a maior, manifestação de sempre dos jovens do secundário; e aí temos centenas de milhar de trabalhadores de todos os sectores

de actividade a demonstrarem em crescendo que a luta não só é necessária mas vale a pena e é indispensável.

Ou seja: desligados da vida e do país real, encerrados nos seus gabinetes, de olhos e ouvidos fechados ao que se passa no país e no Mundo, esses teóricos e analistas de serviço à nova ordem continuam e vão continuar a escrever, a traduzir, a decretar.

Entretanto, e para mal dos seus pecados, a Vida «com a sua presença viva», passa-lhes ao lado e responde aos seus decretos com um sã e sonora gargalhada.

Isto é: a vida continua. E a luta também. Tenham paciência.

■ José Casanova

GATT a bofe

Dia 15 de Abril último, à sombra aprazível das palmeiras de Marraquexe, os representantes de 122 países assinaram a acta final do Uruguay Round do GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que se iniciara sete anos antes. São 15 diplomas com 22 000 páginas repletas de normas. Mas valeu a pena. Com tantas boas regras, assim é que vão poder-se aprofundar e ampliar ainda mais as «livres» trocas mundiais, promover a produção, o emprego, o desenvolvimento, o bem-estar em todo o mundo. Só de agora até ao ano 2000 o comércio mundial irá crescer mais 213 a 274 mil milhões de dólares. Para benefício de todos e maior glória do capitalismo.

A mentira é por de mais. Com o GATT, já desde 1960 até hoje, o comércio mundial se multiplicou 5 vezes - e prosperaram exponencialmente as grandes empresas transnacionais que controlam 60% desse comércio. Mas nem por isso se evitaram as crises de sobreprodução capitalista, com o crescimento em flecha do desemprego e o alastrar imparável da pobreza nas entranhas dos próprios países mais ricos. E nos países pobres mergulharam-se mais de mil milhões de seres humanos na negra miséria, fome, doença, regressão social absoluta. O sacrossanto liberalismo capitalista reinante está a lançar a humanidade numa intolerável crise de civilização no limiar do terceiro milénio.

Vozes várias de representantes do Terceiro Mundo referiram-se a este novo acordo do GATT dizendo que ele foi «concluído entre as grandes potências», «fomos marginalizados nestas negociações», «tívimos que suportar a arrogância dos nossos parceiros», «vamos para a guilhotina» (*Tribune Desfossés*, Paris, 17/12/93). De facto, os maiores perdedores desta barganha foram os países subdesenvolvidos, em particular os de África. Mas também os trabalhadores e povos dos próprios países desenvolvidos, nomeadamente da Europa, a qual, representada pela Comissão de Bruxelas, capitulou vergonhosamente perante os EUA em capítulos essenciais. O ultraliberalismo do Tratado de Maastricht oblige.

Incontestavelmente, o maior ganhador foi a América do Norte. Por isso se compreende que Bill Clinton possa ter cantado vitória horas antes da conclusão do Uruguay Round: «É uma vitória histórica nos nossos esforços para abrir os mercados estrangeiros aos produtos americanos». Um mês antes, já Bill Clinton proclamara: «O GATT vai ajudar-nos a reafirmar a liderança americana na economia global». Conseguido o que queria na data por si imposta, trata-se agora de usar a OMC - Organização Mundial do Comércio, filha do GATT, para explorar a fundo a «vitória histórica» da «liderança americana». O alto representante dos EUA na assinatura do acto final de Marraquexe, Mickey Kantor, já aí anunciou a sua intenção de se ingerir ainda mais na soberania de cada Estado: «Vamos cada vez mais ter que tratar de questões ligadas às políticas internas uns dos outros» - salvo dos EUA, claro, que esses mantiveram intactos os seus todopoderosos instrumentos proteccionistas.

Como GATT a bofe, o imperialismo dos EUA apresta-se para abocanhar o mundo inteiro. Só que há os gatarões de outras potências imperialistas que não estarão pelos ajustes. E sobretudo os trabalhadores e os povos que não vão deixar-se devorar passivamente. Razão tem um dos co-signatários da acta final da «guerra dos 7 anos do GATT» em Marraquexe para preannunciar: «A verdadeira guerra começa agora.»

C.A.I.

Pré-campanha já começou Pelo progresso de Portugal numa Europa de cooperação

Começou a pré-campanha da CDU - Coligação Democrática Unitária - para as próximas eleições de 12 de Junho para o Parlamento Europeu. Os candidatos da coligação começaram já a participar num elevado conjunto de iniciativas. Luís Sá, cabeça de lista da CDU, para além de participar em diversas reuniões, esteve na quinta-feira passada num colóquio organizado pela SEDES do Porto com outros candidatos de outros partidos, tendo sexta-feira participado em Lisboa em debates temáticos: um sobre Defesa Nacional e outro sobre o Tratado de Maastricht. No sábado, o candidato deslocou-se à ilha da Madeira onde esteve no Encontro Regional da CDU, voltando ao Continente para participar no Congresso «Portugal: Que futuro?».

«Pelo Progresso de Portugal, numa Europa de cooperação» é o lema genérico da campanha da CDU, para a qual os diversos candidatos têm repetidamente, nestas primeiras iniciativas em que intervêm, apelado à participação empenhada de todos os militantes e simpatizantes



dos partidos que integram a coligação.

Para além de Luís Sá, também os outros candidatos da CDU que ocupam os primeiros lugares das listas empenharam-se, já no fim-de-semana passado, em diversas iniciativas de pré-campanha.

Foi o exemplo do eurodeputado Sérgio Ribeiro, que esteve em Belmonte, localidade do distrito da Guarda onde a indústria têxtil assume particular importância no contexto socioeconómico da região, para participar num colóquio que abordou as consequências do acordo do GATT nos lanifícios e vestuário. Sérgio Ribeiro teria oportunidade para relembrar as posições da CDU na matéria, bem como, em termos de Parlamento Europeu, o que foi feito pelos deputados comunistas. A demissão do Governo de defesa dos interesses portugueses na matéria e o papel nefasto para Portugal desempenhado pela Comunidade, como elemento negociador no GATT em representação dos doze países da CEE, foram factos igualmente referidos num debate que teve igualmente a participação de António Lopes, Armando Moraes, Manuel Freitas, Carlos Vale, Luís Garra e do Prof. Dr. Luís Lourenço.

Por seu lado, o também deputado no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda da Silva, esteve, como candidato,

Honório Novo, em Gaia Por uma Comunidade solidária

A pré-campanha eleitoral da CDU para as eleições europeias foi inaugurada em Gaia na tarde de sábado passado, numa sessão que contou com a presença do candidato da coligação ao Parlamento Europeu, Honório Novo, que esteve na Associação de Socorros Mútuos Vilanovense onde foi divulgado que Alberto Andrade aceitou ser o mandatário da candidatura para o concelho de Vila Nova de Gaia.

Nesta sessão, Honório Novo proferiu uma intervenção onde diria que «o Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia, subscrito pelo Governo Português, aprovado de cruz pelo PS, PSD e CDS no Parlamento Europeu, e ratificado pelos mesmos partidos na Assembleia da República, é a causa primeira da crise económica e social que se vive em Portugal».

«A União Económica e Monetária — um dos objectivos do Tratado de Maastricht — passou a impor a vigilância e o "exame prévio" da economia nacional e do Orçamento do Estado Português, estabelecendo programas e critérios de convergência supranacionais por forma a criar as condições para uma política monetária centralizada a partir de um Banco Central Europeu, que substitua as funções hoje atribuídas ao Banco de Portugal, emitindo uma moeda única, isto é, o marco alemão com a "alcaunha de ECU"», disse o candidato da CDU.

Mais adiante, Honório Novo referiu que «o Tratado de Maastricht pretende alcançar a criação de um sistema policial europeu dotado de serviços de informações supranacionais, projectado sem qualquer controlo jurisdicional eficaz, nem fiscalização parlamentar».

«Enquanto se corre a velocidade de cruzeiro para o banco central e a moeda única, enquanto se impõem multas e sanções aos Estados membros que não combatam a inflação ou que ultrapassem os valores impostos para o défice orçamental, enquanto se ameaça quem não mantiver e diminuir salários, criar disponíveis e cortar nas despesas, as questões sociais têm travões às quatro rodas ou estão em marcha atrás», sublinhou, Honório Novo que acusou o PS e o PSD de impedirem «que na altura da aprovação do Tratado de Maastricht o Povo Português tivesse conhecimento profundo e pormenorizado do seu texto» e que «o Povo português o debatesse de uma forma transparente, conhecesse as suas implicações e as suas consequências».

«O PS e o PSD são responsáveis por terem atribuído um atestado de menoridade cívica ao Povo português, tendo rejeitado, junto com o CDS, as propostas do PCP para viabilizar um grande debate nacional e um referendo sobre Maastricht», disse.

Em contraponto, o orador lembrou que «o PCP e a CDU desde sempre se manifestaram contra os aspectos liberais de convergência financeira, contra as transferências de soberania, desde sempre se manifestaram pelo reforço das questões sociais ligadas à defesa do emprego, dos salários e à convergência real das economias pelo reforço dos fundos e alteração dos critérios da sua aplicação.»

As posições da CDU

Sobre as propostas da CDU para estas eleições, Honório Novo destacou as seguintes:

«A CDU defende em primeiro lugar que o Tratado de Maastricht seja revisto por forma a corresponder a uma inversão da política, orientações e prioridades da Comunidade Europeia.

«As questões sociais deverão passar a ter papel de primeiro plano e assumir a dignidade de uma verdadeira política da Comunidade em todos os aspectos, designadamente nos que se prendem com a aproximação real dos níveis de vida, a melhoria da situação das mulheres e da juventude, a redução dos horários de trabalho sem prejuízo de direitos e níveis salariais.

«Propomos a revisão dos termos e dos prazos relativos à União Económica e Monetária, abandonando as políticas de convergência financeira nominal e defendendo o crescimento económico e o emprego.

«Portugal deve negociar ou impor cláusulas de exclusão da aplicação do Tratado tendo em conta o atraso relativo da nossa economia e a necessária manutenção de regimes especiais de adaptação e modernização. Em termos imediatos impõe-se uma reforma da Política Agrícola Comum para atender à especificidade da produção nacional e à garantia de manutenção de níveis mínimos de auto-abastecimento.

«Impõe-se orientar a política de defesa prevista no Tratado de Maastricht para uma relação claramente interestadual, privilegiando a cooperação autónoma e rejeitando a actual concepção de subordinação supranacional.

«Impõe-se impedir que em matéria de defesa, bem como na da cooperação judiciária e policial possa ser imposto — como alguns advogam — o voto maioritário para obrigar os estados membros à adopção de decisões contrárias aos seus interesses.

«Importa denunciar e lutar contra as tendências federais de fazer aprovar uma Constituição Europeia pelo Parlamento Europeu, fazendo de conta que este é uma Assembleia Constituinte, impedindo que os Estados membros deixem de ser donos das suas competências e contribuindo para o esvaziamento dos parlamentos nacionais. Pelo contrário, há que assegurar que a Assembleia da República tenha possibilidades de intervenção muito mais vastas nas questões comunitárias.

«Importa impedir que sejam postos em prática tendências para pôr em causa a Presidência rotativa da Comunidade Europeia entre todos os países, atribuindo-a apenas aos países mais poderosos, e, para pôr em causa a utilização da língua portuguesa como língua de trabalho e mesmo para tentar alterar a ponderação do número de votos de cada país com maior favorecimento dos grandes países».

«A CDU considera por fim inaceitável que uma posição negociável de Portugal que tenha em conta a situação específica da nossa economia e das suas regiões implique a perda de fundos comunitários e que só uma posição seguidista e subserviente que tem caracterizado o posicionamento do PSD e os aplausos do PS e do CDS, seja possível de os garantir. A Comunidade só pode funcionar numa base de solidariedade e de respeito pelas situações específicas e mais desfavorecidas das diversas regiões e países», concluiu.

Lançamento de livro

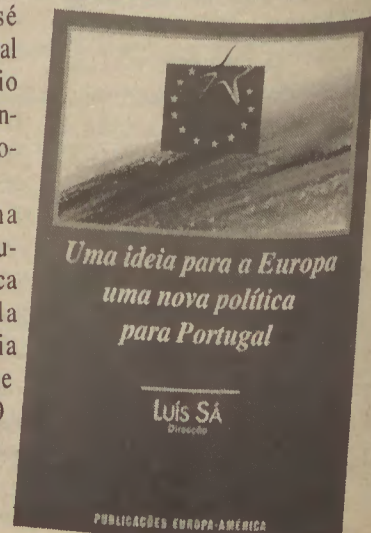
Uma ideia para a Europa, uma nova política para Portugal

«Uma ideia para a Europa, uma nova política para Portugal» é o nome de um novo livro elaborado sob a direcção do cabeça de lista da CDU às próximas eleições europeias que inclui textos do próprio Luís Sá e de Joaquim Miranda da Silva, Sérgio Ribeiro (eurodeputados comunistas e candidatos pela CDU), Ana Serrano (do gabinete de apoio aos eurodeputados do PCP) e José Barata-Moura (também actual eurodeputado e mandatário nacional da lista da CDU candidata ao próximo acto eleitoral).

O livro foi incluído na colecção «Estudos e Documentos» da Europa-América e foi lançado na passada segunda-feira na Livraria Barata, em Lisboa, perante numerosa assistência. O editor, Lyon de Castro, fez uma apresentação da obra, seguindo-se intervenções

de Luís Sá e Miranda da Silva que explicaram algumas das linhas de orientação do seu conteúdo.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, entre outras personalidades de vários quadrantes da vida política e intelectual do país, estiveram presentes nesta apresentação do livro agora disponível para o grande público.





Luís Sá esteve em Lisboa num debate sobre o Tratado de Maastricht

a participar no fim-de-semana em várias iniciativas ligadas às áreas da agricultura e pescas. Uma sessão pública sobre a matéria decorreu no sábado em Leirosa, dia em que, na Figueira da Foz, Miranda da Silva esteve num debate sobre as eleições europeias. No dia seguinte, o candidato da CDU participou na Junta de Freguesia de Buarcos num colóquio intitulado «Que futuro para as pescas no quadro da União Europeia?», após o que esteve num almoço-convívio no Centro Recreativo e Associativo de Santo Amaro da Boiça.

Chaves

Ontem, o eurodeputado deslocou-se ao distrito de Vila Real com a sua agenda a indicar presença na feira de Chaves, durante a manhã, para contactos com a população, em acção que teria a companhia de membros da Comissão Concelhia de Chaves do PCP e do deputado municipal comunista José Grilo. Durante a tarde, Miranda da Silva tinha encontros com diversas entidades do concelho de Chaves e um encontro com a comunicação social local.

No final do dia, estava marcada uma sessão pública numa escola primária de Chaves, onde interveio Virgílio Alves, professor na universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, igualmente candidato para o Parlamento Europeu.

Também ontem, em Lisboa, seria apresentada publicamente a caravana da CDU que vai correr o país, onde se inclui um palco móvel que servirá de ponto de animação das iniciativas da coligação.

O Tratado de Maastricht

As consequências do Tratado de Maastricht para os

portugueses foram tema de discussão numa sessão organizada pela DORLisboa do PCP, na sexta-feira passada, que se iniciaria com uma intervenção de Luís Sá, onde o cabeça-de-lista da CDU às eleições de 12 de Junho inumeraria alguns dos efeitos negativos para Portugal do actual conteúdo do Tratado da União Europeia em áreas tão diversas como a económica, social, policial ou relativas a questões de soberania.

Esta última, a par das questões económicas, seria aliás a temática mais vezes levantada no período de debate, indicadora de preocupações nesta matéria que levaram Luís Sá a dar exemplos de áreas em que não há posições contraditórias de muitos partidos portugueses e cujo conhecimento no nosso país é deficiente: «uma das propostas que está em cima da mesa, e que faz parte, por exemplo, do programa eleitoral do Partido Socialista Francês, é a de criar o cargo de Presidente da República Europeia, substituindo o princípio da presidência rotativa. Outro proposta é a de reduzir radicalmente o número de línguas de trabalho na Comunidade, ficando, eventualmente, apenas o alemão, o francês, o italiano e, talvez, o espanhol».

A alteração das matérias a aprovar por unanimidade ou simplesmente por maioria foi outro dos muitos temas abordados nesta sessão, onde se falou da alteração de forças relativas que significa a concretização do alargamento da Comunidade a países do norte da Europa.

A hipocrisia dos outros partidos, agora em período de campanha eleitoral a surgirem como pretensos paladinos da defesa dos interesses portugueses, quando no Parlamento Europeu tantas vezes se subordinaram aos interesses do grupo europeu a que pertencem, foi outra das denúncias deixadas durante a discussão ocorrida nesta iniciativa.



Os deputados comunistas e a comunicação social

A propósito da questão dos têxteis discutida no Parlamento Europeu - de importância fundamental para o País - Joaquim Miranda, em nome dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, enviou ao director de Informação da Rádio Televisão Portuguesa e ao director do jornal Público um veemente protesto - que a seguir se transcreve - pela discriminação (mais uma) de que os mesmos foram alvo por parte daqueles dois órgãos de comunicação social, numa altura em que se vive um período de pré-campanha eleitoral para aquele órgão comunitário.

«No final da votação do relatório sobre as directrizes para a modernização das indústrias dos têxteis e do vestuário em Portugal, entendeu a RTP /o Público ouvir apenas representantes do PSD e do PS.

«Esta escolha, com a exclusão dos deputados do PCP, justifica o nosso veemente protesto. Porque se trata de critério político e não jornalístico; porque se bipolarizou uma questão em que a nossa intervenção foi decisiva e pautada pela defesa intransigente do interesse nacional.

«Não só durante o processo, ao nível das comissões, tivemos interveniente papel (vejam-se as propostas de emendas nossas que foram adoptadas no relatório Fitzgerald), como no plenário, nas votações, a nossa posição foi clara e determinante como as actas com os resultados das votações nominais o mostram a quem faça uma fácil e imediata consulta. Votámos as propostas de emendas que tiveram valimento, num caso contra o voto expresso pelos deputados do PSD e em dois outros contra os votos dos deputados do PS; votámos, coerentemente, a resolução final que não teve, aliás, qualquer voto contra.

«Esta deliberada exclusão dos deputados do PCP quando órgãos de comunicação social

Luís Sá esteve a semana passada, dia 4, de visita ao concelho de Évora, numa estada que incluiu o contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal de Évora, uma visita à Universidade de Évora, à sede do Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos e da União dos Sindicatos do distrito. No final, ocorreu um encontro com a comunicação social da região e com alguns quadros do PCP.

Visita a Évora A defesa dos interesses do nosso povo

Na cantina da Câmara Municipal, onde decorreu o encontro com os trabalhadores, Luís Sá, que durante toda a visita ao concelho foi acompanhado por Raimundo Cabral, responsável pela DOREV do PCP, e Eulália Miranda, do Comité Central do Partido, proferiu uma intervenção na presença do presidente do executivo da edilidade, Abílio Fernandes, e dos vereadores Jorge Rebeca e Jorge Pinto.

Durante a visita à Universidade de Évora, Luís Sá seria recebido pelo Pró-Reitor Eduardo Figueira. Depois foi a visita ao MURPI onde o cabeça de lista da CDU às próximas eleições europeias dialogaria com os pensionistas e idosos presentes, após o que se seguiu uma reunião com sindicalistas da União dos Sindicatos locais onde se proporcionaria, através das diversas intervenções, a elaboração de uma autêntica «radiografia» social do distrito.

Por fim, foi o encontro com a comunicação social e com alguns quadros do PCP onde se encontrava o também candidato ao Parlamento Europeu, Dr. Rui Namorado Rosa, vice-reitor da Universidade de Évora, que usou da palavra para fazer uma declaração sobre o distrito. No final, Luís Sá usou da palavra, para fazer um balanço à visita e pronunciando-se sobre os problemas do Alentejo, do País, fazendo a sua ligação com a Comunidade Europeia e destacando o trabalho dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, na defesa dos interesses nacionais e do nosso povo.

decidem ouvir deputados sobre questões debatidas no Parlamento Europeu e que interessam a Portugal não é novidade e nem sempre protestamos pois, a fazê-lo, o nosso justo protesto corria o risco de se banalizar.

«Mas este caso é escandaloso, pela importância do assunto, pelo modo como, no País e no Parlamento Europeu, a ele nos temos dedicado, pela forma como aqui e agora intervimos. Não ter sido considerado útil ouvir-nos, neste caso, foi, em toda a evidência, uma escolha não pautada por cri-

térios jornalísticos, foi um acto discriminatório politicamente, foi um mau serviço à informação que os portugueses exigem.

«Esta situação é, ainda, particularmente grave quando se está em pré-campanha eleitoral - momento em que a comunicação social mais isenta deveria ser e menos tomar partido(s) -, e assim se vicia uma informação aos portugueses sobre o modo como os eleitos, usando o mandato que lhes foi dado, defendem os interesses de Portugal».

Santarém Prestação de contas e campanha CDU lançada em força

Uma intensa e abrangente actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu são factos que se dão conta de um balanço tornado público pela DORSantarém do PCP que em comunicado refere ser essa a conclusão dos debates e iniciativas de prestação de contas realizadas no distrito nas últimas semanas. O arranque «em força» da pré-campanha foi igualmente anunciado: será na próxima sexta-feira com visitas a vários concelhos do distrito protagonizadas, entre outros, por Carlos Carvalhas, Luís Sá, Agostinho Lopes, Sérgio Ribeiro, Manuela Cunha (de «Os Verdes») e Luís Peixoto (ver página de Agenda). Sobre a actividade dos eurodeputados comunistas, é vasta a listagem de actividades desenvolvidas: intervenções, perguntas, propostas de resolução, visitas, delegações, etc.

Da actividade geral destaca-se a luta em relação à Agricultura, a Reforma da PAC e as graves consequências para a agricultura portuguesa, as consequências das secas, o sobreiro e o programa FOREST, sobre a ajuda à produção de produtos transformados à base de tomate, sobre a indústria do pimentão, para além das questões do vinho, preços agrícolas, etc.

Ambiente — área que mereceu por parte dos Deputados Comunistas grande atenção, particular atenção dedicada aos problemas das Redes

Hidrográficas, sobre a poluição dos rios em Portugal, o risco de desastre ecológico numa zona do Distrito de Santarém, perante as questões do Alviela, do Zêzere, da Ribeira do Olival, do Almonda, do Nabão, do Sorraia, do Paul de Boquilobo.

Também estiveram presentes nesta actividade os problemas sociais e económicos mais sentidos no Distrito, desde os graves problemas sociais de Tomar e Tramagal, os Transportes Ferroviários e o Entroncamento, a regularização do Tejo e a sua possível navegabilidade, o Programa Operacional do Vale do Tejo, o Plano Hidrológico Espanhol e o Tejo, a Central do Pego, a Casa Camões em Constância, etc.

Das visitas e dos problemas levados até ao Parlamento Europeu destaca-se a sua incidência em Abrantes, Alcanena, Almeirim, Benavente, Chamusca, Coruche, Constância, Entroncamento, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas, Benfica do Ribatejo, Mouriscas, Pernes, Tramagal, etc.

«Esta intensa actividade com um sério empenhamento dentro e fora do Parlamento Europeu marcado sempre pela defesa intransigente dos interesses nacionais e regionais, são um garante de que a nossa presença no Parlamento Europeu é necessária e indispensável», diz a nota distribuída à imprensa.

Organizações do Partido preparam campanha

Com a pré-campanha já em marcha, multiplicam-se as assembleias de organização que preparam a intervenção dos comunistas na próxima batalha eleitoral

No passado sábado, teve lugar a 5ª Assembleia da Organização Concelhia de Guimarães, em que participaram 98 camaradas, contando ainda com a presença de Agostinho Lopes, da Comissão Política, e de José Antunes, membro do Comité Central e responsável pela Direcção Regional de Braga do PCP.

A iniciar os trabalhos, foi apresentado o balanço da actividade desenvolvida no concelho, sendo salientado o esforço realizado nas eleições autárquicas de 1993, que envolveu numerosos militantes e amigos do Partido. Considerando como globalmente positivo o trabalho realizado, as intervenções que se seguiram apresentaram balanços de actividade nas organizações de freguesia.

José Lopes deu uma nota alargada sobre as autárquicas de 1993, após o que interveio Adão Martins sobre o trabalho da organização de freguesia de Creixomil.

A situação nos têxteis foi caracterizada por Francisco Vieira, dirigente sindical neste sector mergulhado numa profunda crise.

As intervenções seguintes centraram-se na necessidade do reforço da organização do Partido nas frentes das empresas, freguesias, juventude entre outras; na intensificação das iniciativas junto das populações; na recolha de fundos e no novo centro de trabalho.

Mais à frente, José Antunes sublinhou o papel das comissões concelhias, referindo a acção dos comunistas nas freguesias, nos locais de trabalho e na luta dos trabalhadores.

Proposta por Cândido Capela Dias, a assembleia aprovou uma saudação ao ANC pela vitória alcançada nas eleições da África do Sul.

A nova comissão concelhia anunciou de imediato a realização de um comício em Guimarães no próximo dia 26 de Maio, com a participação Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que se insere na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu.

Os trabalhos foram encerrados por Agostinho Lopes que condenou a política desastrosa do Governo, destacou o papel dos comunistas no trabalho e luta pelo progresso das populações e a importância do reforço da CDU nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Vila Real

Na cidade da Régua, teve lugar no passado sábado uma Assembleia da Organização local do partido, que se integrou

no plano de reestruturação orgânica do PCP no distrito de Vila Real. Na reunião participou António Lopes, membro da Comissão Política.

Os trabalhos tiveram como objectivos eleger a nova comissão concelhia e preparar a Assembleia Distrital que decorrerá no próximo dia 21, em Vila Real.

Na sua intervenção, António Lopes analisou a situação política e lançou o debate sobre a preparação da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu.

Odemira

Em Odemira, decorreu, no passado sábado, no Núcleo Desportivo e Cultural, a 1ª Assembleia da Organização local do Partido que analisou a situação política, económica e social e eleger a nova comissão concelhia.

Na iniciativa, participou José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, que, intervindo na sessão de encerramento, chamou a atenção para os principais aspectos da situação política nacional salientando as tarefas que se colocam ao Partido no momento actual.

Os participantes aprovaram um plano de acção que aponta para a preparação da eleições para o PE e define 16 medidas para o reforço do trabalho do Partido no concelho.

A Assembleia pronunciou-se



5ª Assembleia da Organização Concelhia de Guimarães, realizada no passado sábado

ainda pela criação das Regiões Administrativas, defendendo a construção da Barragem de Alqueva e o aproveitamento do Plano de Rega do Alentejo como eixos fundamentais para o desenvolvimento económico da região e do concelho de Odemira.

Lisboa

A Zona Centro de Lisboa, organização recentemente criada após a reestruturação do Partido na cidade, realizou a sua 1ª Assembleia que definiu orientações de trabalho e eleger o organismo de direcção.

Nos trabalhos participaram 70 camaradas das 19 freguesias que compõem a zona, intervindo no seu encerramento José Casanova, da Comissão Política. Este dirigente, depois de falar sobre as próximas eleições para o PE, abordou a situação política e social referindo as responsabilidades do Governo de Cavaco Silva/PSD no agravamento das condições de vida do povo. Salientando a necessidade de uma alternativa democrática e de uma nova política, José Casanova apelou à participação na jor-

nada luta de 19 de Maio promovida pela CGTP-IN, salientando igualmente a importância de um bom resultado da CDU nas eleições europeias.

Olivais

Também a organização dos Olivais do PCP realizou em Abril passado a sua 5ª Assembleia que decorreu sob o lema «Com o nosso bairro, reforçar o Partido para a alternativa democrática».

A Assembleia que teve lugar nas instalações da ADCEO (ex-Atlético da Encarnação) destinou-se a preparar a organização para a batalha eleitoral do PE e eleger a nova comissão concelhia.

Os trabalhos, em que participaram 30 militantes, foram encerrados por José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, que abordou a situação política e social do país, dando particular relevo às próximas eleições para o Parlamento Europeu, que considerou como «uma batalha de todo o Partido para a qual todos os militantes comunistas e activistas da CDU se devem mobilizar».

RTP silencia posições do PCP

O gabinete de imprensa enviou na passada semana à RTP uma carta chamando à atenção para «nítida discriminação» do PCP no conjunto dos noticiários emitidos pela televisão pública

«Tomamos a iniciativa de lhe enviar mais esta carta, não porque o assunto possa, para si, constituir novidade, mas porque, do nosso ponto de vista, continuam a multiplicar-se exemplos de nítida discriminação do PCP no conjunto dos noticiários emitidos pela Rádio-televisão Portuguesa.

«No passado sábado, dia 30 de Abril, assunto que motiva a presente missiva, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou no Encontro Nacional do Ensino Superior da JCP, tendo intervindo no encerramento do Encontro. O «Journal de Sábado» desse dia não emitiu qualquer notícia sobre a iniciativa, apesar de aí se ter deslocado uma equipa de reportagem.

«Como decorre de sucessivas chamadas de atenção em cartas anteriormente por nós enviadas, o episódio que acabamos de relatar não é um caso isolado, antes se inserindo num procedimento que julgamos por de mais evidente conduzindo ao silenciamento das tomadas de posição do PCP e do seu secretário-geral, agravado ainda, se comparado com outro noticiário sobre a regular actividade de outros partidos políticos. A título de exemplo, permita que lhe recordemos apenas alguns casos mais recentes de iniciativas que contaram com a presença do Secretário-geral do PCP e a que

o principal serviço informativo da RTP não prestou atenção:

Encontro entre delegações do PCP e da Confederação Nacional da Agricultura, seguido de uma visita a uma exploração vitivinícola, no dia 22 de Março;

Visita à empresa Covina, no dia 5 de Abril, tendo sido expressamente prestadas declarações à equipa de reportagem da RTP;

Visita de Carlos Carvalhas e de Álvaro Cunhal, no dia 14 de Abril, à exposição da CGTP sobre o 25 de Abril;

Deslocação ao Fórum da Maia, no dia 14 de Abril, para um encontro/debate, a convite da Associação dos Jovens Empresários, tendo sido expressamente pedido, e concedido, um depoimento ao Secretário-geral do PCP;

Encontro/Debate sobre os Problemas do Emprego, de âmbito nacional, realizado no passado dia 16 de Abril, em Lisboa.

«Recordamos, finalmente, que a última reportagem inserida, seja no Telejornal seja nos Jornais de fim-de-semana da RTP, referentes a iniciativas do PCP com a participação do seu Secretário-geral, se reporta ao dia 10 de Abril (visita aos Concelhos do Montijo, Alcochete e Moita) sendo de registar, após essa data, apenas uma breve referência, inserida na síntese noticiosa do dia 19 de Abril (visita ao Seixal), e outra menção, sem imagens, feita pelo *pivot*, no dia 16 de Abril, a outra iniciativa (atrás referida), onde a RTP não deslocou qualquer equipa de reportagem.

«O que no fundo pretendemos com o exposto é mais uma vez alertar para um procedimento recorrente que não permite, nem seguramente permitirá, aos telespectadores do Canal 1 da RTP receber em suas casas uma informação plural e correspondente à real actividade e posições do Partido Comunista Português.

«Lamentamos sinceramente que a RTP nos continue a oferecer motivos para tais chamadas de atenção».

Entretanto, já depois de ser enviada a carta que transcrevemos, Carlos Carvalhas esteve no passado sábado numa iniciativa na Brandoa, onde desafiou Cavaco Silva a participar num debate televisivo a propósito dos *dossiers* comunitários. Mais uma vez, a RTP relegou a notícia para segundo plano tendo sido transmitida apenas no noticiário intercalar das 13 horas.

CAMARADAS FALECIDOS

Zélia Calado

Faleceu, no passado dia 30 de Abril, Zélia Maria Mata Mateus Calado, militante comunista desde 1945. Operária agrícola, foi uma das impulsionadoras da reforma agrária do concelho de Grândola, tendo pertencido à direcção da cooperativa «Canal Vermelho». Integrou ainda a Comissão Local de Canal Caveira.

Urbano Franco

Faleceu, no passado dia 14 de Março, na Alemanha, Urbano Tavares Franco, com 73 anos. Militante do PCP desde a clandestinidade, era natural do Seixal.

António Gregório

Faleceu, no passado dia 17 de Abril, António Narciso Gregório, de 65 anos, que militava na Organização Concelhia de Ourique do PCP.

Manuel Henriques

Na última semana de Abril, faleceu, com 89 anos, em Vila Franca de Xira, depois de prolongada doença, o camarada «Manuel da Barraquinha». Militante do PCP desde 1933, membro do comité local de Vila Franca e organizador das importantes lutas dos assalariados agrícolas nos campos do Baixo Ribatejo dos anos 30 e 40 e um dos organizadores das célebres excursões de barco no Tejo de destacados intelectuais portugueses (escritores e artistas) resistentes antifascistas, que estiveram na base da criação do movimento neo-realista em Portugal.

Manuel Casquinha Henriques, prisioneiro por longos anos dos cárceres fascistas, foi um exemplo de firmeza e dedicação dos comunistas portugueses.

João Olival

Faleceu, com 81 anos, João Olival, pescador reformado organizado na Freguesia de Santiago, do concelho de Sesimbra.

José Pacheco

Vítima de acidente de viação, faleceu em Sines, na semana transacta, José Pacheco, prestigiado e destacado militante comunista.

Operário agrícola, foi um dos principais organizadores das lutas camponesas do Baixo Alentejo, nos anos 40.

Foi preso por duas vezes e por largos anos. Na primeira prisão foi submetido às bestiais torturas da PIDE e, na segunda, estava na clandestinidade e era membro do Comité Regional do Baixo Alentejo, quando foi detido com a sua companheira e selvaticamente torturado pela GNR de Beja. Metido num subterrâneo húmido e frio, foi vergastado, nu, com um chicote de arame por um soldado e pelo próprio comandante da GNR do posto local, que chorou de raiva por não ter conseguido arrancar-lhe qualquer declaração.

Lenine da Silva

Faleceu, com 71 anos, Lenine Silvério da Silva, reformado da Quimigal. Militava no PCP desde Abril de 1974, e pertencia à Organização de Freguesia do Alto Seixalinho, no Barreiro. Participou com entusiasmo nas iniciativas do Partido, destacando-se, nomeadamente, na construção do Centro de Trabalho concelhio.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



«Um grande passo para correr com o PSD do Governo» foi como Carlos Carvalhas considerou um bom resultado a obter pela CDU nas eleições para o Parlamento Europeu. O secretário-geral do PCP falava no passado sábado no decorrer de um encontro com a população da Brandoa, no concelho da Amadora, onde sublinhou a importância das eleições europeias que se realizam «num quadro de agravamento económico e social».

Por iniciativa do Sector Transportes de Lisboa, decorreu, na passada sexta-feira no centro de Trabalho Vitória, um jantar-convívio que contou com a presença de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP.

«O 25 de Abril e a luta dos comunistas e outros democratas» foi o tema de um colóquio organizado no sábado em Farnel pela comissão concelhia do PCP que teve como principal orador o dr. Lino Lima.



«Nova política para a Saúde» é o lema do Encontro Nacional do PCP anunciado para o próximo dia 21 de Maio em Lisboa, que irá debater a situação da Saúde em Portugal e as orientações e medidas para este importante sector.

A situação dos serviços de saúde, as crescentes desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, o subfinanciamento do sistema a par com uma avaliação meramente economicista dos seus resultados, a degradação da qualidade e do nível de segurança de muitos serviços, são apenas alguns traços e consequências da política governamental que vêm causando justificada inquietação, nomeadamente aos profissionais do sector e aos utentes.

A necessidade de formulação de uma nova política de orientação democrática está, pois, na ordem do dia. É nesta perspectiva que se realiza este Encontro Nacional, visando aprofundar o debate sobre o conteúdo de uma política que assegure resposta cabal às necessidades da população, garanta a igualdade de acesso a todos os cuidados de saúde, à prevenção, tratamento e reabilitação e que realize uma reforma democrática no SNS.

O Encontro realiza-se na Sala Veneza do Hotel Roma, em Lisboa, com início às 10.30 horas, estando os trabalhos organizados em dois painéis: «Saúde - direito ou privilégio», que decorrerá até às 13 horas; e «Nova política para a Saúde» que será debatido a partir das 14.45 horas.

Edgar Correia, membro da Comissão Política, fará uma intervenção no final do Encontro.



Aferir os quatro primeiros meses de trabalho e apontar medidas para o futuro na base do programa eleitoral da CDU foi o objectivo de uma reunião de eleitos da CDU nas freguesias do concelho de Évora, realizada no passado sábado.

Durante a discussão, os eleitos manifestaram preocupação pelo facto de na Freguesia de S. Antão ainda não estarem instalados os secretários da Mesa da Assembleia de Freguesia devido à falta sistemática dos eleitos do PS e do PSD.

Os autarcas reunidos chamaram ainda a atenção para o fenómeno crescente do desemprego que afecta milhares de trabalhadores e para a situação da saúde, exigindo o cumprimento por parte da ARS da construção de um posto médico em S. Vicente de Valongo.

Por fim, foi sublinhada a necessidade de o Poder Central deixar de tratar as freguesias com um órgão de menor importância na estrutura do Estado, dedicando-lhe mais verbas, e consagrando na lei o regime de permanência dos eleitos, a tempo parcial ou inteiro.

Apesar da recessão económica Ambiente não melhora em Aveiro

Avaliar a evolução verificada nos últimos anos no ambiente do distrito de Aveiro e a correspondente actualização das apreciações e propostas da Organização Regional de Aveiro do PCP nesta matéria, foram os objectivos principais da Reunião Distrital sobre as Questões do Ambiente que teve lugar, no passado sábado, num hotel da cidade de Ovar.

Esta reunião integrou-se na preparação da participação da ORAV no Encontro Sobre Ambiente e Desenvolvimento que terá lugar no próximo sábado em Lisboa e registou elevada participação - quadros da DORAV e das organizações concelhias do distrito, especialistas da matéria em debate, e diversos convidados, entre os quais se destacava uma representação da União dos Agricultores de Ovar.

A Mesa da Reunião foi constituída pelos camaradas Paulo César, da Comissão Concelhia de Espinho, Maria Manuela Silva, da CF da DORAV e candidata da CDU ao Parlamento Europeu, Luís Quintino e Antó-

nio Salavessa, do Secretariado da DORAV, e pelo deputado do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, António Murtueira.

A discussão teve como ponto de partida um Documento/Base que explanava as posições anteriormente tomadas na 2.ª Assembleia da Organização Regional com algumas alterações do Partido.

O documento/base apresentado, de 12 páginas, foi substancialmente melhorado em resultado das cerca de duas dezenas de intervenções produzidas durante as mais de três horas de debate. Traça uma radiografia necessariamente sintética da situação

ambiental no distrito de Aveiro e dos problemas económicos, sociais e políticos que lhe estão associados, e avança com muitas propostas orientadoras da intervenção dos militantes do PCP e das suas organizações visando a melhoria da situação.

Ria de Aveiro, Recursos Hídricos, Qualidade do Ar, Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos, Floresta, foram alguns dos itens abordados na discussão, que também procurou estabelecer as relações existentes entre o modelo de desenvolvimento e as questões do ambiente, concluindo pela responsabilidade do liberalismo económico e pela sua incapacidade de alterar a situação.

Conforme afirmou António Salavessa na abertura dos trabalhos, «a situação nos últimos anos não deixou de se agravar» em virtude de causas diversas entre as quais destacou a instalação de infra-estruturas de grande impacto, o crescimento demográfico dos mais altos do País, a inexistência de medidas preventivas e de soluções adequadas, a falta de uma política nacional de

ambiente e a falta de efectiva vontade política e de capacidade de intervenção das autarquias do distrito, acrescentando que «a actual recessão no conjunto da actividade económica não conduziu à inversão da evolução negativa da situação ambiental» esclarecendo em seguida que «a recessão e a crise não são a solução para melhor ambiente, solução que reside no desenvolvimento sustentado, que respeita o património natural e tenha como objectivo o homem».

Na sua intervenção, António Murteira salientou que o debate evidenciou elevado conhecimento dos problemas e das suas causas por parte da organização do Partido, o que fundamenta as propostas avançadas, tendo demonstrado também que «não é indiferente para a resolução dos problemas a força política que detém o poder, nomeadamente o poder autárquico».

A este respeito, António Murteira afirmou que muitos dos problemas que, passados 20 anos sobre o 25 de Abril, ainda se colocam com grande acuidade no distrito de Aveiro, como as exíguas redes públicas de água e esgotos «há muito estão praticamente resolvidas nas zonas de maioria do PCP e dos seus aliados».

O deputado comunista verificou a enorme acuidade dos problemas relacionados com os recursos hídricos do distrito de Aveiro o que lhe deu mote para informar os participantes sobre os perigos da implementação do Plano Hidrológico Espanhol, sublinhando a «necessidade de solidariedade de todas as regiões do País» para com aquelas que - se o Plano não for alterado - mais virão a sofrer com a sua implementação, designadamente o Alentejo.

Seminário no Porto «Segurança social é um direito constitucional»

Foi com um enérgico apelo a todas as organizações do Partido e aos trabalhadores do distrito do Porto para o desenvolvimento da luta em defesa do actual sistema de segurança social que concluiu o encontro da DORP do PCP promovido sexta-feira passada, na Junta de Freguesia de S. Ildefonso.

Com uma população de 1 milhão e 640 mil habitantes, dos quais cerca de 750 mil são beneficiários do regime geral de previdência e abono de família, 293 mil são pensionistas e reformados, e 113 mil são beneficiários da administração pública com regime próprio, o Porto tem razões para estar preocupado com a política do Governo nesta área.

O encontro da DORP, em que participaram Maria do Carmo Tavares e Emídio Ribeiro, exigiu a moralização do sistema, «pondo termo ao desvio de fundos da Segurança Social, constituídos fundamentalmente por descontos sobre os salários dos trabalhadores, e que agora cobrem desde reestruturações de empresas, situações de pré-reformas, financiamentos de formação profissional e até o regime não contributivo». O encontro reclamou igualmente que «se ponha termo aos atrasos no pagamento de subsídios superiores a três meses do CRSS Norte e à falta de calendarização para a liquidação dos subsídios».

Por outro lado, o PCP considera que com a aplicação da legislação em vigor que regula o funcionamento do

sistema seriam recuperadas as dívidas das entidades patronais, que subiram só no último ano 11 milhões de contos. Foi igualmente exigido «o fim do autofinanciamento do governo PSD com os dinheiros da Segurança Social, quer pelo não pagamento dos 800 milhões de contos de dívidas do

Estado à Segurança Social, respeitantes a transferências não efectuadas relativas ao regime não contributivo, quer pela retenção de oito a dez meses nas tesourarias da Fazenda Pública de elevadas somas em resultado de processos de execução fiscal às entidades patronais».

Ministro confirma abandono da rede pré-escolar

«As declarações da ministra da Educação Ferreira Leite, proferidas no final da reunião do Conselho Nacional de Educação sobre a Educação Pré-Escolar, revestem-se de enorme gravidade», considera uma nota da DORL do PCP que acrescenta:

«Na linha da deliberada desresponsabilização do investimento do Estado prosseguida nos últimos anos, a ministra vem agora confirmar e assumir como orientação o abandono de investimento no desenvolvimento da rede pública do pré-escolar.

«Tal decisão, a confirmar-se, constituirá não apenas um passo mais na orientação política do Governo da liquidação do ensino público como corresponderá a uma nova e grosseira violação do imperativo constitucional de o Estado garantir

uma educação pré-escolar geral e gratuita.

«Portugal é, como se sabe, dos países da Comunidade com menor taxa de cobertura ao nível da rede pública pré-escolar com as inerentes consequências educativas e sociais que lhe estão associadas, designadamente nas áreas de grande concentração populacional.

«Esta nova posição da ministra da Educação é tão mais chocante quanto ainda há poucos meses o Governo, a pretexto da divulgação e glorificação do novo PDR (Plano de Desenvol-

vimento Regional), apresentou progandisticamente como um dos seus objectivos aproximar Portugal da média comunitária neste domínio.

«A DORL do PCP reclama que o Governo no respeito pela Constituição a que está obrigado assuma as suas responsabilidades e que utilize as verbas destinadas à Educação do actual QCA (Quadro Comunitário de Apoio) para dotar o país de uma adequada cobertura ao nível da rede do pré-escolar, indispensável à promoção do sucesso escolar, ao desenvolvimento harmonioso das crianças e a uma equilibrada inserção social.

«A DORL do PCP apela às autarquias, a todos os agentes do processo educativo e à população em geral para firmemente darem combate a esta nova ofensiva do governo contra o direito à Educação».

GREVE NA GRUNDIG CONTRA A REPRESSÃO

Todos os membros da comissão de trabalhadores da Grundig Auto-Rádio Portugal foram sujeitos a processos disciplinares, com imediata suspensão e declarada intenção de despedimento. Para exigir a anulação dos processos, foi convocada para antontem uma greve de duas horas, com permanência no posto de trabalho. A posição da administração foi veementemente condenada no plenário de ORTs das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico, realizado pelo STIEN na passada quinta-feira. Uma moção aprovada pelos activistas do sector FMEE no Norte acusa a administração da Grundig de distorcer os factos e pôr em causa o direito de reunião «esquecendo a lei portuguesa e abusando do seu poder disciplinar», acrescentando que «regularmente, os responsáveis da empresa desencadeiam acções repressivas e intimidatórias contra os trabalhadores e as suas organizações representativas» e «sentem-se impunes como se estivessem num país colonizado». A moção solicita a solidariedade do movimento sindical e das estruturas representativas de trabalhadores de todo o País.

A União dos Sindicatos de Braga, em carta-aberta à administração da GARP, também exigiu o arquivamento dos processos e anunciou que vai dar conhecimento deste problema aos órgãos de soberania, à comunicação social e ao governo alemão.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL VOTA ADESÃO À CGTP

Centenas de plenários precederam a Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, convocada para ontem para se pronunciar sobre a filiação na CGTP-IN. O último número do «Jornal do STAL» recorda que este é «um dos mais sólidos sindicatos portugueses», criado a 24 de Agosto de 1975 e que incluía então nas suas grandes orientações o empenhamento e filiação na central única. «O surgimento da UGT conduziu os então dirigentes do STAL (no seu entender, como forma de preservar a unidade dos trabalhadores) a uma posição de não filiação», refere o jornal, acrescentando que tal facto «não impediu a dita UGT de criar um sindicato paralelo e divisionista no sector», enquanto «em sentido contrário foi o caminho percorrido pela CGTP-IN, que não só não criou qualquer estrutura paralela, como manteve sempre uma franca e fraterna colaboração com o STAL, tendo-se ainda afirmado como a grande central dos trabalhadores portugueses».

ESTATUTO FLORESTAL

O 4º encontro nacional dos guardas florestais foi convocado para ontem, em Coimbra, tendo como lema «Por um estatuto profissional digno, pela defesa do património florestal». Promovido pela federação da Função Pública, o encontro deveria actualizar o caderno reivindicativo dos guardas florestais, analisando o Plano de Desenvolvimento Florestal que o Governo se prepara para aprovar. O encontro decorre num momento em que é aguardada resposta da Secretaria de Estado da Agricultura ao pedido da FNSFP para que se reiniciem negociações para revalorização da carreira, redução do horário de trabalho, actualização do regulamento da Polícia Florestal e bonificação de tempo de serviço para aposentação.

AMNISTIA COM GREVE

Vão fazer três dias de greve os trabalhadores do Instituto de Reinserção Social, imediatamente a seguir à publicação da Lei da Amnistia no Diário da República. Estes trabalhadores aguardam há 11 anos a regulamentação do subsídio de risco, previsto na lei orgânica do instituto, e pretendem que seja resolvida a situação dos estagiários que se mantêm como tal há mais de quatro anos. A decisão da greve, a seguir à publicação da Lei da Amnistia, tem a ver com o facto de estes trabalhadores desenvolverem acções relacionadas com a reinserção social dos delinquentes.

CANADÁ

Florival Lança, da Comissão Executiva da CGTP, encontra-se em Montreal, onde representa a central portuguesa no congresso da Confederação dos Sindicatos Nacionais, do Quebec. Durante a estadia, o sindicalista português terá contactos com a outra central sindical canadiana, o Congresso do Trabalho, e com a comunidade portuguesa.

«ARRANCAR» ADIADA

A assembleia de credores da «Arrancar, Fiação da Arrancada» adiou para 30 de Maio a decisão sobre a proposta de viabilização apresentada na segunda-feira pelo administrador judicial. O sindicato do Têxtil de Aveiro, reafirmando que a empresa é viável e reconhecendo como suas posições muitos aspectos da proposta de viabilização, considera que «os adiamentos não são benéficos para empresas que necessitam, urgentemente, de mecanismos que lhes permitam um relançamento, mas dá a uma decisão precipitada, que pudesse levar a empresa à falência, preferimos a cautela, de forma a que, em 30 de Maio, estejam reunidas as condições para que a proposta seja votada com segurança de viabilização».

O sindicato dos Têxteis do Porto e Aveiro, entretanto, anunciou que na Confetil, após vários dias de greve e manifestações de solidariedade, foi abandonada a intenção de despedimento de uma trabalhadora que estava suspensa, enquanto em tribunal foi decretada a suspensão do despedimento de outra trabalhadora.

Professores exigem outra política que valorize a Educação

Manifestação nacional condena privatização da rede pública pré-escolar e visão meramente economicista do ensino

Milhares de professores de todo o País deslocaram-se na passada sexta-feira a Lisboa, para participar numa acção de protesto convocada pela Fenprof e seus sindicatos. Concentrando-se inicialmente no Parque Eduardo VII, os professores desfilarão depois até ao Ministério da Educação.

Nas moções aprovadas e nas intervenções dos dirigentes sindicais foi severamente criticada a política de educação de Manuela Pinto Leite e Cavaco Silva. Mereceu especial condenação a possibilidade de liquidação e entrega a privados dos estabelecimentos da rede pública do ensino pré-escolar, admitida publicamente no final de Abril pela ministra da Educação.

Esta hipótese foi contestada no encontro nacional de educadores de infância, que a federação realizou no passado dia 29 e, na manifestação de sexta-feira, os professores reafirmaram o seu repúdio, ao mesmo tempo que exigiram um plano nacional de desenvolvimento da educação pré-escolar.

Os professores criticam a política de degradação da educação, acusando o Governo de, em vez de alterar a política, preferir mudar de ministro sempre que a contestação sobe de tom. O Ministério deve mudar urgentemente a sua política para a Educação, que é marcada por preocupações exclusivamente economicistas, reclamam os professores. A Fenprof exige, como foi afirmado na manifestação, uma nova política e novos protagonistas para a Educação.

Na manifestação foi manifestada a solidariedade dos docentes para com as lutas dos estudantes.

Em delclarações à agência Lusa, o secretário-geral da Fenprof admitiu que não está fora de questão realizar uma manifestação conjunta com alunos e encarregados de educação.

Além dos professores, na semana passada manifestaram-se ainda frente ao Ministério da Educação estudantes do superior e do secundário (ver pág. 12) e trabalhadores não docentes contratados a prazo; estes entregaram na quinta-feira no ME um abaixo-assinado com mais de 40 mil nomes, protestando contra a precariedade de emprego. Numa iniciativa da federação da Função Pública, foi publicamente denunciado o «concurso fantasma»: o Ministério abriu concurso público para 3295 vagas, a que concorreram cerca de 42 mil pessoas, ao mesmo tempo que estão ameaçados de ir para o desemprego 10 500 trabalhadores há vários anos ao serviço das escolas, mas com contratos a prazo. Esta situação pode pôr em causa a abertura do próximo ano lectivo, alerta a FNSFP.



Professores (foto de cima) e trabalhadores não docentes contratados a prazo levaram ao Ministério da Educação o seu protesto



Sem responder aos problemas levantados pelos trabalhadores

Governo prepara no IEFP mais uma recauchutagem

O secretário de Estado do Emprego e Segurança Social, Pinto Cardoso, prepara para breve a substituição de Acácio Catarino por Mário Ferraz de Oliveira no cargo de presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional. A substituição é feita depois de o actual presidente (nomeado depois dos escândalos que vieram a público no início do ano passado) ter manifestado o desejo de abandonar o cargo para que fora indicado numa clara tentativa de limpar a imagem do IEFP e do ex-ministro Silva Peneda.

A verdade é que tal objectivo fracassou, uma vez que, como os representantes dos trabalhadores então denunciaram (nomeadamente no «Avante!» de 4 de Março de 1993), a mudança de presidente não levou a quaisquer alterações de fundo na própria Comissão Executiva que dirige o IEFP, nem na orientação governamental para o Instituto, nem na resposta aos problemas que ali se vivem.

É o caso do regulamento de carreiras, aprovado em Maio do ano passado à revelia da Comissão de Trabalhadores e que entrou em vigor no início desse mês para os técnicos de emprego e formação, devendo vigorar para os restantes trabalhadores em momento a definir pela Comissão Executiva e que, até hoje, ainda não está definido! Aplicando-se a cerca de 700 funcionários, o regulamento deixa de fora quase 3 mil. Além disso, o texto aprovado pelo secretário de Estado distancia-se bastante do que fora objecto de negociação.

Também tem suscitado fortes protestos a nomeação de dirigentes, não só a nível central, mas também a nível regional e local, preponderando os critérios políticos e até familiares, sem respeito pelas regras definidas. Como denunciou a CT em comunicado que distribuiu no fim de

Janeiro deste ano, «há casos em que o pai nomeia o filho, e outros em que um cônjuge nomeia o outro». No final de Fevereiro, em 121 nomeações de chefes de serviços regionais, 74 não respeitavam o regulamento que as rege e, destas, 54 referiam-se a trabalhadores admitidos desde 1990. «Sem nada termos contra a juventude, pensamos que estas nomeações de novatos tiveram como única preocupação responder à necessidade sentida pelo partido do Governo de premiar os seus jovens militantes», afirmava a comissão de trabalhadores.

Esta estrutura tem reconhecido a honestidade e o empenho pessoal de Acácio Catarino para, na presidência do IEFP, fazer mudanças mais profundas, o que também ficou demonstrado em algumas posições e declarações daquele responsável. Mas houve, em contrapartida, uma actualização concertada do secretário de Estado, Pinto Cardoso, e dos vogais da comissão executiva do IEFP, que constituíram verdadeiras forças de bloqueio. Compreende-se, assim, a desistência do ainda presidente.

Quanto ao nome falado para o substituir - e que é dado como muito próximo do agora ministro Falcão e Cunha -, aplica-se muito justamente a caracterização feita pela CT acerca dos vogais da comissão executiva: «têm sido todos recrutados no mesmo viveiro, com excepção do Dr. Catarino, de quem se serviram somente para tentar lavar a cara da instituição». Mantendo-se o núcleo duro da comissão executiva, «aos trabalhadores pouco adianta que venha A ou B, pois para eles nada de bom se espera. Quem vier, bem mais interessado estará nos fartos proventos a auferir e no clientelismo, do que em servir a instituição e pô-la ao serviço da comunidade».

Protestos confluem para o dia 19 de Maio

Greves, concentrações, manifestações já anunciadas na EDP, nas comunicações, no distrito de Braga. Muitas outras estão em preparação

Melhores salários, emprego, respeito pelos direitos e melhor segurança social são as reivindicações principais que estão a mobilizar o movimento sindical e milhares de trabalhadores dos diversos sectores de actividade e regiões para o dia nacional de luta, convocado pela CGTP-IN para a próxima quinta-feira.

A mais de uma semana de distância, estavam já anunciadas concentrações de trabalhadores em Braga (Largo da Sé, Largo de São João e Avenida Central); uma greve na construção civil, madeiras, mármore, pedreiras e cortiças (no 2º período de trabalho), bem como concentrações junto das associações patronais, em Lisboa e no Porto, e entrega de documentos nas respectivas delegações nos restantes distritos; uma greve geral nas empresas de comunicações, com a realização de uma concentração (Campo Pequeno, 15 horas); uma greve de

48 horas na EDP para os dias 19 e 20 (subscrita por todos os sindicatos representativos na empresa).

Com o objectivo de preparar o dia nacional de luta, foram para ontem convocados o plenário de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs do distrito de Aveiro e o secretariado inter-regional do Alentejo da CGTP.

A comissão executiva da federação da Função Pública, reunida dia 5 em Coimbra, apelou também à participação do sector na jornada da próxima quinta-feira, reafirmando as críticas ao Governo e a exigência de negociações para repor o poder de compra dos trabalhadores. Para lutar contra o bloqueamento da

negociação colectiva por parte do Ministério do Emprego e da União das IPSS, foi convocada uma greve dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (com concentrações em Lisboa e junto a vários governos civis).

As formas de participação na jornada de luta da CGTP vão ser discutidas amanhã pelos trabalhadores da Siderurgia Nacional, num plenário público fora das instalações de Paio Pires. Nesta reunião vai também ser feito o balanço das acções de luta desenvolvidas na empresa durante esta semana e decididas em plenário na passada quinta-feira. Neste dia, os trabalhadores deslocaram-se ao escritório da SN para protestar contra o facto de a administração ainda não ter apresentado propostas para a revisão salarial deste ano (que deveria ter entrado em vigor em Janeiro).

Preparam-se também para participar activamente no dia de luta os trabalhadores da Solisnor/Setenave, onde desde ontem e até amanhã decorrem plenários sectoriais e uma greve em todos os horários de trabalho, protestando contra os despedimentos de milhares de trabalhadores pretendidos pela administração dos Mellos, com o apoio do Governo, e exigindo o início da negociação salarial. Os trabalhadores da Lisnave paralisaram anteontem à tarde, igualmente em defesa dos postos de trabalho e dos seus direitos e regalias.

A luta contra os despedimentos levou ainda o sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa a convocar para hoje, às 11 horas, um plenário geral de trabalhadores da SMM, que decorre junto à sede da empresa, em Lisboa.



Plenário nacional de representantes dos trabalhadores da EDP



Assembleia geral de trabalhadores da Setenave/Solisnor

Precariedade e despedimentos na Hotelaria

A caracterização do sector que é apresentada no 6º Congresso da FESHOT denuncia a tentativa de retirada de direitos e o crescimento dos salários em atraso

Decorre amanhã e sábado, na ExpoAlgarve, o 6º Congresso da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, sob o lema «Dignificação profissional, confiança no futuro». A comissão executiva da FESHOT divulgou antecipadamente uma análise da evolução do sector nos últimos anos.

De 1990 a 1992, registou-se um aumento médio de 7,8 por cento no número de turistas que entraram no País. A capacidade de alojamento subiu «desregradadamente». O número de estabelecimentos de hotelaria e restauração passou de 14 538 para 16 961. Entretanto, desceu o gasto médio diário do turista estrangeiro (de 8447 para 7628 escudos).

O Governo definiu como principais vectores para o sector a qualidade e o profissionalismo, «desconhecendo-se quaisquer medidas concretas que apontem para aqueles caminhos de forma

coerente e integrada». Algumas medidas governamentais, acusa a federação, citando o recém-conhecido projecto de lei hoteleira, vão mesmo em sentido oposto.

A situação social, que «vai sendo explosiva», tem traços que se verificam em todo o País e que a FESHOT sintetiza em cinco pontos:

- despedimentos generalizados, sobretudo nas maiores empresas,
- tentativa de retirada de direitos que são considerados conquistas históricas dos trabalhadores (como a alimentação em espécie),
- o incessante aumento da precariedade dos vínculos laborais (que se mantém estatisticamente nos 40 por cento e assume que a federação reconhece como incontroláveis e que passam pelo trabalho ao dia, o pagamento de remunerações contra recibo verde, e outras),
- o aumento progressivo das situações de salários em atraso (com destaque para o Algarve),

- e a recusa do patronato em melhorar as condições de trabalho.

A federação da Hotelaria e Turismo alerta para as ameaças que pairam sobre centenas de postos de trabalho no Algarve e na Madeira, em estabelecimentos como o Casino de Monte Gordo, a Quinta do Paraíso (Lagoa), os hotéis Faro, Quarteira Sol e Algarve, a Matur e o hotel Apartamentos do Mar. «A razão essencial desta situação reside na política do Governo, que estimula o patronato a tal actuação, através de comportamentos activos ou passivos», afirma a federação.

A FESHOT aponta uma série de medidas que o Governo deveria estar politicamente empenhado em aplicar, entre as quais figuram:

- impedir o crescimento anárquico de novas empresas,

- apoiar a recuperação das empresas em dificuldades, fiscalizando a execução das medidas e relevando para tal o papel das organizações de trabalhadores,

- instituir mínimos obrigatórios de pessoal por empresa e/ou por secção, com formação profissional adequada,

- fiscalizar o funcionamento das unidades hoteleiras, de modo a garantir padrões mínimos de qualidade dos serviços,

- reactivar o Conselho Nacional de Turismo, para aprofundar o debate dos principais problemas do sector,

- descentralizar a actividade da Direcção-Geral de Turismo para as regiões com um mínimo de implantação sectorial,

- garantir a assunção das responsabilidades do Estado nas situações de maior melindre social (como o caso da Torralta).

Serviços mínimos e direito à greve CGTP apresenta queixa na OIT

Recordando casos «suficientemente elucidativos do comportamento excessivo que o Governo vem adoptando» ao definir serviços mínimos que devem ser assegurados durante as greves - situação agravada com o «comportamento intimidatório das administrações das empresas», que instauram ou ameaçam instaurar processos disciplinares sem que para tal tenham base legal -, a CGTP acusou mais uma vez o Governo e o patronato de pretenderem «limitar, ou mesmo negar, o legítimo recurso ao exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores».

A central anunciou, segunda-feira, que decidiu apresentar queixa do Governo português junto da Organização Internacional do Trabalho, pois «os comportamentos descritos, para além de violarem a Constituição da República Portuguesa e a Lei da Greve, são também contrários ao disposto no artigo 3º da Convenção nº 87 da OIT».

Enquanto os serviços mínimos «visam, exclusivamente, assegurar o exercício de necessidades sociais impreteríveis, isto é, necessidades de cuja não satisfação imediata possa resultar dano irreparável para a vida, a saúde ou a segurança dos cidadãos», a prática do Governo tem-se caracterizado pela «excessiva imposição de esquemas de funcionamento ou laboração quase, quando não, normais». A CGTP refere quatro exemplos:

- quando da greve na Rodoviária de Lisboa, entre as 13 e as 16 horas de 17 de Dezembro de 1992, foram impostas 106 carreiras e 458 circulações, alegando que seria seriamente afectado um número significativo de alunos e trabalhadores cujos horários começassem ou terminassem durante aquele período;

- na greve da TAP, em Abril de 1993, os serviços mínimos incluíram a totalidade das ligações das regiões autónomas com o Continente e entre si;

- por ocasião da greve da CP, em 18 de Março de 1993, foram impostas nas áreas de Lisboa e Porto ofertas de 75 por cento do normal nas horas de ponta e de 50 por cento nos restantes períodos; estes «mínimos» foram impostos também na ligação fluvial Lisboa-Barreiro, ignorando que uma parte considerável desta ligação é assegurada pela Transtejo;

- na greve da Transtejo de 17 de Junho do ano passado foi imposto um «mínimo» de 75 por cento das 6.30 às 9.30 horas e das 17 às 20.30, em todas as carreiras fluviais, incluindo Lisboa-Barreiro, igualmente servida pelos barcos da CP.

Elevada adesão à greve nos Seguros

A greve levada a efeito no sector dos seguros durante a semana passada «foi um êxito», atingiu adesões totais e levou ao encerramento de muitas dependências, e teve uma média ponderada global de 80% - afirmam os sindicatos do Sul e Regiões Autónomas e do Norte, num comunicado que fizeram inserir domingo num matutino.

A greve - a primeira desde há uma década neste sector - teve por principal motivo o repúdio da posição das associações patronais no processo de revisão salarial para este ano. A Associação Portuguesa de Seguradoras propõe uma actualização salarial de 3 por cento, se os sindicatos aceitarem que as pensões complementares de reforma e os complementos dos subsídios de doença passem a ser revistos juntamente com a tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária. O Instituto de Seguros de Portugal apenas quer aumentos de 2,5 por cento, na mesma condição, e ameaça com zero por cento se não houver revisão conjunta.

Desde 1936 que as seguradoras garantem o pagamento completo do salário aos trabalhadores doentes, enquanto as pensões complementares de reforma datam de 1972.

Os sindicatos, no comunicado que citámos, valorizam o empenho demonstrado pelos trabalhadores e que se reflectiu nas paralisações da semana passada (de uma hora, segunda, terça e quarta-feira, e de duas horas na quinta e sexta-feira), admitindo que «formas mais avançadas» venham a ser decididas para desbloquear o impasse criado pelos representantes patronais.

A importância desta luta e os problemas dos trabalhadores dos seguros são o *prato forte* de uma entrevista que, no próximo número, publicaremos com os dirigentes sindicais Augusto Fidalgo e Maria José Ribeiro.

Retrocesso na Segurança e Saúde no Trabalho

Obstar à consolidação de um retrocesso jurídico no domínio da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, tal foi, em substância, a principal razão que levou o PCP a solicitar a ratificação do diploma sobre esta matéria.

Apreciado há dias, o diploma em causa conduz a um retrocesso relativamente a legislação anterior, ignorando simultaneamente os actuais conceitos de segurança, higiene e medicina no trabalho e saúde ocupacional, adoptados quer por outros países quer pelas organizações internacionais do trabalho. Interpretando-o como "um novo frete ao patronato mais reaccionário", na medida em que "cria um quadro legal em que a ambiguidade é total e em que o empregador poderá fazer o que quiser", Paulo Trindade, que interveio em nome da bancada comunista, considera ainda que o decreto-lei governamental, para além de ignorar a Convenção n.º 161 e a Recomendação n.º 171 da OIT, foi feito à revelia dos parceiros sociais, sendo, por último, em sua opinião, um nado-morto na medida em que, incidindo em campos da competência da D.G. de Cuidados de Saúde, Inspeção Geral de Trabalho e IDICT, não prevê qualquer estrutura de coordenação entre estas actividades.

Eleições livres na África do Sul

"Um acontecimento sem precedentes na História", assim classificou o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues a recente ida às urnas na África do Sul, eleições que, sublinhou, foram "substancialmente justas e livres", como puderam testemunhar milhares de observadores internacionais. Reflectindo sobre a situação existente, numa intervenção produzida no período antes da ordem do dia, o parlamentar do PCP chamou entretanto a atenção para o facto de a euforia do momento não dever alimentar a "ilusão de que a África do Sul se transformou magicamente pela força do voto numa só nação da qual o racismo e as relações de dependência foram erradicadas". "A igualdade e a liberdade não nascem, nas suas formas superiores, apenas das instituições e da emoção. Por si só, a esperança não molda o mundo", observou Miguel Urbano Rodrigues, antes de frisar, noutra plano, que o fim do apartheid não foi uma concessão da minoria branca, bem pelo contrário, foi "o desfecho de uma longa, dramática e heróica luta". Salientados por Miguel Urbano foram também os laços de profunda amizade existentes entre o ANC e o PCP, lembrando a este propósito que os comunistas portuguesas e o seu Partido foram pioneiros "na solidariedade à luta de libertação travada pelo ANC" e estiveram "sempre, desde o início, ao seu lado".

Em causa o Sistema Educativo

Crise estrutural e de confiança é da responsabilidade do PSD

— acusa o deputado Paulo Rodrigues

A suspensão do despacho que determina a realização de provas globais foi exigida pelo Grupo Parlamentar do PCP, que reiterou todo o seu apoio e solidariedade à luta dos estudantes, convidando ao seu prosseguimento e intensificação.

Esta posição, anunciada em declaração política proferida pelo deputado Paulo Rodrigues, assenta no pressuposto de que o despacho em causa, quer pela forma que assume, quer pelo desiderato que visa, constitui uma "ruptura com objectivos, conteúdos e metodologias de ensino preconizados na reforma do sistema educativo".

A questão em maior evidência, de acordo com a reflexão do deputado comunista, tem a ver com o antagonismo inequivocamente existente entre os despachos emanados do Ministério da Educação, no âmbito da Reforma do Sistema Educativo, sobre avaliação de alunos, um, dirigido aos alunos do Ensino Básico, o outro, aos alunos do Secundário.

Se no primeiro caso o objectivo visado é propiciar a transição generalizada dos alunos, garantindo um "autêntico sucesso" estatístico, com elevados índices de aprovação, para mostrar aos parceiros comunitários, já no segundo caso, em termos de Ensino Secundário - exactamente o que está a ser alvo da contestação dos alunos - está-se em presença da introdução de "mecanismos de selecção".

"O modelo de avaliação do ensino secundário constitui a tentativa de concretização da filosofia de Couto dos Santos que defendia que se existissem mecanismos eliminatórios, as vagas então disponíveis no ensino superior seriam suficientes", referiu a propósito Paulo Rodrigues, antes de concluir que "foi, parece que é ainda, a chamada «filosofia de exclusão» aplicada já ao nível do secundário".

Aliás, foi ainda o deputado do PCP a lembrá-lo, este posicionamento do Governo em matéria de educação é tudo menos neutro, como esclarece a existência destes dois modelos de avaliação, "permissivo no Básico, restritivo no Secundário".

É que, observou, os diferentes certificados, de frequência e de aproveitamento, estabelecidos para o 3º ciclo do Ensino Básico, "possuem desigual valor, quer escolar quer social", não sendo por conseguinte "difícil de prever", segundo Paulo Rodrigues, "qual a origem social dos alunos que abandonarão a escola com um mero certificado de frequência".

Mas não se esgotaram nesta questão as críticas da bancada comunista ao Governo, sobre quem recaiu igualmente a acusação de ser responsável pela "crise estrutural e de confiança" que está instalada e por "não possuir uma estratégia de desenvolvi-

mento do sistema educativo, suportada por estudos sérios e alicerçada em consensos com os parceiros sociais".

Grave, para Paulo Rodrigues, são ainda as orientações políticas relativas à rede de educação pré-escolar, que classificou como "uma das questões de mais gravosas consequências para todo o sistema educativo", dada a influência que pode exercer no percurso escolar dos alunos.

Nessa medida, considerou lamentável que o nosso país continue com a taxa de cobertura da rede de educação pré-escolar mais baixa da Europa Comunitária, verberando o Governo por, nesta matéria, prometer o que não pensava cumprir. Fundamentando a sua afirmação, lembrou a afirmação do ex-ministro Couto dos Santos de que dotaria o País dessa rede até final de 1993, objectivo que nunca se concretizou, não obstante haver educadores no desemprego e não faltarem propostas das autar-



O protesto dos estudantes fez-se ouvir um pouco por todo o País

quias para a criação de lugares para estes profissionais.

Daí a proposta da bancada comunista, de novo reiterada por

Paulo Rodrigues, na sequência da apresentação de um projecto de lei sobre a matéria, no sentido de ser definido e implemen-

tado um plano de alargamento da rede que "concretize a democratização do acesso à educação".

Grupo Parlamentar do PCP exige Suspensão das provas globais do 10.º ano

O Grupo Parlamentar do PCP propôs na passada semana, no Parlamento, a suspensão das provas globais no 10º ano, a poucas horas do início da reunião da Comissão de Educação com a ministra Manuela Ferreira Leite.

O modelo de avaliação estabelecido, lê-se no projecto de lei entregue pelo PCP, "visa institu-

ir um sistema de selectividade injusto" por não ser acompanhado de "quaisquer alterações nas condições de ensino nas escolas" e prever "o acentuar das desigualdades no sucesso escolar".

No diploma, que tem um artigo único em que se propõe a suspensão da vigência do Des-

pacho Normativo sobre o regime de avaliação dos estudantes do Ensino Secundário, a formação comunista fundamenta ainda a sua posição com base no pressuposto de que este sistema de avaliação denota "a intenção de usar a selectividade no ensino secundário como forma de limitar o acesso ao ensino superior".

Amnistia no aniversário do 25 de Abril

O plenário da Assembleia da República votou o projecto de lei da amnistia comemorativa dos 20 anos do 25 de Abril. Subscrito pelo PSD, PS e pelo PCP, o diploma recebeu os votos favoráveis destes partidos e os votos contra do CDS. No fundamental, as propostas da formação comunista quanto às restrições do perdão foram consideradas, bem como foi acolhida a sua proposta de exclusão do perdão dos narcotraficantes condenados em pena grave. Nota de registo merece igualmente o acolhimento da proposta comunista relativamente à exclusão de crimes repelentes contra menores de 12 anos, e de crimes contra as pessoas por parte de agentes que têm uma obrigação especial de respeitar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

No seu conjunto, como assinalou da tribuna a deputada Odete Santos, mas especialmente na parte dos perdões, esta lei "revela o cuidado que o grupo de trabalho teve em não interferir com a política criminal, e em limitar tanto quanto possível a interferência da lei na aplicação das decisões dos tribunais".

Encarada como uma medida de clemência e graça absolutamente excepcional, a Lei da Amnistia agora aprovada corresponde assim no essencial ao travejamento inicialmente definido pelos parlamentares comunistas relativamente a esta matéria.

Significa isto que, contrariamente aos intuitos de outras forças não inteiramente declarados publicamente, para a bancada

comunista, como frisou Odete Santos, a amnistia nunca foi encarada como um expediente para resolver o problema da superlotação das cadeias, nem para aliviar o estrangulamento dos tribunais.

Entendendo que a amnistia deveria ter apenas em mira os pequenos delitos e nunca os crimes inseridos numa linha de perversão do Estado de Direito Democrático, o Grupo comunista bateu-se, com êxito, para que fossem excluídos os crimes cometidos por políticos, os que envolvessem fraudes do Fundo Social Europeu e de contrapartida nacional, os crimes de corrupção, os crimes das facturas falsas e os vulgarmente chamados crimes de sangue.

Ao excluir liminarmente da amnistia estas situações, conforme observou Odete Santos, o projecto de amnistia aprovado vai ao encontro do sentimento geral das vítimas e da população em geral. Pena é - e esta foi uma proposta dos deputados comunistas que não vingou - que outras situações de índole bem diversa, protagonizadas por aqueles que "lutam pelo desenvolvimento e efectivação da Constituição" - as palavras são de Odete Santos -, como é o caso dos dirigentes da associação socio-profissional da PSP, acusados de infracções disciplinares por causa do exercício de actividades associativas, não tivessem sido igualmente abrangidas pela amnistia.

Privatização de matadouros

PCP quer inquérito parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou um pedido de inquérito parlamentar ao processo de privatização de matadouros da Rede Nacional de Abate com vista ao esclarecimento das irregularidades e ilegalidades nele cometidas, bem como ao apuramento de responsabilidades das várias entidades envolvidas.

Em causa estão, concretamente, vários casos que indicam a existência

Casos ilícitos, avultando simultaneamente promíscuas relações entre entidades públicas e privadas, que, muito provavelmente, podem ser a ponta do iceberg de uma complexa teia de tráfico de influências. Um dos mais recentes casos, denunciado no Parlamento pelos deputados Lino de Carvalho e António Murteira, refere-se a um recibo da CAP no valor de dois milhões de escudos endossado ao IROMA por uma aquisição por esta entidade de bilhetes para uma corrida de touros promovida pela organização de José Manuel Casqueiro e Rosado Fernandes.

Tudo começa, recorde-se, com uma resolução do Conselho de Ministros de há dois anos (Nº 43/92), na qual se definem as condições de privatização das quatro empresas PEC, igualmente criadas, um mês antes, por decreto governamental.

Após a transferência para aquelas empresas do título de propriedade de vários matadouros da Rede Nacional de Abate detidos pelo IROMA, o processo de privatização que então se inicia é alvo de forte contestação e polémica, designadamente por parte de diversos sectores ligados ao sector das carnes, desde a produção ao comércio.

Foi aliás esta razão que levou a formação comunista a apresentar em Fevereiro de 1993 um requerimento de audição parlamentar, que viria a ser aprovado, e cuja efectivação acabou por revelar, conforme o próprio relatório final refere, factos e ocorrências que indiciam graves irregularidades e ilegalidades.

Esta mesma razão levaria o deputado comunista Lino de Carvalho, na qualidade de relator, na última reunião da audição parlamentar, fez ontem oito dias, a propor a realização de um inquérito parlamentar, por iniciativa da Comissão de Agricultura e Mar, face às irregularidades detectadas, proposta esta que seria inviabilizada pelo PSD, apesar de deste ter reconhecido e valorizado o carácter objectivo do relatório.

Esta postura dos deputados da maioria é tanto mais inaceitável quanto é certo terem surgido no decorrer da reunião para apreciação do relatório novos factos que, a juntar aos já recensados (ver caixa), ampliam o vasto conjunto de irregularidades identificadas, reforçando assim a necessidade de realização de

um inquérito parlamentar. Referimo-nos concretamente ao facto de a CAP ter recebido, tudo o que indica, acções das PEC no valor de 310 mil contos por troca com o "seu" Parque de Recolha de Gado Bovino, em Palmela, entregue às empresas PEC. Acontece, porém, que este Parque tinha sido entregue gratuitamente à CAP pelo Estado através do IROMA, conforme despacho, de 26 de Fevereiro de 1992, do Ministro Arlindo Cunha. Ou seja, por outras palavras, o Estado compra à CAP o

que lhe tinha anteriormente oferecido gratuitamente!

Resposta à CAP

Entretanto, comentando declarações proferidas pela CAP em conferência de imprensa sobre o assunto, Lino de Carvalho afirma que estas "só vieram confirmar as acusações" por si feitas anteriormente quanto às "sérias irregularidades na gestão do IROMA e na criação das empresas PEC, bem como de favorecimento e tráfico de influências envolvendo a CAP, estruturas da Administração Central e, sabe-se agora, o próprio Primeiro-Ministro Cavaco Silva".

"Quando o Primeiro-Ministro se envolve pessoalmente, segundo a própria CAP, num proces-

so de favorecimento ilícito, estamos perante um escandaloso exemplo de tráfico de influências que urge investigar até às últimas consequências", salienta o deputado comunista, em declaração proferida a propósito na passada segunda-feira.

Na ocasião, Lino de Carvalho manifestou-se totalmente disponível para um debate público com a CAP num órgão de comunicação social, tal como foi proposto na conferência de imprensa por esta nova "corporação da lavoura" - assim lhe chama o deputado comunista -, reiterando simultaneamente o desafio lançado pela sua bancada ao PSD: "rejeitar uma proposta de inquérito dando cobertura a toda a sorte de ilegalidades e de tráfico de influências ou aprovar a sua realização e permitir o apuramento da verdade".



O processo de privatização de matadouros foi pasto para as mais variadas irregularidades e ilegalidades

Vereadores em regime de permanência nas Câmaras

Maior operacionalidade não agrada ao PSD

A possibilidade de os municípios nomearem vereadores em regime de permanência - um objectivo há muito reclamado pelos autarcas - volta a ser um projecto adiado após a rejeição pelo PSD, com a abstenção do CDS e os votos favoráveis das restantes formações, de um diploma elaborado nesse sentido pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Para os autores deste projecto de lei, debatido e submetido a votação faz hoje uma semana, tratava-se, concretamente, como sublinhou na ocasião José Manuel Maia, de fazer regressar ao colectivo camarário a decisão sobre a existência de vereadores em regime de permanência, abrindo simultaneamente a possibilidade de exercer funções a tempo inteiro a mais um vereador nos municí-

pios com mais de cem mil eleitores.

Por outro lado, de acordo com o articulado do diploma, era mantida a competência da Assembleia Municipal em fixar o número de vereadores em regime de permanência, no caso de exceder os limites de competência camarária, muito embora fosse aberta a possibilidade ao exercício de funções a tempo inteiro a mais um vereador nos municípios com menos de cem mil eleitores, de mais dois vereadores nos com cem mil ou mais, e mais um vereador nos municípios do Porto e de Lisboa.

Com esta posição da maioria governamental, inviabilizada fica, pois, para já, uma medida que tinha entre os seus principais objectivos a transparência e moralização do poder autár-

quico, reforçando simultaneamente a participação, eficácia e operacionalidade dos executivos camarários.

Mais ainda, como sublinhou José Manuel Maia, que invocou a experiência e os ensinamentos dos últimos 18 anos, o que animou os signatários do diploma foi responder às "novas realidades", procedendo para o efeito às "necessárias adaptações", no respeito pelo conteúdo das funções e pelo modo como elas são ou não desempenhadas.

Por outras palavras, tratava-se de conferir maior colegialidade na administração municipal ao nível da câmara - corrigindo o forte pendor presidencialista na administração municipal, apenas atenuado pela existência de um grupo de vereadores a tempo inteiro -, contribuindo deste modo para

o aprofundamento da democracia e da transparência

do funcionamento das autarquias.

Um rol de ilegalidades

Campanhas de publicidade e promoção sem qualquer espécie de concurso público, obras sem projecto e sem concurso, derrapagem de despesas, processos pouco transparentes de gestão e secretismo, eis em síntese, algumas das irregularidades e ilegalidades referenciadas no decorrer da audição parlamentar à privatização de matadouros, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

No texto do pedido de inquérito parlamentar, os deputados comunistas demonstram a razão de ser da sua iniciativa, revelando mais detalhadamente alguns pormenores dos casos detectados:

- Despesas de promoção das empresas PEC e de publicidade da primeira fase de privatização, num total de 167 815 781\$00 ou 410 000 000\$00 conforme a fonte, adjudicadas às empresas Varanda de Castro Comunicação, Lda; Eng. Pedro Varanda de Castro e Cinevoz sem qualquer espécie de concurso público ou limitado. Sublinhe-se que o valor do encaixe realizado com a privatização somente atingiu 646 000 000\$00 de um valor total previsto de 1 797 500 000\$00.

- Recusa de um membro da Comissão de Reestruturação do IROMA em assinar alguns dos cheques por verificar não existirem quaisquer «acções de formação e treino de pessoal», ao contrário do que estava expresso na facturação.

- Obras num edifício da Rua Castilho que ultrapassaram os 30 mil contos apesar dos cálculos iniciais serem de 800 contos.

As obras também não foram submetidas a qualquer espécie de projecto ou concurso. O edifício, arrendado por 600 000\$00/andar destinado a futura sede do IROMA e das empresas PEC, não chegou a ser ocupado pelo IROMA e as PEC só lá estiveram de Outubro de 92 a Julho de 93.

- Nenhuma despesa foi submetida ao Tribunal de Contas.

- As Direcções de Serviço do IROMA que normalmente organizavam todos os processos de aquisições de bens e serviços ou execução de obras foram afastadas e substituídas por uma estrutura «autónoma» da confiança do Presidente do Conselho de Administração da PEC, SA que transitou para este cargo oriundo do lugar de Presidente do IROMA.

- Recusa de prestação de informações a membros da direcção do IROMA com a alegação de se tratar de matéria sigilosa que se estaria a desenrolar entre o Presidente do Conselho de Administração da PEC, SA e o Secretariado de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

Luís Sá no Seixal

Luís Sá, cabeça de lista da CDU às eleições europeias, acompanhado pelos restantes deputados eleitos pelo círculo de Setúbal, efectua hoje, durante todo o dia, uma visita ao concelho do Seixal.

Do programa, com início marcado para as 10 horas, com uma visita ao Mercado da Torre da Marinha, logo seguida de uma outra à Unidade de Saúde ali instalada, fazem parte outros encontros e visitas, designadamente, ao centro de reformados dos Seixal, à Siderurgia Nacional, onde a delegação terá encontros com a administração e com as ORT's.

Depois de um jantar com membros das Organizações dos Trabalhadores do concelho e autarcas, Luís Sá participa numa sessão na Torre da Marinha, com início previsto para as 21.30 horas.

Também o deputado António Murteira, eleito por Beja, tem amanhã, sexta-feira, a sua agenda preenchida com uma visita ao concelho de Serpa. O programa inicia-se às 10.00 horas, na Câmara Municipal, a que se seguirão visitas às escolas Profissional Agrícola e à Escola de Artes e Ofícios Tradicionais. Depois de um encontro com a Associação Rota do Guadiana e de uma sessão de esclarecimento em Vale de Vargo, António Murteira participa num debate sobre questões de desenvolvimento regional, à noite, no salão de sessões da Câmara Municipal.

Milhares de estudantes nas ruas Secundário dá rotundo "não" a Manuela Ferreira Leite

Milhares de estudantes do ensino secundário responderam à "chamada" contra as provas globais, na quinta-feira passada, aderindo a manifestações e outras formas de contestação, como cortes de estrada, por todo o País. A estas acções seguiram-se manifestações em Lisboa, junto ao Ministério da Educação e à Assembleia da República, e no Porto, enquanto na Região Norte, Braga, Guimarães, Vila Real, Viana do Castelo e Espinho foram palco de concentrações de alunos do secundário. Em Braga e Espinho centenas de jovens cortaram estradas, numa forma de contestação que se repetiu na Zona Centro, em Coimbra, Figueira da Foz e Vila Franca de Xira. Em Lisboa a manifestação contou com alunos da capital e alunos de Santarém, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Loures, Amadora, Sintra e outros concelhos. Por todo o País, e além dos cortes de estrada, sucederam-se as manifestações, com forte adesão dos alunos, que decretaram greve às aulas.

Mais de dois mil alunos de oito escolas secundárias e C+S do Algarve participaram numa manifestação, provenientes de várias escolas do concelho, desde Lagos a Vila Real de Santo António, os alunos iniciaram o desfile na escola de João de Deus, em Faro, descendo depois até à baixa da cidade concentrando-se frente ao Governo Civil do Distrito.

Os alunos das três escolas secundárias de Évora estiveram concentrados na Praça do Giraldo onde cortaram o trânsito durante 20 minutos. Na escola secundária Gabriel Pereira, os estudantes em greve colocaram cadeados nos portões de entrada, impedindo o acesso de professores e funcionários.

Na Guarda, estudantes de todo o distrito concentraram-se frente ao governo civil para protestar contra a realização de provas globais, enquanto estudantes de escolas secundárias da Marinha Grande e Porto de Mós interromperam temporariamente o trânsito em algumas artérias daquelas localidades. A greve às aulas no ensino secundário recebeu o apoio de estudantes das

escolas do Lourical, Pombal, Marinha Grande, Porto de Mós e Leiria e durante a tarde realizou-se uma manifestação nas ruas de Leiria, capital de distrito.

Em Bragança, a greve dos estudantes do Secundário atingiu uma adesão de quase 100 por cento e a GNR interviu em Alfândega da Fé para desimpedir o corte da estrada para Moncorvo. Em Estremoz, foram cerca de 300 a manifestar-se nas ruas.

As Associações de Estudantes e alunos das escolas Secundárias do Barreiro fizeram uma manifestação contra as provas globais na sexta-feira, depois de terem realizado na véspera uma outra com os mesmos objectivos, tendo as autoridades policiais actuado, chegando a agredir alguns dos participantes, segundo o relato de um dirigente de uma associação de estudantes.

Madeira

Os alunos do 10º ano da Madeira estão desde segunda-feira em greve. A contestação limita-se ao interior dos estabele-

cimentos de ensino, depois de na sexta-feira terem feito uma impressionante manifestação no Funchal. Os estudantes madeirenses ficaram muito pouco satisfeitos com as explicações do Secretário Regional da Educação quando deu o "dito por não dito", ou seja, quando após ter anunciado, uma semana antes, que as provas globais não seriam efectuadas na Região, ter, a semana passada, voltado atrás, alegando "assuntos importantes e decisivos" pendentes com a Região.

Entretanto, a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAC) responsabilizou a ministra da Educação pelo



"clima de agitação que se vive em torno das provas globais".

Num comunicado de quatro pontos, emitido após uma reunião extraordinária realizada em Lisboa, que respondeu a afirmações da ministra Ferreira Leite, o Conselho Executivo da Confederação considera que cabe agora ao Ministério da Educação (ME) "restaurar o clima de diálogo que sempre animou a CONFAC e que as atitudes da sr.ª ministra vieram seriamente comprometer".

"Apesar de ter convidado a Confederação, a sr.ª ministra, desalegadamente, limitou-se a afirmar a sua decisão de realizar as provas globais no corrente ano lectivo", acusa a CONFAC em resposta ao comunicado emitido pelo Ministério da Educação em 4 de Maio.

Os representantes dos pais consideram "abusiva" a afirmação da ministra constante no mesmo comunicado de que a CONFAC dera "o seu acordo ao texto final" do diploma das provas globais, referindo que já então recusara a realização das mesmas em 1993.

Perante a decisão de Manuela Ferreira Leite e para "minimizar os prejuízos para os alunos", a CONFAC recorda ter manifestado à ministra na reunião de 2 de Maio "abertura para sugerir alterações ao regulamento das provas globais" e promover acções de esclarecimento.

"Em face do comunicado do ME, a CONFAC considera ultrapassada a disponibilidade manifestada", sublinha o documento.

De facto, o Ministério da Educação voltou a dizer que o regime

de avaliação no ensino secundário é do conhecimento de todas as escolas desde Outubro de 1993 e que, no mesmo, são admissíveis algumas alterações em cada estabelecimento. Teses defendidas por Manuela Ferreira Leite na Comissão Parlamentar que se reuniu durante a realização da manifestação dos estudantes em Lisboa. Seria recebida, de resto, uma delegação dos estudantes, a quem a ministra voltou a negar qualquer possibilidade de suspensão das provas.

PCP pede anulação

O PCP propôs, no Parlamento, a suspensão das provas globais no 10º ano, a poucas horas do início da reunião da Comissão de Educação com a ministra Manuela Ferreira Leite.

O modelo de avaliação estabelecido, lê-se no projecto de lei entregue pelo PCP, que recebeu o apoio do PS, "visa instituir um sistema de selectividade injusto" por não ser acompanhado de "quaisquer alterações nas condições de ensino nas escolas" e prever "o acentuar das desigualdades no sucesso escolar".

Os comunistas argumentam ainda que este sistema de avaliação denota "a intenção de usar a selectividade no ensino secundário como forma de limitar o acesso ao ensino superior".

O grupo parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei de artigo único em que se propõe a suspensão da vigência do Despacho Normativo sobre o regime de avaliação dos estudantes do Ensino Secundário.

As múltiplas acções de protesto

do alunos do ensino secundário ocorrem no dia seguinte aos incidentes registados entre estudantes e polícia em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa.

Os agentes da PSP destacados para o local carregaram sobre estudantes do ensino superior que pretendiam montar uma "residência universitária" na faixa de rodagem. Dos incidentes resultaram, pelo menos, dois estudantes feridos e outros dois foram detidos.

Em solidariedade com a luta do secundário e como forma de protesto contra a "carga" policial de quarta-feira, os estudantes universitários associaram-se à manifestação junto ao Ministério da Educação.

Durante toda a manhã, algumas Faculdades de Lisboa fizeram greve e realizaram plenários gerais de alunos.

As manifestações e outras acções de protesto vão continuar, em vários pontos do país, sendo possível o agendamento para os próximos dias de novas manifestações a nível nacional. Entretanto, o dia D das provas aproximou-se: 30 de Maio.

CNES da JCP Denuncia adulteração da proposta de estudantes

O Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP manifesta-se publicamente solidário com a luta dos estudantes do Ensino Secundário que nas últimas semanas têm saído à rua dizendo não às provas globais e à reforma do sistema educativo.

Demonstraram-no, dia 5 de Maio, realizando uma grandiosa greve nacional deixando bem claro a sua posição em relação às provas globais e à reforma do sistema educativo, onde milhares de estudantes por todo o país tiveram oportunidade de manifestar a sua opinião.

Foram milhares, mas algumas notícias apenas mostram o que lhes interessava, dando uma imagem totalmente adulterada das manifestações ordeiras.

O Secretariado da CNES manifesta-se contra todos os actos de violência e outras provocações que foram realizados por elementos estranhos e por alguns estudantes, condenando-os.

No entanto eles não reflectem o sentimento nem a postura da grande maioria dos estudantes do ensino secundário.

O Secretariado da CNES reafirma que as provas globais não têm apenas o objectivo de homogeneizar as notas do ensino secundário, têm principalmente o objectivo de cada vez mais seleccionar e impedir o acesso ao ensino superior.

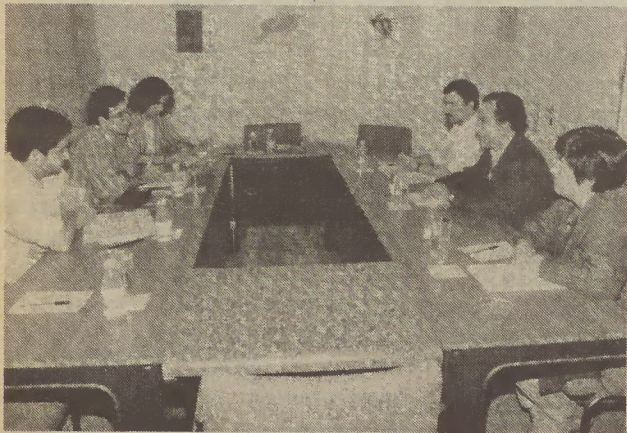
Manifesta-se contra a realização das provas globais, tal como contra esta reforma do sistema educativo, por considerar que ela está a ser generalizada nas escolas, sem que no entanto estejam criadas as condições mínimas para a sua aplicação.

O Secretariado da CNES exige a revogação do novo sistema de avaliação, a suspensão imediata do despacho normativo que obriga à realização das provas globais, e a promoção de um debate alargado e público envolvendo todos os agentes de educação: alunos, pais e professores.

O Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário

Lisboa, 10.05.94

Organizadores do Encontro Nacional da Juventude recebidos por delegação do PCP



Uma delegação da Comissão Organizadora do V Encontro Nacional da Juventude foi recebida na sexta-feira por uma delegação do PCP com o secretário-geral Carlos Carvalhas, Francisco Lopes, da Comissão Política, e Amélia Pardal, da Direcção da JCP e candidata ao Parlamento Europeu. O encontro realizou-se na sede do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

Alargamento da UE Parlamento vota à pressa passagem a dezasseis

O Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 4, o alargamento da União Europeia à Noruega, Áustria, Finlândia e Suécia. Uma decisão esperada que não deixa no entanto de provocar algumas preocupações, uma vez que o processo de alargamento, ao contrário do que seria desejável, avançou mais depressa do que o respeitante às reformas das instituições.

O adiamento da decisão chegou a ser pedido no próprio dia da votação, através de uma moção apresentada por uma centena de deputados de diferentes grupos, mas foi rejeitado. Para os dois maiores grupos parlamentares (Socialista e Popular Europeu), a ausência de um debate sério sobre as condições de alargamento não constituiu obstáculo à votação, aparentemente mais preocupados em criar um facto político a ser utilizado como forma de pressão nos referendos a realizar naqueles quatro países.

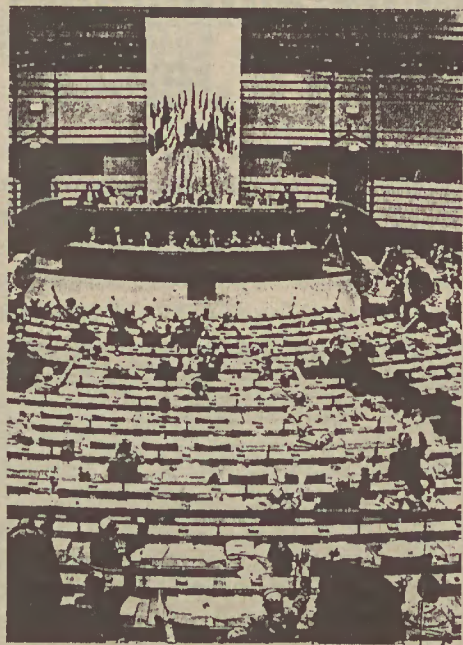
Diferente foi a posição dos eurodeputados comunistas portugueses, para quem a importância do assunto exigiria maior ponderação e menos precipitação.

Como afirmou na sua intervenção o presidente do Grupo Coligação de Esquerda, Joaquim Miranda, em causa não está o princípio do alargamento da Comunidade, questão relativamente pacífica, mas sim as condições concretas do presente processo, fruto de complexas negociações e com implicações precisas aos mais diversos níveis, quer para o conjunto da Comunidade quer para cada um dos actuais doze Estados-membros.

Para o eurodeputado comunista, não estavam reunidas as condições mínimas para a realização do debate sobre o alargamento. Por um lado, o Parlamento só tardiamente dispôs dos acordos firmados, o que impediu uma apreciação mínima dos mesmos; por outro lado, não foram satisfeitas as condições consideradas pelo PE, em Março último, como indispensáveis para uma votação dos pareceres conforme antes do termo da legislatura. Nestas condições, o que se pediu aos deputados (e a

maioria aceitou) foi "um cheque em branco" sobre o alargamento, mal disfarçado com "um simulacro de discussão, contraditório com o reforço dos poderes que o PE sempre reclamou, e obteve, no respeitante a estes domínios, e com a importância desta matéria".

Uma pressa tanto mais despropositada quanto se sabe que o processo de ratificação (da adesão) pelos parlamentos nacionais muito dificilmente estará terminado antes do início do próximo ano. O que leva a crer, como sublinhou Joaquim Miranda, "que apenas as conhecidas dificuldades que se prevêem para os referendos previstos nos países candidatos e o desejo de pressionar, influenciar e fazer



inflectir as tendências que se verificam, pelo menos em alguns desses países candidatos, podem estar na base de um tão precipitado agendamento deste assunto".

Os eurodeputados comunistas não sancionaram com o seu voto esta precipitação. Favoráveis ao adiamento do debate por considerarem que esta seria a "única posição acertada no momento presente" - quando os povos dos quatro países ainda se não pronunciaram sobre a adesão, nem as consequências da mesma são conhecidas - e a única que podia dignificar o PE, não inscreveram o seu voto entre os 259 necessários à aprovação do alargamento.

Um esclarecimento sobre os têxteis

1. Os têxteis voltaram de novo à ordem do dia com a discussão no Parlamento Europeu em torno da verba negociada pelo Governo para o sector, na sequência dos acordos do GATT.

E voltou de forma inquinada e, mesmo, marcada por comportamentos levianos e perspectivas estreitas, que poderiam ter resultado em sério sacrifício do que sempre deverá constituir uma prioridade: a defesa do interesse nacional e, no caso presente, a defesa de um sector fundamental da nossa economia.

Porque nem tudo é transparente sobre este assunto, impõe-se uma clarificação. Porque de muito perto acompanhámos e entrevistámos nesta matéria, queremos dar uma contribuição nesse sentido.

Vamos, então, aos factos.

2. Em primeiro lugar: é óbvio que o Governo negociou mal este dossier. Por várias razões:

— A verba acordada (80 milhões de contos) é manifestamente insuficiente para fazer face às dificuldades acrescidas que dos acordos do GATT decorrerão para o sector têxtil, as necessidades de investimento global (nacional e comunitário) para retirar o sector da situação difícil em que se encontra, seriam já de 750 milhões de contos.

— Foi desajustada a inscrição de tal montante na categoria 2 do Orçamento comunitário e, em particular, nas «iniciativas comunitárias», tendo em conta o regulamento das mesmas. E mais desajustada se apresenta porque este erro formal seria inevitavelmente aproveitado por quantos desde o início se opunham a uma tal transferência específica para Portugal.

Os quais, como veio a acontecer, não só não ficaram de braços cruzados, como — com base em tais argumentos formais — tudo fizeram para pôr em causa tal transferência. Nomeadamente alemães e espanhóis, com forte influência na Comissão dos Orçamentos do PE; os primeiros porque às «iniciativas comunitárias» pretendem ir buscar algumas verbas, nomeadamente com o programa CONVER, apesar de a categoria 2 — a que respeita aos fundos estruturais — constituir um terreno privilegiado para os chamados países da coesão; os segundos, porque entendiam também dever ser contemplados com algum apoio para os têxteis respectivos.

— Ainda desajustada essa inscrição naquela categoria orçamental porque, com ela, o montante de 80 milhões de contos, constituindo uma transferência adicional para o têxtil nacional, poderia não representar, pelo menos na sua totalidade, um valor acrescentado para o país, relativamente ao que antes e no âmbito do Pacote Delors II, havia sido acordado. E assim é porque a este novo objectivo não se fez corresponder uma revisão das perspectivas financeiras anteriormente fixadas, nem sequer um reforço orçamental para o corrente ano. Pelo que outros objectivos, no contexto das chamadas «iniciativas comunitárias», seriam inevitavelmente preteridos. Sendo previsível e praticamente inevitável que outros projectos nacionais a contemplar através desta rubrica seriam dos primeiros a cair.

Refira-se, a propósito e tendo particularmente em atenção quantos não acompanham muito de perto estas complexas questões orçamentais, que as «iniciativas comunitárias» constituem uma rubrica específica no âmbito das acções estruturais, envolvendo um montante global da ordem dos 90% do FEDER, cuja gestão cabe em exclusivo, regularmente, à Comissão das Comunidades, devendo destinar-se a programas ou projectos de âmbito comunitário (e, portanto envolvendo mais que um país); a aplicação destes montantes não se faz, assim, no contexto estrito dos Quadros Comunitários de Apoio.

Ao Governo cabe, assim e pelo que atrás referimos, uma forte responsabilidade. Porque, num domínio tão sensível, actuou levemente, com ligeireza, não sabendo acautelar devidamente os nossos interesses.

3. Mas igualmente irresponsável foi a atitude dos deputados do PS nesta questão.

Viram-se confrontados com a oposição de deputados do seu grupo a uma transferência específica para Portugal; alguns dos quais com forte influência na Comissão dos Orçamentos; e que sempre encobriram os seus reais propósitos com argumentos formais e processuais (os atrás referidos, evidentemente).

Mas não querendo admitir tal facto publicamente, já que isso revelaria a sua debilidade no grupo que integram e também porque uma tal situação lhes era incómoda, particularmente em vésperas de eleições, os deputados do PS, também eles invocando os referidos argumentos, fizeram uma verdadeira fuga em frente. Escondendo, porém, o que efectivamente os motivava.

E daí a formularem e difundirem, com pompa e circunstância, uma nova proposta, foi apenas um passo. Proposta que, no essencial, se resumia a um compromisso adoptado no seio do Grupo Socialista. Naturalmente, determinado pelos que aí dominam nestas matérias. Proposta que conseguiram fazer adoptar, primeiro, na Comissão dos Orçamentos e, depois, na Comissão dos Assuntos Regionais. Contra a opinião do relator desta (o irlandês Gene Fitzgerald), diga-se de passagem.

Essa proposta, tendo embora o mérito (aparente, como se verá) de ultrapassar os erros formais já salientados e de preconizar mesmo um reforço orçamental — colmatando-se, assim, os prejuízos que a solução inicial acarretava para outros objectivos — falhava, entretanto, no essencial: a sua concretização tornava indispensável uma nova negociação, envolvendo a Comissão das Comunidades e o Conselho (para além do Parlamento Europeu) e, em termos objectivos, adia-se — se é que não inviabilizava mesmo — o início da transferência para o país dos referidos 80 milhões de contos. Afinal, muita parra para nenhuma uva!

4. Nesta matéria, os deputados do PCP no Parlamento Europeu, tendo em conta os erros cometidos pelo Governo, mas tendo igualmente em devida atenção as oposições que desde muito cedo se desenharam relativamente a essa transferência para o sector têxtil nacional, pautaram a sua intervenção pelas seguintes orientações:

— Em primeiro lugar, garantir esse montante e evitar qualquer adiamento do mesmo, apesar da sua insuficiência e sacrificando, naturalmente, justas considerações de natureza formal;

— Em segundo lugar, assegurar uma posição do Parlamento Europeu favorável a uma revisão futura das perspectivas financeiras comunitárias de forma a permitir que a este novo objectivo orçamental se fizesse corresponder um aumento no Orçamento; assim se evitando que outros objectivos fossem preteridos.

E, assim, votaram favoravelmente as propostas contidas no relatório ou apresentadas no plenário que iam em tais sentidos e rejeitaram as que iam em sentidos contrários.

Na sua posição final, o Parlamento assegurou o seguinte: que a transferência para Portugal dos 80 milhões de contos se iniciasse desde já, no âmbito das «iniciativas comunitárias»; que se concretizasse uma revisão das perspectivas financeiras, de forma a garantir que esta nova transferência não inviabilizasse outros projectos.

Esta foi, definitivamente, a posição adoptada pelo Parlamento Europeu.

Que explicitamente sublinha, também e entretanto, a forma errada como o processo foi conduzido e contendo, assim, uma severa crítica ao Governo; o que não impediu que os deputados do PSD a votassem favoravelmente. E a qual rejeita, irreversivelmente, a proposta do Grupo Socialista. Mas foi, apesar disso, igualmente votada pelos deputados do PS.

Posição que contempla, afinal, o essencial das orientações que haviam presidido à intervenção dos deputados do PCP, nesta fase do processo. E que por isso, com toda a coerência, a adoptaram.

Um forte sentido das responsabilidades e a defesa intransigente dos interesses nacionais determinaram, uma vez mais, as posições dos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Em claro contraste com os que se limitam a ser porta-vozes do Governo e que, neste caso, apenas tentaram salvar a face deste, comprometida que estava por uma acção flagrantemente mal conduzida e de que resultavam sérios riscos para interesses relevantes do país; distanciando-se, dos que, movidos por manobristas e enredados em estratégias de grupo, que não determinam, dão acolhimento a propósitos marcados por interesses alheios e não concordantes com o interesse nacional.

Joaquim Miranda
Lisboa, 10 de Maio de 1994

Argélia

Um correspondente do jornal regional do leste argelino "Le Libre" e um professor de Constantine (leste) foram assassinados, notícia o diário "L'Opinion". Segundo a fonte, Djillali Arribi, jovem jornalista correspondente do "Le Libre", que foi atacado por dois jovens, sucumbiu aos ferimentos depois de quatro dias de coma, no hospital de Annaba (600 quilómetros a leste de Argel). A segunda vítima, Abdelhafid Mechat, professor e militante sindical, tinha sido raptado há três dias por um grupo de cinco indivíduos armados e foi encontrado morto, degolado, perto de Constantine (431 quilómetros a leste de Argel).

Líbano

Pelo menos três pessoas, dois civis libaneses e um combatente palestino, ficaram feridas durante ataques aéreos israelitas contra Naamé, 20 quilómetros a sul de Beirute, onde se encontra uma base de uma organização palestina. Os bombardeamentos aéreos prosseguiram de forma intermitente mais de uma hora depois. Quinze mísseis foram lançados contra as colinas de Naamé, que abrigam uma base da Frente Popular de Libertação da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG, de Ahmad Jibril). Esta base é regularmente alvo de ataques aéreos israelitas e foi bombardeada por duas vezes em Janeiro. Quatro elementos desta formação morreram na altura.

Argentina

A polícia argentina deteve na cidade de Bariloche, sul do país, o ex-capitão das SS nazis Erick Priebke, acusado de participar, em 1944, na matança de 335 italianos. O ministro da Justiça italiano, Vincenzo Conso, assinou o pedido de extradição, instando as autoridades argentinas a impedirem a fuga de Priebke, 81 anos, a viver na Argentina desde 1948. Em declarações à imprensa argentina, Priebke reconheceu ter cumprido as ordens que recebeu directamente dos comandos do Terceiro Reich e que conduziram ao assassinio de 335 prisioneiros políticos italianos em 24 de Março de 1944, em Rimini, Itália.

Iemen

Entre a crise e a guerra

Milhares de pessoas estão a fugir do Iemen, enquanto as forças nortistas tentam sujeitar a capital do sul, Aden, e impor por via militar um domínio político que nada tem, naturalmente, a ver com os princípios que, há apenas 4 anos, deram forma à unificação do país. Num momento em que se ignora ainda que desenvolvimentos militares - com inevitáveis reflexos no plano político - se irão ainda viver, uma equipa da Cruz Vermelha Internacional chegava a Aden, para tentar avaliar das necessidades humanitárias da cidade. Com cerca de 500 mil habitantes, Aden - alvo da ofensiva das tropas nortistas - está ligada ao resto do país por uma estreita faixa de terras por onde passam as principais estradas que conduzem ao norte e ao leste, situação que pode facilitar o isolamento da capital sulista.

Desconhece-se o número de vítimas de uma guerra desencadeada pelo presidente Ali Abdullah Saleh, ligado a uma forte tradição autoritária, e que tem vindo a levantar sucessivos obstáculos à democratização do país. As reivindicações de uma maior autonomia sulista, rejeitadas pela presidência, terão levado a um maior agudizar da crise que agora culmina na guerra.

Nestes mesmos dias, os partidos da oposição e várias organizações e associações, tanto do norte como do sul, publicaram um comunicado comum em que exigem "a formação de um governo de salvação nacional composto por personalidades íntegras, e cuja prioridade será a aplicação do acordo de reconciliação de 20 de Fevereiro".

A crise que agora degenerou em guerra de há muito que lavra pelo país, apesar do imenso entusiasmo popular que marcou a sua unificação.

A decisão de reunificação entre o Iemen do Norte e o Iemen

do Sul data de 20 de Maio de 1990, e passou pela junção, no poder, de Ali Abdullah Saleh, chefe do Partido do Congresso Geral, dominante no norte, que assumiu (e mantém) a presidência, e Ali Salem al-Baidh, dirigente do Partido Socialista Iemenita, do sul, hoje oficialmente destituído, que ficou então com a vice-presidência do país.

Tratava-se à partida de um processo difícil - lançar as bases de uma democracia partindo de dois sistemas profundamente diversos - um sistema tribal, semifeudal, no norte, e um sistema de socialismo estatal, no sul.

Um parlamento transitório elaborou uma Constituição democrática, aprovada em referendo.

Ao trabalho legislativo deveria entretanto seguir-se a concretização prática desses princípios democráticos. E é aí que os obstáculos começam a evidenciar-se.

Na opinião de Yasseen Saeed Noaman, secretário do Comité Central do Partido Socialista Iemenita, as origens da crise

As várias facetas do Islão

O povo iemenita, de Norte a Sul, tem uma língua e uma cultura comuns, com raízes que remontam a muitos milhares de anos antes da nossa era.

É no plano religioso (e mais recentemente, após a descolonização, no plano político, com percursos e linhas de desenvolvimento claramente diversas) que as diferenças maiores se afirmam, apesar de, na generalidade, toda a população ser muçulmana.

A comunidade judaica, outrora numerosa, em particular na zona da capital, Sanaa, está reduzida a pequenos núcleos dispersos, depois da transferência massiva de judeus iemenitas para Israel, organizada em 1950 pelos Estados Unidos.

Apesar da aparente unidade religiosa, a população iemenita está dividida entre diferentes formas de islamismo, com reflexos no plano político.

As tribos Ashed, que ocupam o norte montanhoso, professam o islão zaidita, uma seita chiita, particularmente rigorosa e fechada. Os zaiditas, para quem o poder espiritual e temporal se confundem, impuseram um regime dominado pelos chefes religiosos, o imamato, que governou o norte com mão de ferro durante mais de mil anos, até à revolução de 1962. Continuam a ter muito peso no sector "nortista" do poder.

No conjunto do país, os zaiditas são minoritários. Toda a zona costeira e as planícies são dominadas - no plano religioso - pelo sunitas shafites, muito mais abertos. É o caso do sul e da região centro do país, zonas particularmente importantes do ponto de vista económico, mais abertas a uma evolução e a transformações democráticas que o norte, profundamente marcado por tradições tribais e pelo poder dos chefes religiosos.

São clivagens que se esbatem em períodos calmos, mas que ressurtem em força nos períodos de crise.



Homens armados nas ruas de Sanaa, capital do Iemen unificado. Alguns chefes de tribos dispõem mesmo de armamento pesado, incluindo blindados

remontam ao próprio momento da unificação. "Para construir um Estado moderno, era preciso que cada um dos regimes aceitasse abandonar as suas próprias tradições; enquanto nem um nem outro eram antes". O que exigia a criação de "órgãos inteiramente novos em domínios essenciais: segurança, exército, médias e educação". Noaman sublinha que, no sul, não se hesitou "em desmantelar a nossa administração, destruir o nosso Estado para construir novas instituições com os nossos irmãos do norte".

Um exemplo que não foi seguido a norte, onde a união foi considerada "como uma anexação. Resultado: nada mudou e estes quatro anos passaram-se em debate permanente, em crises

sucessivas que acabaram sempre com acordos não aplicados".

No início de 1991, é desencadeada uma campanha de assassinatos contra os militantes e dirigentes do Partido Socialista Iemenita (PSI). Em três anos, foram mortos mais de 160 membros do PSI, sem que os assassinos tenham alguma vez sido presos. Uma situação repressiva a que se junta uma excessiva centralização do poder, com a anulação de facto da administração local. No plano económico, regista-se uma clara deterioração, com desvalorização da moeda, tráfico de divisas, aumento de preços e uma corrupção que abarca todo o país.

As tentativas de superar esta situação e relançar o processo de

unificação passaram por um conjunto de propostas - discutidas e aprovadas pelos partidos da coligação e pelas forças da oposição - de que os pontos mais importantes eram: prisão e julgamento dos criminosos da campanha de assassinatos; integração das forças militares do norte e do sul e sua evacuação do centro das cidades; descentralização, através de eleições livres e honestas em todas as regiões do país e sua divisão em quatro a sete regiões dotadas de uma administração local próxima dos cidadãos; a unificação da moeda, do ensino e da justiça.

Com base nestas propostas é assinado um acordo de reconciliação em 20 de Janeiro passado, que nunca chegou a ser aplicado.

Palestina
Acordo de autonomia
para Gaza e Jericó

Em Gaza, são dados os últimos passos para a transferência dos poderes civis - integrada no regime de autonomia - que se concretiza nestes dias. Simultaneamente, os habitantes da faixa de Gaza, que se concentraram no posto fronteiriço de Rafah para receber a primeira força de segurança palestina, foram alvo de repressão por parte do exército israelita.

Factos sintomáticos de um difícil processo de autonomia e paz, em que mesmo as concepções de fundo se mantêm díspares. Em véspera da - acidentada - assinatura dos acordos no Cairo, Yitzhak Rabin reafirmava, perante o Knesset (Parlamento israelita) que "todas as precauções jurídicas foram tomadas para que a autonomia não conduza a um Estado".

Um incidente igualmente significativo marcou a importante cerimónia de assinatura do acordo israelo-palestino para a autonomia de Gaza e Jericó, no passado dia 4, no Cairo. Yasser Arafat começou por recusar assinar um dos documentos sobre o mapa de Jericó, que será entretanto renegociado.

Tudo indica que dificuldades não irão faltar. Tanto os documentos assinados como a sua aplicação baseiam-se em compromissos difíceis e equilíbrios delicados.

Um exemplo concreto. Segundo os textos assinados, a autoridade palestina irá dispor de

poderes executivos e legislativos. Mas todas as leis terão de passar, antes de serem efectivas, pela aprovação de uma comissão conjunta israelo-palestina.

Por outro lado, o fim da ocupação é relativo. Toda a Cisjordânia, à excepção de Jericó, conti-



Trinta de Setembro de 1991, Hanane Ashraoui chega a Madrid, à cabeça da delegação palestina. O primeiro passo nas negociações em curso

nua ocupada e 11% dos 365 km² da faixa de Gaza estão ocupados por colonatos israelitas.

Factos e dificuldades que não alteram o essencial.

Com o acordo agora assinado no Cairo, é pela primeira vez instaurado um regime de autonomia, com a transferência da administração para uma autoridade nacional palestina. No próximo Outono deverão realizar-se eleições gerais.

Outro facto importante a assinalar - é a primeira vez que o exército israelita deixa uma parte da terra palestina, ocupada desde 1967.

África do Sul

Mandela presidente

Nelson Mandela foi investido em Pretória como primeiro presidente sul-africano saído de eleições multi-raciais e democráticas, perante a maior concentração de chefes de Estado desde as cerimónias fúnebres do

presidente norte-americano John Kennedy.

Após jurar cumprir o código de conduta presidencial e respeitar e defender os princípios da nova Constituição interina, Mandela tornou-se formal-

mente símbolo oficial do seu país.

Eis as palavras que proferiu: "Na presença da assistência e com conhecimento pleno da elevada missão que assumo como presidente, ao serviço da República da África do Sul, juro ser fiel à República da África do Sul e prometo solene e sinceramente promover sempre o que fizer avançar a República e opor-me a tudo o que for contra ela; obedecer, respeitar, defender e manter a Constituição e todas as outras leis da República; exercer os meus deveres com todas as minhas forças e toda a minha competência dentro das minhas capacidades e possibilidades, fiel às exigências da minha consciência; ser justo com todos e consagrar-me ao bem-estar da República e de todos os seus habitantes".

Durante a sua investidura presidencial, Mandela afirmou que o seu governo, num esforço para a renovação do país, irá analisar, com carácter de urgência, a amnistia de algumas categorias de presos políticos.

Mandela justificou aquela prioridade do governo de unidade nacional pela experiência de "desastre humano extraordinário", por ele próprio sofrida, que "durou demasiado tempo", para antecipar a formação de uma sociedade onde toda a humanidade se sinta orgulhosa de ter nascido.

"Os nossos actos diários como sul-africanos devem produzir uma realidade sul-africana actual que reforce a crença da humanidade na justiça, reforce a sua confiança na nobreza da alma humana e mantenha todas as nossas esperanças de uma vida gloriosa para todos", frisou.

Mandela não se esqueceu dos seus compatriotas que contribuí-

ram para o renascer da imagem do país entre a comunidade mundial.

"Apreciamos profundamente o papel das massas, da nossa gente e dos seus líderes políticos, tradicionais, religiosos, das mulheres, da juventude, dos empresários e outros pelo papel que desempenharam neste desfecho", sublinhou.

O novo presidente sul-africano, comprometendo o seu governo a lutar contra a pobreza, as privações, o sofrimento e a toda a discriminação, afirmou que todos os sul-africanos, negros e brancos, deverão poder "caminhar orgulhosos, sem medo nos seus corações, seguros do seu direito inalienável à dignidade humana".

"Uma nação de arco-íris em paz consigo própria e com o mundo": acrescentou Mandela, rematando "Deus abençoe a África."



Mandela na Presidência! Um novo futuro para a África do Sul

MPCA solidário com o povo sul-africano

O MPCA (Movimento Português Contra o Apartheid e o Racismo e o Colonialismo na África Austral) participou, no dia 10 de Maio, em Pretória, a convite do National Inauguration Committee, na tomada de posse do Presidente da República da África do Sul, Nelson Mandela.

O MPCA, que contribuiu no processo eleitoral, com os seus observadores devidamente credenciados, tanto na África do Sul, como nas secções de voto instaladas em Portugal, considera que a vitória alcançada pelo ANC (Congresso Nacional Africano) e por Nelson Mandela, nas primeiras eleições livres e não raciais na África do Sul, se reveste da maior importância para o povo sul-africano, para a África Austral, nomeadamente para Angola e Moçambique e para toda a Humanidade.

Trata-se de um histórico momento, decisivo para pôr fim a séculos de opressão e dominação de uma minoria sobre a esmagadora maioria do povo, trata-se de pôr fim a uma das maiores tragédias dos últimos 50 anos, o regime do Apartheid.

A vitória alcançada e a forma como decorreu todo o processo eleitoral, das negociações ao voto, apesar dos poderosos

meios utilizados para o comprometer ou inviabilizar através do terror e da violência, constituem o corolário da determinação e da coragem do povo sul-africano, do ANC e dos seus dirigentes, entre os quais destacamos Nelson Mandela, e de todas as outras forças democráticas.

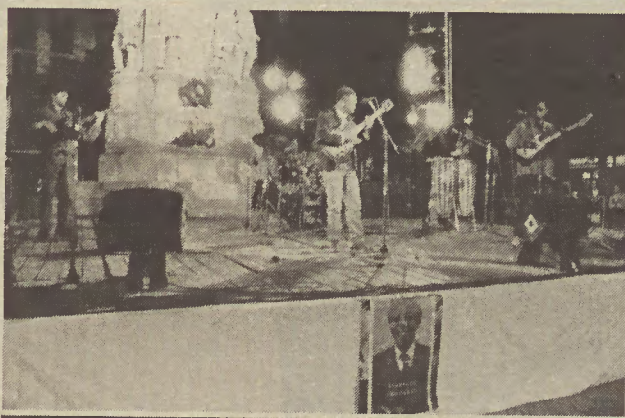
O MPCA recorda todos os que tomaram, todos os que foram privados da liberdade, recorda todas as humilhações, perseguições e discriminações de que milhões de sul-africanos foram vítimas durante a vigência do terrível e criminoso regime do Apartheid.

O MPCA, solidário e activo e consequente com o heróico povo sul-africano, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentou, procurou e manteve sempre viva a luta, a mobilização e a sensibilização da opinião pública portuguesa contra o Apartheid.

Apesar da expressiva e inequívoca opção e vontade manifestadas através do seu voto, e de um modo geral pela intervenção responsável em todo o processo, rezeamos que sejam montadas novas provocações e acções intimidatórias contra a nova África do Sul, agravando as condições de vida e dificultando a aplicação dos projectos

de reconstrução nacional. O MPCA reafirma a intenção de se manter vigilante e solidário com os esforços do povo sul-africano para alcançar uma Paz justa e duradoura, no respeito e salvaguarda da liberdade, da democracia e do progresso social.

O MPCA saúda calorosa e fraternalmente o povo sul-africano, o ANC e Nelson Mandela e associa-se à sua alegria à sua esperança de um futuro próximo de Paz, Dignidade e Liberdade.



Festa a Preto e Branco

A realização de eleições livres e democráticas na África do Sul, a vitória de Nelson Mandela e a sua eleição como Presidente da África do Sul foram motivo de festa popular, sábado passado, no Largo de Camões, em Lisboa.

Promovida pelo MPCA, pelo CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação, pelo NISP - Núcleo de Intervenção e Solidariedade com os Povos e pela Frente Anti-Racista, a Festa A Preto e Branco, que contou com a participação de artistas africanos e portugueses, reuniu algumas dezenas de pessoas.

Hungria

Partido Socialista derrotado conservadores no poder

O Partido Socialista Húngaro (MSZP) obteve uma assinalável vitória eleitoral nas legislativas de domingo passado (de que a segunda volta vai realizar-se no dia 29 de Maio).

O MSZP - que resulta, não da transformação mas da extinção do Partido Operário Socialista Húngaro, em Outubro de 1989 - triplicou os seus votos no escrutínio proporcional, relativamente aos resultados obtidos em 1990: 32,4 por cento dos votos nestas eleições, contra 10,8 por cento em 1990.

Os socialistas foram os primeiros em 160 das 167 circunscrições, cujos mandatos são decididos por escrutínio maioritário uninominal.

A subida eleitoral do MSZT regista-se em paralelo com a clara queda do Fórum Democrático (MDF), principal partido da coligação conservadora, há quatro anos no poder. O MDF obteve agora apenas 12 por cento dos votos, contra os 24,7 por cento conseguidos em 1990.

É o preço de um governo marcadamente autoritário e de uma política conducente a uma difícil situação económica e social - com quase 13 por cento de desempregados, uma inflação da ordem dos 23,5 por cento e dois terços da população a viver no limiar da pobreza.

Palestina

A sexta sessão das negociações multilaterais sobre os refugiados no Médio Oriente começou no Cairo, na presença de 40 delegações internacionais.

As negociações vão abordar seis temas: recursos humanos, desenvolvimento e formação, infância, saúde pública, infra-estruturas sociais e económicas, dados estatísticos e reunificação das famílias. O gabinete das Nações Unidas para a assistência a refugiados palestinos deve apresentar, durante esta sessão, uma série de projectos em matéria de educação, de saúde e de serviços sociais, num montante de 64 milhões de dólares, informou fonte desta agência das Nações Unidas.

A Síria e o Líbano, onde vivem, respectivamente, 306 mil e 325 mil refugiados palestinos, segundo números da agência, não participam nas multilaterais.

Guiné-Bissau

O número de eleitores recenseados com vista às primeiras eleições multipartidárias da Guiné-Bissau ascende a 404 521, de acordo com os resultados finais e oficiais divulgados em Bissau pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Em conferência de imprensa, Henrique Rosa, Director Executivo da CNE, sublinhou, em jeito de balanço, que os resultados atingidos são "globalmente positivos", pois, considerou, "foi recenseada cerca de 80 por cento da população com capacidade eleitoral".

"Este número tem de se considerar bastante positivo visto ser a primeira vez que se faz um recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau e atendendo às grandes dificuldades quer financeiras, no início, quer logísticas, quer ainda às muitas pressões psicológicas que recaíram sobre a CNE", disse.

O Director Executivo do órgão encarregado de preparar o acto eleitoral adiantou que, durante o período de reclamações, que decorreu de 4 a 6 deste mês, foram clarificados "bastantes casos" tanto de omissões, como de nomes mal escritos e ainda houve tempo para recensear

10 197 novos eleitores. Segundo os dados apresentados pela CNE, cerca de um quarto do total de recenseados, mais precisamente 97 520, obteve o cartão de eleitor no Sector Autónomo de Bissau, seguindo-se a região de Oio, Norte da Guiné-Bissau, onde foram recenseados 63 631.



Luís Sá, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, tem pena que o dia não seja de 48 horas. Tira horas ao sono, aproveita férias e tempos que poderiam ser de lazer, vive numa roda-viva para conseguir ser simultaneamente dirigente político, especialista do Poder Local, professor, candidato ao PE..., e ainda encontra tempo para dedicar à família e conversar com os filhos. Não se sente o homem-dos-sete instrumentos porque gosta do que faz e o que faz está tudo interligado. De há muito que percebeu que a Comunidade Europeia é uma constante nas vidas de todos nós, embora não nos tenham perguntado se essa era a via que queríamos seguir. Prepara-se para a batalha das europeias com o empenho de quem sabe que a voz dos comunistas é fundamental em todas frentes onde se joga o futuro dos povos e conta com o apoio de quem sabe que o voto é uma arma na luta por um outro governo e uma outra política.

É preciso mobilizar toda a gente

Enquanto professor, contactas naturalmente com jovens. O que é que significa para eles esta questão da integração europeia?

Nem todos os meus alunos são jovens. Alguns até são adultos de meia idade, o que de resto considero admirável; pessoas de 40 ou 50 anos, mães de família, que resolvem estudar, o que não puderam fazer na altura própria. Como disse, dou Aulas de Direito administrativo, o que significa que é a administração pública nacional que está sobretudo em causa. Não tenho portanto grandes possibilidades de avaliar as diferentes opiniões. Por outros contactos num âmbito mais vasto, no entanto, penso haver uma grande desinformação da juven-

O que se passa na Comunidade tem a ver com a vida quotidiana e a própria perspectiva de luta por uma nova política em Portugal pode ser influenciada significativamente por estas eleições.

tude e de outros sectores da população sobre as questões comunitárias. As pessoas não sabem exactamente o que a Comunidade faz nem até que ponto isso penetra no seu quotidiano.

Costuma referir-se a falta de poderes do PE...

Normalmente fala-se de um défice democrático que resulta da ideia, muito discutível, de que o PE devia ter mais poderes. Entendemos, porém, que os poderes que vier a ter devem afectar a Comissão e a administração comunitária e não o Conselho. Mas há pelos menos outros dois défices democráticos. Por um lado, a diminuição de poderes dos parlamentos nacionais, que deviam ter um papel importante - legislativo e de controlo. Esse papel ficou diminuído com a integração. Por outro lado, um défice de informação, de participação

dos cidadãos, nunca referido, que faz com que as pessoas estejam muito afastadas das questões comunitárias. Este facto pode vir a ter consequências em matéria de abstenção nas eleições para o PE.

Com a agravante de que vamos ter eleições num período de feriados, sempre propícios às ausências...

É sabido que fizemos críticas ao Governo português por, no momento em que as eleições foram marcadas entre 9 e 12 de Junho, não ter exposto a situação nacional (feriados a 10 e 13) e batalhado com firmeza pelo seu adiamento para a semana de 16 a 19 desse mês. Uma vez fixado o prazo, nós propusemos que as eleições fossem no dia 9, num quadro de um feriado especial para o efeito, de modo a permitir as saídas de fim-de-semana após se ter votado. É evidente que não seria a melhor solução, até porque levantava a questão da retenção dos resultados eleitorais até domingo, mas tecnicamente era realizável. É o que se passa na Inglaterra, por exemplo, que tradicionalmente vota à quinta-feira e não faz o escrutínio antes de domingo. O nosso ponto de vista não foi atendido e o que nos resta agora é desenvolver todos os esforços para mostrar ao eleitorado que o que se passa na Comunidade tem a ver com a sua vida quotidiana e que a própria perspectiva de luta por uma nova política em Portugal pode ser influenciada significativamente por estas eleições.

Há um dever cívico e uma necessidade política de votar, e designadamente de votar na CDU, que já mostrou claramente ser o melhor voto para Portugal.

Em termos teóricos, a ideia da União Europeia parece aliante: um espaço sem fronteiras, cooperação aos mais diversos níveis, coesão económica e social, intercâmbio de culturas... Por que é que esta UE não vale o benefício da dúvida?

A questão é que ao longo do tempo tem havido um conjunto de compromissos extremamente desiguais no processo de integração comunitária. No Acto Único, em particular, foi garantido simultaneamente o Mercado Interno até 1992, com as chamadas quatro liberdades (liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços), falando-se também na garantia da coesão económica e social. Nem podia ser de outro modo, porque todos reconheceram que o mercado aberto iria levar à tendência para um grande sacrifício das economias mais atrasadas, mais pobres, o que provocaria a entrada em crise de regiões inteiras.

Ora, a verdade é que tudo o respeitante ao Mercado Interno foi por menorizadamente calendarizado, as medidas foram listadas uma a uma e efectivamente executadas, porque quem estava particularmente interessado no Mercado Interno - em especial na liberdade de circulação de mercadorias, capitais e serviços e, de algum modo, na circulação de mão-de-obra como forma de exercer o dumping social - eram as transnacionais. Quanto às medidas de coesão económica e social, implicavam uma grande atenção às regiões e países mais desprotegidos e um grande aumento dos fundos comunitários. Acontece que o pacote financeiro - o chamado Pacote Delors II - foi aprovado na cimeira de Edimburgo já muito tarde (apenas em 1992) e amputado em relação às propostas iniciais.

Neste contexto, podemos dizer que, ao longo do tempo, o compromisso político entre os objectivos que mais interessam às multinacionais e os objectivos que podiam interessar aos trabalhadores, aos países mais pobres, às regiões mais atrasadas, foi um compromisso extremamente desigual. A primeira parte foi integralmente executada, enquanto a segunda parte é profundamente carecida de conteúdo. A este aspecto tem de se

acrescentar a extrema fraqueza e debilidade das políticas sociais comunitárias. Basta dizer que a Carta Social Europeia dos Trabalhadores, de 1989, em grande medida não teve conteúdo; que as medidas respeitantes aos direitos das mulheres são parciais e até contraditórias (retiram-se-lhes direitos em nome do princípio da igualdade, por exemplo em relação ao trabalho nocturno); igualmente em relação aos direitos dos jovens...

E ao trabalho infantil... Sem dúvida. O que mostra que há uma orientação prevalecente na Comunidade Europeia que não é favorável aos trabalhadores. Num momento em que no espaço comunitário há mais de 50 milhões de pobres

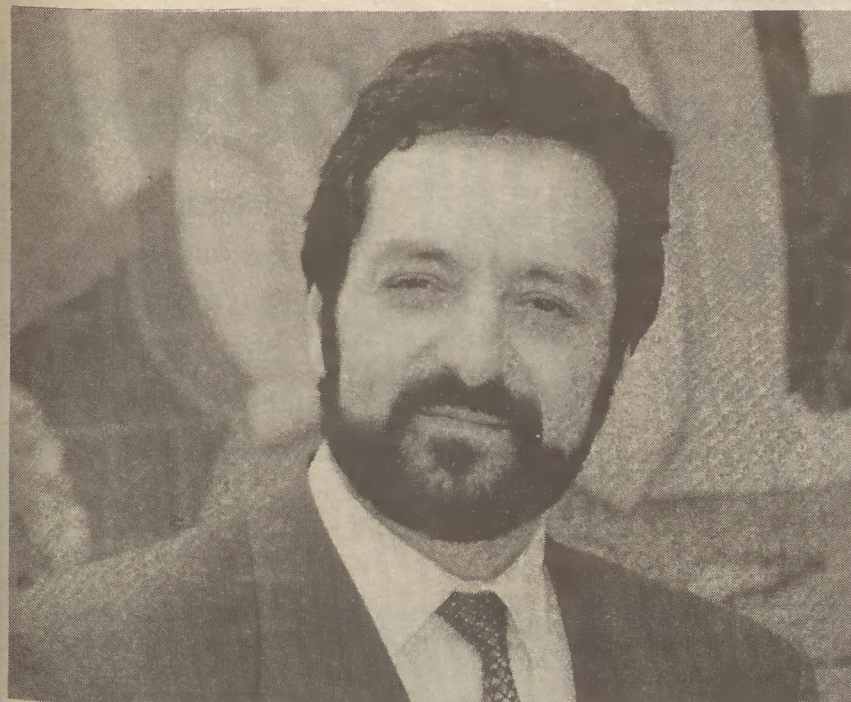
O Tratado da União Europeia deu prioridade total às medidas que podem conduzir à chamada União Económica e Monetária e em particular à moeda única, em detrimento do crescimento e do emprego.

e cerca 20 milhões de desempregados, isto é evidente. Com a agravante de que o Tratado da União Europeia deu prioridade total às medidas que podem conduzir à chamada União Económica e Monetária, e em particular à moeda única, em detrimento do crescimento e do emprego. Nós preparamos desde o primeiro momento que as políticas de prioridade ao nívelamento da inflação, do défice público, da dívida pública, pelos países que têm valores mais baixos nesta matéria, de modo a garantir que Portugal participasse na terceira fase da UEM, não podiam deixar de levar à estagnação económica e ao desemprego. Isto está comprovado, de tal forma que neste momento não há nenhum partido que diga defender uma tal orientação, apesar de terem aprovado o Tratado da União Europeia que tem como essência esta mesma política. Por mais que se diga o contrário, a moeda única valeu mais do que as pessoas para quem aprovou o Tratado.

A situação económica e social na Europa comunitária seria melhor ou pior sem a União Europeia instituída pelo tratado de Maastricht? Há quem defenda que esta crise em que vivemos seria muito mais grave sem o Tratado...

Creio que é justamente ao contrário. Há um conjunto de políticas no Tratado que começaram a ser executadas pelo Governo português antes mesmo da sua entrada em vigor. A política de taxas de juro elevadas praticada durante muito tempo, a sobrevalorização do escudo, a entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu, a redução das despesas públicas, a grande redução da participação do trabalho no rendimento nacional, a prioridade total ao abastecimento da inflação e da dívida pública, foram factores - como hoje é reconhecido por toda a gente - que levaram ao abrandamento do crescimento económico e praticamente à estagnação, o que se reflecte também no agravamento do desemprego.

Quando havia uma crise económica, normalmente as "receitas" utilizadas passavam pela desvalorização da moeda para aumentar a competitividade externa dos produtos, pelo aumento das despesas públicas para compensar a diminuição do investimento privado, por baixar as taxas de juro. Com a prioridade que tem sido dada à União Económica e Monetária e ao projecto da moeda única, o Estado deixa de poder utilizar aqueles três instrumentos e passa a utilizar sobretudo outros dois: o abastecimento dos salários e o desemprego. Este facto leva a que se possa e deva afirmar com clareza que as "receitas" previstas no Tratado de Maastricht são



Entrevista com Luís Sá

Texto Anabela Fino
Fotos Jorge Caria

As pessoas não sabem exactamente o que a Comunidade faz nem até que ponto isso penetra no seu quotidiano. O processo de integração é um processo de transferência de poderes para longe e em termos que provocam múltiplos défices democráticos

"receitas" para que sejam os trabalhadores a pagar as crises.

Uma perspectiva sombria para o futuro próximo...

Em termos de futuro próximo há determinados factores que podem vir a compensar de algum

modo as dificuldades. A partir de 1995, vai haver uma entrada importante de fundos comunitários e alguns sectores podem apresentar sinais de recuperação económica. O problema é que essa eventual situação se irá inserir num quadro de grandes dramas pessoais que permanecem, num quadro em que se continua a privilegiar o lucro em detrimento dos direitos dos trabalhadores e em que há uma enorme pressão - claramente expressa no chamado Livro Branco do Crescimento, da Competitividade e do Emprego - no sentido de procurar a competitividade externa das economias europeias à custa dos níveis salariais e dos direitos dos trabalhadores.

E o Livro Verde?

O Livro Verde é um livro de diagnóstico e de boas palavras sobre uma coisa que praticamente não existe na Comunidade, que é a política social. Os dois Livros são quase simultâneos, o que de algum modo mostra o verdadeiro carácter da política comunitária; há documentos que fazem diagnósticos correctos, boas declarações de intenção e, ao mesmo tempo, outros documentos, e sobretudo políticas práticas, que os esvaziam de conteúdo. Isso passa-se também em matérias como a política comunitária de ambiente, em que há um conjunto de legislação comunitária - 340 instrumentos no total - da qual uma parte não é cumprida pelos Estados e outra é contrariada por exemplo pela política agrícola. O mesmo sucede com a política regional; em princípio, esta política visa compensar as regiões mais atrasadas, mas se metade das verbas comunitárias vão para a política agrícola comum e 70 por cento destas verbas vão para os três países mais ricos da Comunidade; se 80 por cento do total das verbas da política agrícola vão para 20 por cento dos agricultores mais ricos, então, como é evidente, as migalhas da política regional ou do Fundo de Coesão agora criado acabam por ser contrariadas por outras políticas. A Comunidade vive desses jogos, destas influências, destes compromissos bastante desiguais para quem é mais pobre, quer a nível social quer ao nível de regiões e países.

Está na forja a aprovação de uma Constituição Europeia. A concretizar-se, em que medida poderá afectar a soberania nacional?

Está na forja, dizes bem. A Constituição não foi aprovada em plenário do Parlamento Europeu mas apenas na sua comissão de Assuntos Institucionais. Estamos convencidos que a Constituição Europeia não foi aprovada em plenário porque muitos deputados temeram uma reacção dos respectivos povos...

Em vésperas de eleições...

Exactamente. Hoje em dia, os documentos fundamentais que regem a União Europeia são Tratados, os quais são aprovados pelos órgãos de soberania dos respectivos Estados e, em vários países, em referendos. Com uma Constituição Europeia, verificar-se-ão desde logo duas alterações: a sua prevalência sobre a Constituição de cada Estado-membro, ou seja, em caso de conflito o que prevalece é a Constituição Europeia, o que coloca problemas de democraticidade de instituições e respectivo funcionamento e problemas no âmbito dos direitos fundamentais e respectiva protecção...

No entanto, o Tribunal Constitucional alemão aprovou o Tratado da União salvaguardando a possibilidade de, sempre que os interesses alemães estejam ameaçados, fazer prevalecer a legislação nacional sobre a comunitária. Parece contraditório com o que estás a dizer...

Não, não é contraditório. Essa sentença de 12 de Outubro de 1993 considerou o Tratado da União Europeia conforme com a Constituição alemã, mas caracterizou a Comunidade Europeia em determinados termos e fez um conjunto de afirmações que constituem uma derrota importante das teses europeístas. Por exemplo, já há quem defenda - a meu ver sem

base para tal - que os Tratados instituintes da Comunidade Europeia e o direito comunitário em geral (regulamentos e directivas) prevalecem sobre as Constituições nacionais.

No caso da Alemanha, o Tribunal Constitucional veio dizer que a Constituição alemã prevalece sobre os Tratados. Ora, o Tribunal pôde dizer isto porque não há uma Constituição Europeia; se houvesse, seria dado um passo gigantesco para criar um Estado Federal e neste caso a Constituição da União Europeia prevalece sobre as Constituições dos Estados federados.

A segunda alteração que importa salientar refere-se à forma de votação. A revisão dos Tratados é feita por unanimidade e com um voto decisivamente conformador dos órgãos de soberania nacionais; a revisão da Constituição de qualquer Estado federado e da Constituição Europeia seria feita certamente por maioria, ou seja, mesmo contra a vontade de determinados povos e determinados países.

Por outro lado, importa lembrar que é característico de qualquer Estado Federal ou estrutura que tenha uma Constituição, transformar determinadas políticas que se devem desenvolver como políticas intergovernamentais, portanto com voto por unanimidade, em políticas comuns, em que prevalece o voto por maioria. Estou-me a referir à política externa, à política de defesa, à política de administração interna, incluindo questões policiais e cooperação judiciária. Quando foi discutido o Tratado de União Europeia no PE, o deputado António Capucho, do PSD, condenou a chamada teoria dos três pilares, dizendo que estas três políticas deviam ser comuns, como as outras. Embora diga que nunca defendeu o federalismo, isto é evidentemente algo muito próximo da defesa do federalismo sem o nomear. De resto, o mesmo deputado aprovou o manifesto do Grupo Liberal e Reformista em que o PSD está integrado, onde claramente se preconiza o chamado federalismo descentralizado. E o PS converge em teses similares.

Uma eventual Constituição Europeia arrisca-se a ser o que os Estados mais poderosos desejarem?

No início do processo constituinte poderia ser uma Constituição pactuada; no seu desenvolvimento e nas suas revisões, com alta probabilidade de prevaleceriam os pontos de vista dos países maiores e mais ricos. Esta é uma questão que está em cima da mesa. Há uma grande pressão para hierarquizar as potências no seio da Comunidade numa série de aspectos: pôr termo à presidência rotativa do Conselho, liquidar o direito de todos os países proporem membros para a Comissão Europeia, eliminar o português e outras línguas tidas como menores como línguas de trabalho, etc. É uma política que vai no sentido de criar um directório de grandes potências em prejuízo dos pequenos países.

Os portugueses, de um modo geral, estão alheados destas questões...

Os que defendem esta construção europeia procuram apanhar os povos distraídos, actuam de uma forma quase clandestina. O modo como os federalistas passaram à clandestinidade nesta campanha eleitoral é bastante significativo e exemplar de determinados processos de actuação.

Nós, na CDU, temos dificuldades; em primeiro lugar, no respeitante à igualdade de acesso à opinião pública, mas não podemos deixar de actuar de todas as formas ao nosso alcance para contribuir para o esclarecimento da população.

As sondagens que têm vindo a público dão à CDU um magro resultado nas próximas eleições europeias. Quais as tuas expectativas?

As sondagens são diversificadas. Há determinadas empresas, e a Universidade Católica, que se caracterizaram ao longo das eleições autárquicas por fazer sondagens que confrontadas com os resultados efectivamente registados são desastrosas. Por exemplo, a Universidade Católica atribuiu-nos 13,5 por cento em Sintra e nós tivemos 28,5 por cento; deu-nos 4,5 por cento em Cascais e obtivemos

12,5 por cento... Outra empresa, que trabalha para vários órgãos de comunicação social e para o PS, previu que o PS ia ganhar folgadoamente

Estamos convencidos de que a Constituição Europeia não foi aprovada em plenário porque muitos deputados temeram uma reacção dos respectivos povos

a Câmara de Almada e a CDU conquistou uma folgadíssima maioria absoluta... E também íamos perder na Amadora, em Loures, etc.

Na recente sondagem da Universidade Católica sobre as eleições para o PE, é de assinalar o facto de terem sido feitas muitas perguntas, mas nenhuma sobre o voto anterior das pessoas, o que seria fundamental para a técnica de ponderação da amostra e correcção das distorções. Por aqui se pode concluir que ou há uma vontade de manipulação - o que em instituições como a Universidade Católica é difícil admitir - ou há uma grande imperícia técnica, o que de qualquer modo é lamentável.

E quanto às perspectivas?

Ainda vai decorrer algum tempo até às eleições... No entanto, há um aspecto decisivo para se alcançar um bom resultado: os militantes comunistas e os activistas da CDU compreenderem que esta é uma grande batalha para conquistar uma nova política para Portugal e para lutar por uma viragem de rumo na integração comunitária. Sem ganharmos a nossa organização, os militantes e activistas, todos os que se mobilizaram para as autárquicas, para desenvolverem agora uma grande campanha de esclarecimento, poderemos ter dificuldades. Se não conseguirmos fazer essa mobilização, é claro que a abstenção nos afectará tanto como aos outros.

O nosso objectivo é manter os quatro deputados que temos e se possível reforçar a nossa representação. Considero que é um objectivo realizável com o empenhamento desta grande força que a CDU pode ser.

As práticas e os caminhos de um governo autoritário

A aprovação em Bruxelas de um novo Quadro Comunitário de Apoio

abriu espaço para uma avassaladora onda de declarações e notícias por parte do Governo, acerca da próxima avalanche de milhões de que Portugal irá beneficiar até ao fim do segundo milénio.

Pelo caminho, e ainda acerca dos citados milhões, ficou também a marcar o acontecimento uma série de declarações contraditórias em relação aos montantes disponíveis para cada subsector da economia nacional. Todavia para o cidadão comum nunca ficou claro que para termos acesso a tais fundos há um esforço exigível de participações públicas e privadas, sem o qual tais montantes, ou boa parte deles, não virão a concretizar-se.

Mais opaco também fica o facto de a administração de tais fundos estar a servir a este Governo para alargar a sua tentacular rede de influências e poderes à margem das instituições e da fiscalização democrática dos órgãos institucionais.

Mais claro vai apesar de tudo ficando, quanto os citados fundos têm servido, num passado recente, para alimentar clientelas, promovendo o acelerado enriquecimento dos já poderosos grupos económicos fundidos com o poder, acompanhados de uns quantos arrivistas de todos os tempos, ao mesmo tempo que se compram silenciamentos, se ganham favores e se recrutam novas adesões para o aparelho do partido do poder. É uma enorme e viscosa maré de compadrios e corrupção a corroer o prestígio das instituições do Estado democrático.

Também claro já vai ficando o facto de o primeiro critério para aprovar projectos não ser o do seu valor em si, mas antes os interesses eleitoralistas do PSD, o peso das relações que se dispuserem junto do partido do poder e a capacidade, habilidade e disponibilidades financeiras que se mobilizarem para adocicar favores que conduzam à sua aprovação.

Em relação directa com o volume dos montantes recebidos alastra tentacularmente na sociedade uma extensa e cruzada rede de tráfico de influências que tem no seu vértice um corpo autoritário, todo poderoso, constituído por gente cujo comportamento tipifica a prática de um partido-Estado.

São, entre outros, os resultados de oito anos de adesão à União Europeia geridos pelas maiorias do PSD, cujo saldo, dramaticamente negativo, é expresso na destruição de boa parte do aparelho produtivo, no aumento do desemprego, nas exclusões sociais, na perda de importantes componentes da nossa independência.

Os recentes acontecimentos que mais uma vez abalaram a Espanha em torno da onda de corrupção que tem marcado a actuação do governo do socialista Felipe Gonzalez, em boa parte associados à gestão dos fundos comunitários, têm os mesmos sinais, assentam na natureza de classe e objectivos da política praticada e constituem significativos exemplos de práticas políticas que têm de ser combatidas.

As recentes iniciativas tomadas pelo actual Governo em relação à natureza e poderes conferidos aos órgãos de acompanhamento e gestão dos fundos ao abrigo do 2º Quadro Comunitário de Apoio, bem como noutras estruturas para canalizar apoios comunitários, configuram uma nova escadada, tendente a diminuir os poderes, eficácia e capacidade dos órgãos eleitos, para em sua substituição reforçar mecanismos que à margem das instituições e do controlo democrático, alarguem na sociedade o domínio do aparelho do partido-Estado.

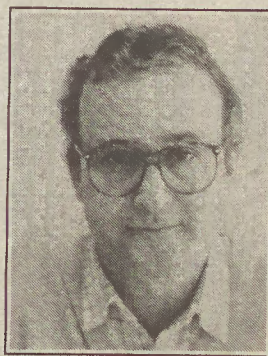
É neste sentido que o Governo actua quando publica o Decreto-Lei 99/94

de 19 de Abril reservando para si poderes determinantes para aprovar projectos e financiamentos aos mesmos, transformando as comissões de acompanhamento, nas quais figuram elementos representantes do poder local, em meros órgãos decorativos. Medida centralizadora que surge acompanhada da intolerável chantagem do Governo ameaçando excluir do acesso a projectos financiados pela comunidade as autarquias que não disponham de PDM aprovados.

Caminho idêntico está a ser trilhado com a criação das chamadas Associações de Desenvolvimento Turístico, estruturas em boa parte dominadas pelo aparelho do Governo, por onde se pretendem fazer passar a canalização de fundos para projectos turísticos e até para a própria promoção de recursos, esvaziando-se assim de poderes os órgãos eleitos das Regiões de Turismo.

Na mesma linha se tem de entender o anúncio da criação do Conselho Nacional das Empresas Turísticas, recente invenção do actual Governo, estrutura nomeada e financiada pelo Poder Central à qual se procura atribuir poderes para a definição de objectivos a financiar na área do turismo e para a qual o Governo nomeou uma mistura de grandes empresários ligados aos vários ramos do sector, pagando favores e comprando cumplicidades.

O quadro é claro e os objectivos também se entendem. Limita-se a capacidade financeira das autarquias através do não cumprimento da Lei das Finanças Locais e no mesmo sentido esvaziam-se de recursos e poderes as Regiões de Turismo em benefício da actuação de estruturas nomeadas e comandadas centralmente. Por este caminho «justifica-se» mais adiante a desnecessidade das Regiões de Turismo e coloca-se o Poder Local de novo de «chapéu na mão» a solicitar os apoios do Poder Central com este a comandar os níveis, objectivos e ritmos das obras do poder autárquico gerindo-os ao sabor das clientelas e dos apoios políticos do partido do Governo. São os caminhos da subversão do regime democrático.



■ CARLOS
LUÍS FIGUEIRA
Membro
da Comissão Política

A administração de tais fundos (do novo Quadro Comunitário de Apoio) está a servir este Governo para alargar a sua tentacular rede de influências e poderes à margem das instituições e da fiscalização democrática.

Neste quadro, não deixam de ser preocupantes as recentes declarações do secretário-geral do PS acerca do seu insólito interesse pelo apressamento da revisão da Constituição. Sabendo-se como se sabe a quanto têm levado as revisões anteriores através dos acordos estabelecidos entre PS e PSD, todos eles conduzindo, entre outros e igualmente graves aspectos, à diminuição da capacidade fiscalizadora da Assembleia da República sobre a acção do Governo, tal disponibilidade não pode deixar de preocupar, numa altura em que o que mais se poderia exigir, perante a grave situação económica e social do País e os atentados permanentes que se verificam à estrutura democrática do regime, seria concentrar esforços no combate a esta política num quadro de convergência com outros sectores e forças democráticas e entre elas com o PCP.

A falta de rigor e coerência do PS tem um largo caminho na vida política nacional. As recentes declarações produzidas por Almeida Santos no Algarve em apoio fervoroso à instituição das Regiões Administrativas não apagam da memória não só os seus discursos de sinal contrário em relação a esta importante questão do regime, como não fazem esquecer que se deve exactamente ao facto de em sede da última revisão constitucional ter sido o PS a deixar cair, por imposição dos acordos com o PSD, a possibilidade de haver regiões-piloto. Se este preceito constitucional se tivesse mantido, com grande probabilidade o Algarve já dispunha hoje da sua Região Administrativa dando com tal facto um bom contributo para o avanço na criação de Regiões Administrativas noutras zonas do País.

As tentações para arranjos com a direita tem um largo e perverso percurso na prática política do PS em prejuízo de uma política virada para o desenvolvimento económico do País, para o reforço do regime democrático, a melhoria das condições de vida dos portugueses e a independência nacional. As tentações para um novo bloco central sem Cavaco podem alimentar, na perspectiva de um mais rápido regresso ao poder, ilusões por parte de alguns dirigentes do PS. Mas são-no certamente à deriva daquilo que o País necessita, da profunda e objectivamente necessária viragem que tem de ser operada na acção governativa.

É nesta perspectiva que estamos tudo fazendo para abrir caminho para a sua viabilização convictos que existem forças e apoios políticos e sociais para a sua concretização. É nesse sentido que continuamos a considerar que o reforço da acção e influência política do PCP na sociedade é elemento essencial para dar corpo ao necessário entendimento e convergência das forças democráticas. É nesse mesmo sentido que a mobilização da organização do Partido, dos seus apoiantes e simpatizantes é indispensável face às próximas eleições para o Parlamento Europeu a fim de possibilitar que a CDU confirme e amplie os recentes resultados obtidos nas autárquicas de Dezembro último. ■



Portugal: Que futuro?

Com mais de cinco mil inscrições à partida, teve lugar nas vastas instalações da FIL, em Lisboa, o Congresso «Portugal: Que futuro?», nos três primeiros dias desta semana. Um êxito, dirá quem nele participou. Não foi essa a imagem, porém, que a generalidade da Comunicação Social quis dar ao empreendimento de um vasto e heterogéneo grupo de cidadãos preocupados com o presente e o futuro do país e que em pouco tempo reuniram em torno desse

primeiro núcleo um impressionante conjunto de participações que o próprio anúncio da Comissão de Honra já deixava adivinhar. Mais preocupados com a guerrilha que o PSD fez a esta iniciativa, aproveitando-a para desferir os seus golpes em Belém e na oposição, ou com a manifesta incomodidade do PS — cujas críticas ao presente e perspectivas quanto ao futuro têm primado pela ausência —, a imprensa tentou minimizar o alcance do Congresso. Alguns, mais espertos, foram ao ponto de, usando a frase infeliz de um congressista destacado, sublinhar que, após o discurso do Presidente da República, tudo estava dito e o Congresso acabado.

Ora, como muito bem afirmou na abertura o Comandante Gomes Motta, a sessão plenária o que fez foi «abrir as avenidas da dis-

cussão», citando António Sérgio, e «constituir um estímulo muito importante para a realização dos seus trabalhos».

O discurso de Mário Soares foi de facto estimulante. Não porque concitasse o acordo de todos em todos os pontos. Não porque fornecesse respostas às questões que levantou. Mas porque pôs o dedo nas inúmeras feridas do presente da situação portuguesa que, a continuar na mesma perspectiva, hipoteca o próprio futuro.

O Presidente da República salientaria o carácter de «reflexão colectiva» desta iniciativa, «não imediatista», «não partidária», «desinteressada». Afirmando-se «isento», não deixou de esclarecer que tal postura o não deixa «indiferente» aos problemas da sociedade portuguesa. E abordou, um a um, os que mais importantes se lhe afiguram, da educação — insistindo no diálogo — à integração europeia — criticando o desaproveitamento dos fundos da Comunidade. A crise na agricultura, nas pescas, na exploração mineira, na indústria, mereceu a sua atenção, bem como a sombria situação social, solicitando um debate que aponte soluções.

Críticas e apelos que não deixariam de encontrar ressonância entre os congressistas. E que não deixariam de suscitar grande incomodidade aos responsáveis da actual situação. O responsável máximo foi, aliás, esconder-se nas profundezas do Guadiana, esperando que as fragas do Pulo do Lobo o isolassem das vozes atentas ao presente e preocupadas com o futuro.



Mensagem de Carlos Carvalhas

O Secretário-geral do PCP enviou uma saudação, em mensagem dirigida ao prof. José Mattoso, Presidente do Congresso «Portugal: Que futuro?».

Eis o texto:

Em representação do Partido Comunista Português, desejamos saudar a realização do Congresso «Portugal: Que futuro?» enquanto importante iniciativa de reflexão diversificada e plural sobre os problemas nacionais e sobre os caminhos e as políticas necessárias para a sua solução.

Esperamos que o Congresso dê ao país, neste momento grave e difícil da vida nacional, a contribuição que muitos portugueses aguardam do empenhamento alargado dos cidadãos que, com e sem filiação partidária, nele participam e se propõem intervir.

Fazemos votos de que os trabalhos do Congresso, designadamente através das reflexões e opiniões dos participantes, possam vir a constituir um útil contributo para o processo de aprofundamento da definição de uma nova política e de ampla mobilização de energias e vontades para a sua concretização.

Pela nossa parte, intervimos na sociedade portuguesa com profunda confiança na capacidade dos portugueses de, pelo trabalho e pela luta, construir para Portugal um futuro à medida das suas justas e generosas aspirações de liberdade, democracia, desenvolvimento ao serviço de todos, justiça e progresso social, independência nacional.

Pela nossa parte, associamos a construção desse futuro a grandes e prementes tarefas democráticas e nacionais como sejam a defesa e aprofundamento do regime democrático conquistado com a revolução de Abril e do projecto de democracia política, económica e cultural consagrado na Constituição da República; a salvaguarda e modernização do aparelho produtivo nacional e um projecto de desenvolvimento inspirado pelo interesse público e nacional e pelo bem-estar do povo português; a concretização dos direitos sociais e a plena valorização do papel dos trabalhadores na vida nacional; a intransigente defesa dos interesses e da soberania nacionais no processo de integração europeia; uma activa contribuição de Portugal para um mundo de paz, de cooperação e de progresso, liberto de dominações e flagelos sociais que são uma vergonha universal à beira do terceiro milénio.

Para hoje e para amanhã, associamos também a construção desse futuro aos progressos e avanços de um indispensável e insubstituível processo de convergência, para uma necessária alternativa política, entre todos os cidadãos, sectores e forças políticas de orientação democrática.

Algumas vozes

A integração comunitária vem colocar novos problemas ao Estado e à Administração e, desde logo, no limite, o de poder contribuir para esvaziar boa parte dos poderes legislativos, financeiros e de controlo dos parlamentos nacionais. A lei 111/88 sobre esta matéria não foi cumprida. Este problema tornou-se ainda mais actual e premente com o aumento das transferências de poderes para a Comunidade Europeia, designadamente em resultado do Tratado de Maastricht.

(...) Esta situação impõe, para além da luta por alternativas concretas de poder, reformas que enfrentem e rectifiquem a presente situação, valorizando designadamente os direitos da oposição no parlamento e as formas e os meios de controlo democrático do poder, que criem mecanismos eficientes de intervenção parlamentar no processo comunitário de decisão, modernizem e alarguem a prestação de serviços pela Administração Pública, em particular na área da saúde e educação, promovam a participação individual e colectiva a todos os níveis, retomem a descentralização e instituem as regiões administrativas.

Luís Sá

No que respeita ao sistema educativo, é caótico, como sabemos, o estado em que ele se encontra. E a incompetência e o desnorde das equipas ministeriais tem contribuído para patentear de uma forma ainda mais expressiva esta situação.

A natureza estrutural e a interdependência dos factores que moldam a crise do sistema educativo são facilmente evidenciáveis e existem alguns pontos para os quais gostaria, em particular, de poder chamar a vossa atenção. Recursos financeiros escassos, insuficientes, e mal aproveitados; problemática dos recursos humanos marcada pelo economicismo e por uma política de formação contínua subvertida em relação ao que deveriam ser as suas verdadeiras finalidades; carências no plano das estruturas físicas e dos equipamentos, cuja satisfação tem vindo a ser protelada ano após ano.

Quanto à escolarização, a simples leitura dos indicadores evidencia a distância a que nos encontramos de um nível aceitável, particularmente no que respeita à educação pré-escolar, no secundário e no superior, e também no que respeita ao efectivo cumprimento dos nove anos de escolaridade obrigatória.

Edgar Correia

A promoção do desenvolvimento económico e a sua articulação com o progresso social tem de ser a linha de orientação de base de uma nova política. Não é socialmente aceitável uma política económica que destrua emprego, que liquide direitos, ou que torne as pessoas mais vulneráveis perante os riscos sociais e com medo perante o futuro. Não é aceitável que perante um desenvolvimento sem paralelo no desenvolvimento das forças produtivas, que torna o trabalho cada vez mais produtivo, se assistam a fenómenos de precarização que lembram as primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo. (...)

A destruição do aparelho produtivo tem de ser travada. Não há que inventar um país novo, mas partir dos problemas existentes para encontrar caminhos para a sua superação.

José Ernesto Cartaxo

Passados que são oito anos sobre o início da integração de Portugal nas Comunidades, a economia do país atravessa dias difíceis. A situação social degrada-se. As assimetrias de desenvolvimento acentuam-se. Contrariamente às expectativas criadas. Apesar das somas avultadas que têm entrado no país. Mas confirmando, afinal, que a integração não se resume a transferências financeiras. Para mais quando incorrectamente aplicadas. E por significativas que sejam. E são-no.

O país continua sem orientações claras — sem uma estratégia de desenvolvimento — que o apetreche para uma resposta ao actual quadro. Para evitar que se perpetue e acentue o carácter periférico e subalterno da sua economia.

Joaquim Miranda

É preocupante que, numa questão estratégica, Portugal não tenha definido um nível mínimo de segurança alimentar produzindo actualmente somente cerca de 30% das suas necessidades e que todas as regiões do interior rural estejam a ser vítimas de um processo hemorrágico, despejando nas grandes metrópoles do litoral milhares de migrantes que contribuem aqui para uma pressão insustentável e para o crescimento dos sentimentos de insegurança das populações.

Só que os problemas dos grandes centros urbanos resolvem-se também a montante desenvolvendo e não deixando morrer as regiões de origem de milhares de desenraizados que engrossam o caudal de desempregados e dos excluídos da sociedade.

Por isto tudo, é incompreensível o alheamento e até a irresponsabilidade com que, designadamente nos últimos anos, as políticas públicas têm olhado e contribuído para a liquidação da agricultura cuja existência é condição necessária para a manutenção do mundo rural.

Lino de Carvalho

Compete aos cidadãos recusar o estado de coisas reinante, compete recusar a exclusão social do toxicodependente e exigir que lhe seja proporcionado um tratamento adequado e uma completa reinserção social; compete exigir que a sociedade previna a toxicodependência; compete reivindicar um combate eficaz ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais. Aos cidadãos compete exigir uma nova política para a droga, multidisciplinar, integrada, coerente e eficaz.

Uma política apoiada num nova atitude face às questões sociais, que propicie um desenvolvimento integrado do país e integrador dos cidadãos, empenhada na erradicação das bolsas de miséria, exclusão e marginalidade, caldo de cultura da toxicodependência e do narcotráfico.

Uma política por definição nacional, que institua a efectiva responsabilidade do Estado e a clara responsabilização do Executivo nesta área e que, pelo diálogo institucional, implemente a mobilização nacional capaz de erradicar a toxicodependência.

Carlos Gonçalves

3ª Assembleia Regional do Algarve

Os trilhos do futuro

O Algarve está hoje numa encruzilhada, depois de uma década de aparente prosperidade, imagem criada à custa do

crescimento da oferta turística, que esconde no entanto profundas fragilidades no tecido produtivo, com a crise das pescas e da agricultura, com a desertificação e empobrecimento do barrocal e da serra.

A urgência de uma nova política, capaz de criar alternativas, é cada dia mais necessária. Para discutir formas de intervenção, a DORAL do PCP vai realizar no dia 15 de Maio a 3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve que reunirá cerca de 400 delegados de toda a região.

Definir os elementos de trabalho essenciais para vencer a crise e dar combate aos atrasos e estrangulamentos existentes, será a tarefa dos delegados, no decurso da Assembleia.

Uma tarefa que não seria possível, sem todo um conjunto de trabalhos preparatórios, que vão desde a elaboração de documentação até à eleição de delegados, cada um deles portador da insubstituível experiência da luta e da vida, junto dos pescadores de Olhão ou dos citricultores de Silves. Ao lado dos professores de Faro, ou os autarcas de Lagos. Próximos dos problemas das mulheres, ou do movimento associativo e cultural.

Quando as portas da 3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve se abrirem, ficam para trás horas e horas de trabalho, de forma a garantir um conhecimento profundo das necessidades e anseios da população algarvia, suporte essencial de decisões capazes de contribuir para o reforço da organização, da actividade e da influência do PCP no Algarve.

A pesca em águas turvas

As capturas diminuem, os abates forçados das embarcações e a política desastrosa, ou muito simplesmente a falta dela, que tem sido apanágio deste governo, foram objecto de um exaustivo relatório elaborado por Emílio Cadima, investigador da Universidade do Algarve, e por José Castanheira, trabalhador da Mútua dos Pescadores, em Olhão. A pesca e os pescadores estão a navegar em águas turvas, quando a costa algarvia tem enormes potencialidades de desenvolvimento pelo que se impõe a valorização desta importante actividade económica.

A agricultura sem dependências

Embora corra o risco de desaparecer como actividade produtiva, alguns locais da região, a agricultura encontra no Algarve, excepcionais condições de clima e de solo para se desenvolver. O que acontece porém é a queda drástica da produção, a quase ruína dos agricultores, a profunda desarticulação do escoamento dos produtos. As más negociações do plano de integração europeia, as taxas de juro elevadíssimas e igualmente a inexistência de uma organização verdadeiramente representativa dos agricultores

algarvios, são factores de negativa influência neste sector. José António (Alcoutim) e José Lucas (Faro) são os responsáveis pelos documentos de trabalho sobre o sector agrícola.

O papel do Poder Local

Com um papel essencial para a resolução dos problemas básicos das populações e com uma lógica de funcionamento radicalmente diferente da administração central, o Poder Local vê diminuída a sua autonomia com a retirada de poderes e a transferência de obrigações sem as correspondentes contrapartidas financeiras.

Desta matéria se encarregaram João Zagalo (Lagos), e os autarcas Mário Sousa e José Cruz (Vila Real de Santo António), bem como José de Deus, de Vila do Bispo.

Um dos pontos do seu relatório debruça-se sobre as relações com o poder central, que tem preferido dirigir o país a partir de Lisboa, de uma forma autoritária e centralista, estendendo para o país os seus longos tentáculos através das chamadas comissões de coordenação regionais.

A comissão técnica

No dia 15 de Maio, tudo vai estar a postos. Todos terão a sua documentação e para isso foi preciso paginar, imprimir, agrafar, distribuir.

A imprensa foi avisada, os militantes convocados, as comissões concelhias mobilizadas.

Se for necessário o copo de água, lá está. Também têm solução para os alojamentos, as refeições, a aparelhagem sonora, as flores, as bandeiras e imensos pormenores que têm de impreterivelmente ser resolvidos. Para tudo o que for necessário, estão responsáveis o José Freitas, a Manuela Lucas, o Jorge Malvas, o Carlos Júlio e o Francisco Botelho. Aqueles a quem resumidamente se chama a comissão técnica e de quem depende o bom andamento dos trabalhos.

O direito ao trabalho

A Constituição defende, como um dos direitos essenciais, o direito ao trabalho. Decorrente do processo de destruição do aparelho produtivo, a região tem vindo a perder, ano após ano, milhares de postos de trabalho. Face ao agravar dos problemas, é fundamental reforçar a capacidade reivindicativa dos trabalhadores. Perante o maior índice de desemprego verificado nos últimos dez anos, os problemas do emprego, das relações do trabalho e dos direitos dos trabalhadores mereceram a maior atenção de Fernando Amaro, presidente do Sin-

A eleição dos delegados

«Bom, esta coisa não tem nada que saber», explica João Zagalo, com o seu largo sorriso: fazemos as reuniões, discutimos os documentos, procuramos os caminhos e fazemos as propostas. Depois disso, é só eleger os comunistas que irão estar presentes na Assembleia. Tudo aparentemente simples. O que falta explicar é que é preciso reunir em cada uma das organizações, de uma ponta à outra do Algarve. Também importa perceber que são muitos e importantes os temas em discussão. Como é óbvio, os problemas não são iguais em todo o lado, e, para não se estar a assinar de cruz, é fundamental que todos participem e dêem a sua opinião. Afinal, os mariscadores da ria Formosa não têm dificuldades

iguais aos pescadores de Portimão ou Sagres.

E é necessário levar em conta a organização do Partido, mais reforçada nuns sítios, mais fragilizada noutros. Em Alcoutim não se pode discutir da mesma forma que em Silves, embora aparentemente a maioria da população viva da agricultura, tanto num sítio como no outro.

O que é igual em todo o lado é a proporção das eleições. Para cada dez militantes, há um delegado. Este será portador das opiniões que recolheu na sua área de organização, e irá defender os pontos de vista que os seus camaradas acharem mais justos. A consenso «demora um bocadinho» a encontrar e certamente muitos dos problemas vividos não terão solução, nem haverá

medidas para os resolver. Para isso seria necessário «uma nova política».

Na mão dos delegados, estarão igualmente os números da vida do Partido. Os militantes, as finanças, os quadros, a partilha da responsabilidade. A detecção dos erros, a correcção possível. O reforço da luta.

A assembleia «não é uma feira de vaidades», nem um encontro de amigos.

E quando Carlos Carvalhas subir à tribuna, para fazer a intervenção final, todos estarão conscientes do muito que é preciso fazer, do longo caminho que é necessário trilhar.

Até lá, «vai-se fazendo tudo o que é necessário», para que os cerca de 400 delegados tenham as melhores condições de trabalho.



dicato de Hotelaria e coordenador da União dos Sindicatos do Algarve, António Goulart, dirigente do sindicato da Função Pública, Mário Sousa, com idênticas funções no Sindicato dos Professores, de Lurdes Cunha e de Leonor Agulhas ligadas aos problemas das mulheres.

A saúde que não temos

Faltam centros de saúde, os que existem funcionam mal e o número de camas nos hospitais não chegam para os residentes. Um problema que se arrasta é a falta de articulação entre os cuidados primários e hospitalares sobretudo ao nível das consultas de especialidade. Todos estes problemas se agravam com o aumento brutal da população que o Algarve atrai durante os meses de Verão. Para fazer a radiografia ao estado da saúde, estão de serviço Margarida Agostinho, de S. Braz de Alportel, e Lurdes Guerreiro, de Faro, que preparam igualmente um diagnóstico e a possível cura das maleitas de um superdeficiente sistema.

A cultura que falta

Continua a haver quem esqueça que nem só de pão vive o homem, particularmente os responsáveis por um desenvolvimento cultural que no Algarve se torna indispensável promover, para obstar à descaracterização e à «estrangeirização» dos valores e tradições culturais e patrimoniais da região. Da defesa do património, como forma de conservar a identidade e das riquezas intrínsecas do Algarve e à sua população, preocuparam-se a pintora Margarida Tengarrinha (Portimão) e o arquitecto José Veloso, de Lagos.

O PCP no Algarve

Foi num quadro político profundamente desfavorável que a Organização Regional do PCP desenvolveu a sua actividade nos últimos anos, situação que inevitavelmente se reflectiu no funcionamento e na militância de muitos.

Mas importa sublinhar que se deu combate a esta ofensiva e continua a constituir hoje um grande colectivo partidário que não tem paralelo no panorama partidário do Algarve.

E, por outro lado, inegável o papel determinante do Partido e dos seus militantes na luta dos trabalhadores e de outras camadas da população em defesa dos seus interesses, contra a política de direita e pela construção de alternativas políticas credíveis. As batalhas eleitorais, e a activa participação das organizações concelhias e outras estruturas do Partido em realizações partidárias ou de carácter unitário marcaram sem sombra de dúvida a actividade política da região.

Na prestação de contas sobre o trabalho desenvolvido durante quatro anos de intensa actividade — tempo que medeia desde a última assembleia regional — trabalharam José Freitas, Carlos Leal e Francisco Botelho.

O enquadramento final dos documentos-base a que os delegados da 3ª Assembleia Regional do Algarve terão acesso e após ampla discussão nas organizações, foi realizado por Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável pela DORAL. A sua contribuição estendeu-se igualmente às questões económicas gerais, que permitem situar todo o quadro de intervenção da vida do Algarve.

As resoluções que a Assembleia vai aprovar, resultarão sem dúvida de quatro anos de movimento, luta, presença constante, realizada através da generosa militância de muitos quadros e militantes. Os trilhos do futuro irão ser traçados, sem baixar os braços, sem ceder às dificuldades, alicerçados em propostas justas e com a convicção que é preciso continuar a lutar por elas.

■ Miguel Urbano Rodrigues

A vitória do ANC

uma viragem na História (1)



Uma eleição raramente deixa grandes marcas na História. Na África do Sul a vitória do ANC será recordada pelos tempos fora. Foi excepção. Acredito que ficará a assinalar a fronteira de uma época de viragem com um significado tão relevante para a humanidade (embora diferente) como o da Revolução Francesa de 1789, ou o da Revolução Russa de Outubro de 1917.

Fui testemunha desse terramoto político e humanista. A ida às urnas dos sul-africanos culminou um processo de mudança traumático, sem precedentes na História.

Na África do Sul a eleição não foi apenas, como habitualmente, o desfecho de um confronto entre forças políticas e sociais com programas e objectivos divergentes.

Por uma vez, o voto produziu história profunda. Abriu caminho à superação pacífica do trágico choque racial que durante três séculos e meio cobriu de sangue o extremo sul de África.

A formação repentina de uma atmosfera de fraternidade aparente entre povos e comunidades cujas relações há meia dúzia de anos eram ainda as de senhores para servos tem sido explorada com algum sensacionalismo. Seria uma ingenuidade, entretanto, admitir que a África do Sul se transformou quase magicamente, pela simples força do voto, numa nação da qual o racismo e a exploração cruel do homem foram erradicados.

Na semana das eleições, li repetidamente nos grandes diários de Joanesburgo estas palavras: «Agora todos somos iguais!»; li também muitas vezes que «pela primeira vez todos os sul-africanos são livres».

Nesses dias vi, com alegria, negros, brancos e mestiços abraçados. Derrubavam o que a muitos se afigurava serem as últimas fronteiras de uma época odiosa. A igualdade e a liberdade não nasceram, porém, nas suas formas superiores apenas da forma das instituições e de impulsos emocionais. Por si só, a esperança não molda o mundo.

No primeiro dia de votação, ao percorrer em Joanesburgo a curta distância que separa os esplendores paradisíacos de Standton City da misérrima township de Alexandre pude contemplar e sentir o perigoso abismo que ali separa os homens.

No dia seguinte, encontrava-me em Thoroza – a mais degradada e violenta township da área do PWV – quando ouvi pela rádio do carro um discurso belo sobre a necessidade de brancos, negros, mulatos, asiáticos mobilizarem esforços para a criação de um país novo. Meditei então no apelo de Mandela para que o futuro apague o negrume do passado e do presente. Espocaram tiros muito perto. Explodiram logo conflitos claros num dos hostels – imundas barracas-dormitórios onde vivem sobretudo zulus. A votação fora interrompida por falta de boletins. Era deprimente o lugar. Nas bermas da estrada montanhas de lixo molhado agrediam o ambiente e um cheiro nauseabundo subia daquelas estrumeiras. Eram duros, desconfiados e doridos os olhares que mediam os observadores internacionais. Ali não penetrava o vento da fraternidade.

Infelizmente, há muitas Thokozas na África do Sul...

Vitória conquistada

Não poderei mais esquecer a alegria contagiante do povo negro (três em cada quatro sul-africanos) no dia em que os resultados começaram a confirmar a certeza de uma grande viragem na História. Para aquela gente, o sonho fazia-se, por fim, realidade. Sentiam-se livres e senhores do futuro (embora sem traduzirem em discurso político os sentimentos nascidos da vitória eleitoral) após séculos de colonização estrangeira, primeiro a holandesa, depois a britânica, e a seguir quase cinquenta anos de *apartheid*.

As coisas sofreram tal volta na África do Sul que o forasteiro recém-chegado experimenta alguma dificuldade em compreender a estratégia do Partido Nacional. Agora apresenta-se como o Novo Partido Nacional e a linguagem dos principais dirigentes lembra a de um partido social-democrata.

A complexidade da situação exige não apenas serenidade, mas realismo. É um facto que o *apartheid* acabou legalmente durante o Governo de FW de Klerk. O seu fim não foi, porém, uma conces-

são da minoria branca à maioria negra. De Klerk como porta-voz dos sectores mais responsáveis do seu partido soube perceber que o PN não tinha alternativa. A África do Sul mergulhada na violência, isolada economicamente, submetida a uma política condenada pela consciência universal, caminhava para o caos.

A aceitação da igualdade de todos os cidadãos perante as urnas foi o desfecho de uma longa, dramática e heróica luta. O entusiasmo popular que transformou em sombrias townships em terreiros de festa, expressou o orgulho e a alegria daqueles que, pelo voto, levaram ao Governo o ANC e os seu aliados do Partido Comunista e da COSATU. Foi uma luta que custou um preço elevadíssimo em sofrimento e sangue. Gerações de mártires e heróis deram a vida para que os negros da África do Sul tornassem possível esta viragem na História ao levarem à Presidência da República um negro, Nelson Mandela, o ex-presos da ilha de Robben, hoje personagem de epopeia.

Perdido na massa, feliz também, eu recordava com orgulho que o Partido Comunista Português foi pioneiro na solidariedade



com a luta de libertação travada pelo ANC. Na época em que aqueles que hoje atiram flores a Mandela recebiam em Lisboa com abraços e vênias Pieter Botha – o último presidente do *apartheid* – os comunistas portugueses sustentavam as reivindicações do ANC, identificavam-se com as suas aspirações e exigiam a libertação de Mandela.

A partilha do poder

Não existe obviamente eleição perfeita. Nesta houve muitas irregularidades e insuficiências. Escassearam boletins de voto em muitas regiões. Faltou material indispensável. Surgiram problemas após o encerramento da votação e na fase do transporte das urnas e da contagem. As eleições vieram revelar que a África do Sul terá mais habitantes do que se supunha. Mas pode-se afirmar que estas eleições foram globalmente livres e justas, na fórmula da ONU, adoptada pela Comissão Eleitoral Independente e pelos observadores internacionais. As falhas registadas não pesaram na atmosfera do processo nem no resultado final.

É natural que Mandela e F. de Klerk tenham manifestado repetidamente a convicção de que o ANC e o PN vão cooperar na construção de uma África do Sul diferente e melhor. Essas declarações eram quase inevitáveis no contexto do compromisso de **partilha do poder** assumido para os próximos cinco anos.

A palavra de ordem da campanha do ANC – **uma vida melhor para todos** – vai, entretanto, esbarrar a partir do primeiro dia de governo dito de Unidade Nacional com enormes obstáculos.

Os beijos que as mulheres do Soweto atiravam na ponta dos dedos aos observadores internacionais não têm o poder de apagar repentinamente a herança de séculos de uma desigualdade minuciosamente planeada e defendida pelas armas.

A África do Sul está longe de ser o país imaginado em Portugal. O Poder económico está ali concentrado maciçamente nas

mãos de meia dúzia de gigantescas transnacionais e de uma pequena elite branca. Nos últimos anos o Estado foi em grande parte esvaziado da sua substância; dele foi retirado o controlo de importantes sectores produtivos e de serviços fundamentais.

Num país cujo PIB *per capita* é um terço do português, a quase totalidade da população negra vegeta na miséria. Cerca de 77% dos trabalhadores assalariados têm um rendimento inferior a 18 contos por mês.

Buthelezi tudo fará para criar dificuldades ao novo Governo de maioria ANC. Os nazis do AWB, pelo seu lado, irão até onde lhes for permitido na sua escalada provocatória e terrorista. Já demonstraram, contudo, a sua fragilidade nas últimas semanas quando tentaram provocar a abstenção através de uma série de atentados bombistas que visavam amedrontar o eleitorado. O tiro saiu pela culatra. O povo acorreu maciçamente às urnas.

Terre Blanche e a escumalha nazi poderão fazer muito mal e derramar mais sangue. Mas a extrema direita (voltarei ao assunto em próximo artigo) não tem condições para desempenhar um papel decisivo no processo em curso.

Admito que o maior problema do Governo de forte maioria ANC (um vice-presidente e 18 ministros em 27) se situará nas frentes económica e social. A frágil unidade do Executivo acusará desde o início os efeitos da contradição entre a enorme expectativa gerada entre as massas (que esperam muito no tocante à dignificação da vida) e a inevitável resistência de influentes sectores de minoria branca a renunciar a privilégios que o *apartheid* lhe permitiu acumular.

O Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (mesmo sem nacionalizações) envolve, apesar de moderado, um desafio muito complexo. Não será fácil iniciar a democratização do Ensino e da Saúde num país onde subsistem praticamente intactas desigualdades afrontosas da dignidade da condição humana. Será igualmente difícil dar resposta minimamente satisfatória às aspirações dos moradores

das townships, hostels e acampamentos a uma habitação merecedora da palavra.

É impossível no momento prever se as maiores dificuldades e atritos resultarão de pastas como as da Defesa, dos Serviços da Polícia (antiga Ordem e Lei) e dos Assuntos Sociais terem sido atribuídas ao ANC, que se recusou a abrir mão delas, ou do facto de um Ministério nevrálgico como o das Finanças permanecer nas mãos do mesmo ministro que o chefiava (o PN terá um vice-presidente, De Klerk e seis ministros).

*

* *

Por vezes, sonhamos dezenas de anos com um acontecimento revolucionário do qual se espera a mudança da vida. Em Joanesburgo, lembrei-me com saudade do 25 de Abril durante a emocionante Festa da Vitória. Nelson Mandela acabava de falar. Poucos se conheciam nos grandes salões do Carlton. Mas todos, sem excluir o presidente do ANC, dançavam, abraçados. Todos, juntos, nas ruas próximas riam, cantavam, choravam. Tive consciência de ser testemunha de uma página de História profunda.

Mas, mesmo naquela noite irrepitível não esqueci que a confraternização maravilhosa que o mundo acompanhava emergia como fenómeno transitório e que a violência esporádica continuará, por tempo indeterminado, a ser parte do quotidiano sul-africano.

O realismo não é incompatível com o optimismo. Regresso da África do Sul com confiança reforçada. Volto de uma terra que foi berço de um regime monstruoso. Confiante de que o povo sul-africano, na sua caminhada para uma nação multi-racial, possa abrir uma janela de esperança para a África e para o mundo. A humanidade está vocacionada para ser mestiça.

(Continua)

Que democracia?

Integrado no Ciclo de Debates, promovido pelo Sector Intelectual de Lisboa do PCP, «O 25 de Abril e as Configurações da Democracia», realizou-se o debate sobre «Que democracia?»

O debate foi moderado por Modesto Navarro, da Direcção do Sector Intelectual e da DORL, e participaram Luís Sá e Jerónimo de Sousa, membros da Comissão Política do CC do PCP, e Idália Custódio, do Sector Intelectual de Lisboa.

«A profundidade da ruptura trazida pela Revolução de Abril de 1974 ao nível institucional e na Administração Pública só pode ser avaliada tendo em conta a situação anterior», afirmou Luís Sá no início da sua intervenção. Entre as questões fundamentais a considerar escolheu a questão da representação política, a inexistência da instituição parlamentar, a forma de governo, as funções e dimensão da Administração Pública e a questão da descentralização e da administração local autárquica.

E começando por referir o ponto de partida, salientou:

«- Ausência de representatividade política minimamente genuína. Eram poucos os que se inscreviam e menos ainda os que votavam. Assim, por exemplo, em 1938 estavam recenseados 743 930 eleitores (10,6% da população) e em 1969, 1 700 548 eleitores (19,5%). Mesmo após ser admitido o direito de voto das mulheres, os números de recenseados continuaram muito baixos.

«- Subalternização e mesmo inexistência da instituição parlamentar, expressa não só na inexistência de uma câmara representativa, mas também na sua dependência de facto do Governo e do Primeiro-Ministro. A responsabilidade política dos Governos perante a Assembleia Nacional estava excluída, como afirmava expressamente Salazar: «Trabalhem desta ou doutra forma, o que não pode é reconhecer-se às câmaras o direito de elevar e derrubar ministros e fazer obstrucionismos à vida política».

«- Esvaziamento da suposta bicefalia do sistema - Presidente da República e Primeiro-Ministro - através de uma afirmação do poder de facto do segundo e do apagamento do primeiro.

«- Grande redução do papel da Administração Pública como entidade prestadora de serviços e grande peso relativo da vertente repressiva.

«- Centralização administrativa muito acentuada como vertente do autoritarismo, bem traduzida no facto de não se verificar a eleição dos órgãos autárquicos: o presidente e o vice-presidente das câmaras, por exemplo, eram nomeados pelo Governo. Veja-se, a título de exemplo, este texto de António Pires de Lima: **Se o Governo, por exemplo, se reserva o direito de nomear o presidente da Câmara - Cód. Adm. arts. 71.º e 84.º - fá-lo com a ideia de assegurar que seja investido na função o mais capaz sem que daí resulte necessariamente uma limitação à autonomia. Pelo contrário: será essa a forma de assegurar maior independência ao órgão predominante da administração municipal.**

«- Fortes restrições dos direitos dos cidadãos face à Administração.»

Contribuições de Abril

Luís Sá sublinhou em seguida as contribuições de Abril e salientou as principais transformações verificadas:

«- A instituição de mecanismos de representatividade democrática resultantes do sufrágio universal, afirmando um propósito de compromisso entre democracia representativa e democracia participativa.

«- A criação de uma instituição parlamentar unicameral, tendo simultaneamente uma preocupação de dignificar a assembleia a instituir e também de evitar a carga e as tendências antiparlamentares recorrentes na vida política portuguesa.

«- A criação de um sistema misto parlamentar-presidencial, que inicialmente assumiu um maior pendor presidencial, mas que veio após a conquista da maioria parlamentar por um só partido, a assumir um maior pendor parlamentar. Com efeito, apesar de o sentido global desta revisão ser discutível, parece que se orientou para, no conjunto, limitar os poderes do Presidente da República.

«- O crescimento constante da Administração Pública enquanto entidade prestadora de serviços e, reflexamente, o crescimento mais ou menos constante dos seus recursos humanos. Este facto reflecte simultaneamente as conquistas ao nível dos direitos económicos, sociais e culturais que constituam objectivos tradicionais de luta da oposição democrática, dos operários, trabalhadores, estudantes e reformados.

«- Criação de um sistema de administração local, composto por autarquias com órgãos escolhidos por eleições realizadas a partir de 1976.

«- O reconhecimento da dignidade plena dos tribunais administrativos e a sua jurisdicionalização, dos direitos e interesses legítimos dos particulares face à Administração, a protecção dos interesses difusos e a garantia de possibilidades amplas de participação na vida pública e administrativa.»

Luís Sá referiu ainda a evolução posterior. Dentro dos vários campos enunciados caracterizou a situação nos seguintes termos:

«Evolução da representação política no sentido de importantes distorções da proporcionalidade, em particular devido à perda de população de círculos eleitorais do interior do país e da redução do número de deputados da Assembleia da República. Ao mesmo tempo verificou-se importante desactualização do recenseamento eleitoral. Assinala-se também a ultrapassagem frequente e incontrolada das despesas eleitorais, com peso crescente do poder económico. Apesar dos cuidados legais prévios, assistiu-se a uma espectacularização da vida político-eleitoral, com predomínio do «marketing» sobre a discussão de ideias e programas.

«- Diminuição crescente do peso parlamentar, de que se destaca a liderança de facto da actividade parlamentar e do grupo parlamentar da maioria pelo Governo e pelo Primeiro-Ministro, a generalização de «mandato imperativo de partido».

«Tendência para um peso muito relevante do Primeiro-Ministro no funcionamento do sistema político, tornando mesmo legítimo, desde a conquista da maioria parlamentar absoluta em 1987, falar em presidencialismo de Primeiro-Ministro.

«- Restrição do papel e recursos do poder local, manutenção persistente da não instituição das regiões administrativas e do atrofamento das freguesias.»

E salientou:

«No conjunto, parece incontestável o grande avanço e a importantíssima ruptura que o 25 de Abril constituiu ao nível da área institucional e da Administração Pública em particular.»

Luís Sá concluiu, afirmando:

«O caminho seguido pela integração europeia, designadamente após Maastricht, é um outro factor de degradação da vida democrática. Assunto após assunto, questões importantes são decididas em Bruxelas ou no Luxemburgo, longe e sem controlo dos povos, com marginalização parlamentar e papel insignificante das autarquias. Mais do que preocupações, estas e outras, há um legado e, porque não dizê-lo, um sonho, que continua em aberto e que a luta pode tornar realidade. Tal como aconteceu em 25 de Abril de 1974.»

O movimento operário

De seguida, interveio o camarada Jerónimo de Sousa sobre o papel dos trabalhadores e das profundas transformações económicas e sociais do 25 de Abril.

«Antes e durante o processo de Abril, o movimento operário assumiu um papel determinante. A natureza de classe da ditadura fascista ao serviço dos interesses dos monopólios e do latifúndio e assente na exploração desenfreada dos trabalhadores, levava a que se travassem duros confrontos e a luta se desenvolvesse ao longo de décadas.

«A legitimidade de Abril foi credenciada pelo povo português nas ruas. Mas os trabalhadores, através da formidável manifestação do 1.º de Maio, avaliaram de uma forma determinante o acto libertador do movimento dos capitães.

«Foi natural a explosão reivindicativa e os anseios de justiça social que se seguiram.

Criando um poderoso movimento de Comissões de Trabalhadores e reforçando o movimento sindical, os trabalhadores foram confrontados com a resistência do grande capital monopolista que não se limitou a tentar sustentar as reivindicações de carácter social.

«A sabotagem e os actos conspirativos contra a jovem democracia levaram o movimento operário a assumir uma nova consciência na defesa da economia e do processo democrático em curso. Através do controlo de gestão e da produção, travaram a sabotagem e o boicote, entraram nos «santuários» do grandé capital, reclamaram as nacionalizações, dando uma nova dimensão à democracia, na sua vertente participativa. Tal participação e intervenção não obedeceu a nenhum manual. Conquistaram os seus direitos exercendo-os, o que acabou por ter tradução e consagração na Lei Fundamental aprovada em 1976. Aprenderam ao longo do processo e na actual situação que vivemos que a democracia é inseparável nas suas vertentes política, económica, social e cultural.»

Idália Custódio desenvolveu em seguida o tema dos objectivos e aspirações dos jovens hoje e afirmou:

A democracia e liberdade para os jovens, hoje, significa naturalmente uma coisa completamente diferente do que significava para os jovens antes do 25 de Abril.

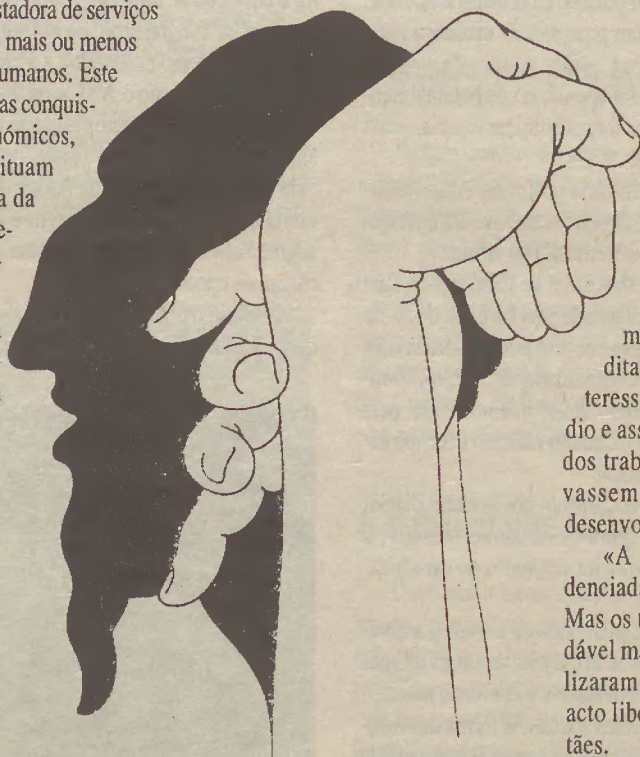
Não é a luta contra a Pide, contra o fascismo, pelo fim da guerra colonial. Para nós, hoje democracia é votar e ser eleito, podermos associar-nos, debater, decidir e ser solidário.

Mas é também o direito ao ensino gratuito, direito ao trabalho, direito à cultura e desporto; e é ainda o direito à alimentação, direito ao vestuário, direito à recusa da prostituição, à toxicodependência e à delinquência.

São conquistas de Abril, hoje direitos ameaçados por tantos anos de direita no poder.

Mas é claro que propinas e agressão policial, desemprego e racismo e intervenção militar são também aspectos da democracia que temos, mas não é a que queremos.

E desenvolveu as questões complexas da participação dos jovens na construção de uma sociedade que aprofunde os valores de Abril.



A plataforma

■ José Manuel Jara

3 — Personagens, discursos e percursos

Quais os passos percorridos, desde ontem ainda, até hoje, pelas figuras de proa desta «tendência», apostada em nada mais nada menos do que «refundar a esquerda»?

O político mais desinibido da PE, José Luís Judas, responde à seguinte pergunta da entrevistadora da «Marie Claire»:

«MC: Do que é que tem saudades? Diga a primeira coisa que lhe vier à cabeça.»

«JLJ: Tenho saudades de quando era miúdo e passeava sozinho nas noites quentes de Évora e tinha prazer em ouvir os meus passos.»

Que longo trajecto até à maturidade! Quantos passos? Numa entrevista ao semanário «Sábado» (10.1.92), JLJ dá nota do sentido das suas passadas em ecos de actualidade ideológica «PE»:

«Não se parte da ideologia. Pelo contrário, a reflexão sobre o próprio percurso é que determinará o rumo a seguir.»

Quo vadis, Judas? Vou, digo. Depois se verá para onde.

A confirmação desta pista é feita pelo entrevistador de «O Diabo» (30.3.93), quando formula a questão: «O que é a Plataforma de Esquerda, um ponto de partida ou um ponto de chegada?» Ao que Judas responde, sem hesitar: «Ponto de partida para um caminho ainda desconhecido.»

Tentemos trazer à luz do dia um pouco desse «desconhecido». Estava Judas em vésperas de ser objecto do acordo autárquico, o celebrado «protocolo» para Cascais, quando numa entrevista ao «Expresso» (6.3.93) afirmava:

«Neste momento não me vejo como autarca. Não estou a dizer que isso não possa acontecer, mas não é propriamente o que me entusiasma. E, ao contrário do que se disse, não fui convidado para uma lista.»

Num momento não se via como autarca... Era o desconhecido percurso. Viu-se, depois, como autarca; para grande surpresa sua, entusiasmou-se a valer! Os tiques característicos da «classe política» dominante, as dúvidas fingidas, as meias verdades, as reticências estudadas ou a falsa sinceridade, o suspense publicitário, a negação logo seguida pela afirmação,

o reino em que tudo é possível, são atributos bem assimilados por estes candidatos a representantes da sociedade civil e do cidadão «vulgaris». Faça-se justiça, o ex-sindicalista, reconvertido em presidente da Câmara do PS em Cascais, esforça-se na intimidade, por assumir uma postura sincera. Quando regressou à empresa de origem, após se retirar da Intersindical, comenta à «Marie Claire» o seu novo «status» intercalar do seguinte modo:

(...) «Tenho de fazer um esforço de humildade para perceber que o que faço agora não é menos importante do que fazia como activista político. Sabe, a política tem esta faculdade de nos dar a ver o mundo numa perspectiva um pouco acima do resto das pessoas, é a perspectiva macro das coisas.»

Um pouco acima, mais acima. O auto-retrato, de frente ou de perfil, ajusta-se sempre aos figurinos da moda; está aí o talento estético da figura política que se confessa sem vocação para escrever, pintar ou produzir belas coisas, pelo que, em compensação, conclui: «Atribuo maior importância ao aspecto das pessoas. Resolvi investir parte dessa minha preocupação na estética da minha apresentação.»

de elevação^(II)

Aplausos... na passerelle! Quando a jornalista do «Diário de Notícias» (26.5.93) perguntava a Barros Moura se «José Luís Judas acaba por ser quase a única face visível do acordo», responde o interpelado, com algum humor: «Terá de reconhecer que é uma boa face!»

Quando decresce o valor real, fica o valor facial... A ideologia da representação, das caras, do cenário e do simulacro rende bons juros nesta época em que o que é preciso, acima de tudo, é vender a imagem. Quanto maior a superficialidade nas ideias, melhor rende a mensagem, desde que o embrulho convença o pagode.

O percurso de Barros Moura é detectável nas suas novas posturas, apesar de manter a mesma compostura, sempre um tanto sobranceira. Ainda militava no PCP, quando num artigo editado pelo «Expresso» (13.1.90) tece as seguintes considerações: «Os prognósticos não confirmados, apesar de tudo, do “desaparecimento” do PCP serviram e servem para fundamentar uma estratégia de “bipolarização” que seria empobrecedora da democracia portuguesa e, no plano geral que agora interessa, empobrecedora da luta pelo socialismo». E, logo de seguida, acrescenta que o «momento não é de abater bandeiras,

porque a social-democracia ainda não modificou a sua prática não socialista». Mudam-se os tempos e as verdades já são outras. A «social-democracia», isto é, o Partido Socialista, já se converteu, de alma e coração à luta pelo socialismo. Desde que se aliou com Barros Moura e os seus, tudo vai bem, rumo à vitória.

Retomemos o fio dos discursos, noutra momento de análise histórico-política. Adverte o mesmo BM, numa entrevista ao «Jornal de Notícias» (16.5.92), olhos postos no futuro: «Tem vistas muito curtas quem pensa que o espectro político da esquerda se vai resumir a estes dois partidos — PS e PCP — com as características que eles têm.»

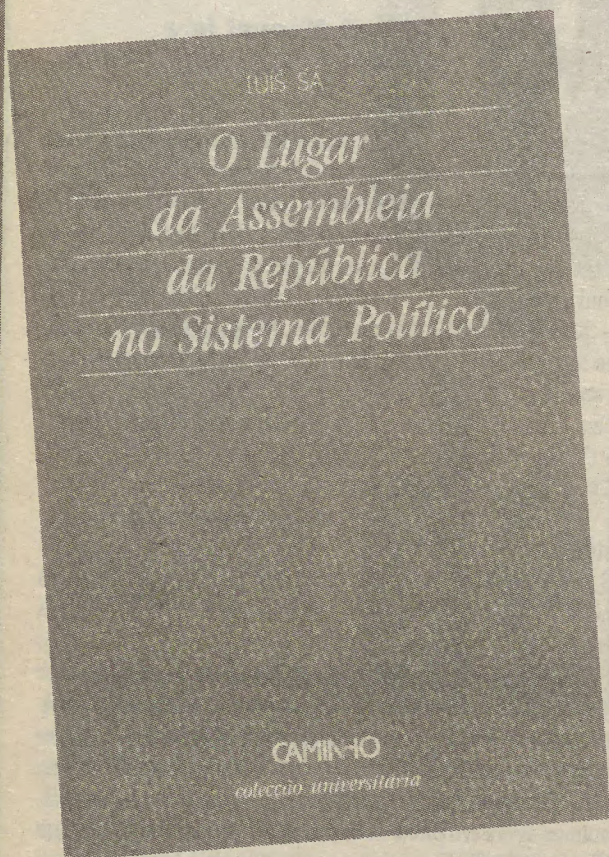
Tomemos então o pulso à mais recente prosa do mesmo autor. Vamos encontrá-la na rubrica VOX do jornal oficial do PS, Acção Socialista, em 31 de Março do corrente. Quais as suas vistas de hoje, sem nenhuma lente de correcção? Barros Moura dixit: «A alternativa ao governo de Cavaco e do PPD/PSD passa desde logo pela capacidade de ser diferente nesta questão fundamental do exercício do poder e do relacionamento do Estado com os cidadãos. Esta alternativa prepara-se na oposição. Para que ninguém possa dizer que nada distingue os dois partidos que disputam o poder». Estamos agora em plena democracia de via reduzida, com um pólo no PPD/PSD e o outro pólo, por sua autoridade, no PS/pe... Qualquer cidadão que, no pleno uso dos seus direitos, discorde da verdade decretada, que passe à oposição a B. Moura e à sua «oposição» titular.

As transformações da história mundial, produzidas pela destruição do sistema socialista na Europa e pela dissolução da URSS, deixaram, compreensivelmente, muitas cabeças num completo desatino. Como antídoto para o dogmatismo estéril e burocrático, a negação dos princípios e dos valores. A brecha aberta no processo histórico significou, para certos ideólogos, o fim puro e simples da história, a vitória definitiva do capitalismo e da civilização do capital financeiro e do mercado global (das coisas, das pessoas e das ideias). Para outros, o fim do sindicalismo e da luta de classes, simples acerto de contas. Para alguns, a reabilitação histórica da social-democracia, como o «socialismo» possível, e a condenação do ideal comunista às penas do inferno, ad eternum.

Não estranhemos, pois, que um Pina Moura recém-convertido faça exercícios de exorcismo ideológico para expulsar o seu passado. E diga que, embora não ache bem a aliança eleitoral entre o PS e o PC, tal não significa que «ache que o PCP é o diabo» («Público», 26.12.93). Imagem suscitada, provavelmente, pela época natalícia... É caso para dizer: com tanta má-fé, não irá muito longe.

Simples alibi de esquerda, na conjuntura.





A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro **O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político**, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

**É no
próximo
fim-de-
-semana**

Festival Liberdade para comemorar Abril

É já no próximo fim de semana. Na Atalaia, os jovens vão comemorar Abril com um grande Festival que inclui música, acampamento, desporto, animação, performances, artesanato, fotografia e teatro. As últimas da música e dos debates que vão ocorrer sábado e domingo são notícia nesta página.

Músicos portugueses

Delfins (Sábado, às 23 horas)

Um dos maiores sucessos dos Delfins (e dos maiores dos últimos anos na música portuguesa), o tema «Aquele Inverno», fala da Guerra Colonial. Uma canção escrita no final dos anos 80 por um grupo de músicos pertencentes a uma geração que se profissionalizaria depois do 25 de Abril de 1974. Essa poderia ser, por si só, uma razão para a sua presença no Festival Liberdade, onde gerações que nasceram depois da Revolução vão celebrar o dia da conquista da liberdade. Mas há outras razões: o grupo de Miguel Ângelo e, agora também, de Pedro Ayres Magalhães - dois impulsionadores do projecto «Resistência» - para além do sucesso discográfico da gravação mais recente dos «Delfins», traz a reputação de um conjunto de espectáculos ao vivo de excepção. Na tradição de uma formação que várias vezes foi referenciada pela crítica como «a melhor banda portuguesa ao vivo».

Luís Represas (Domingo, às 19.20 horas)

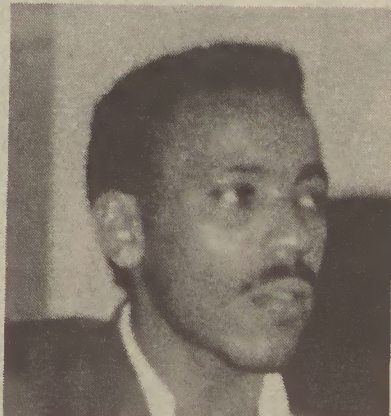
O primeiro disco a solo do ex-vocalista do «Trovante», gravado com músicos cubanos e que inclui um tema cantado em dueto com Pablo Milanês, corre o risco de tornar-se peça histórica: o regresso desta voz e deste autor/compositor de referência para a música portuguesa dos últimos 20 anos - por sinal, da música nascida depois do 25 de Abril - teve um acolhimento entusiasmado por parte do público e da crítica, eventualmente ultrapassando as previsões mais optimistas dos que se envolveram neste projecto. Facto que, aliado ao modo e intenção como se produziu aquele trabalho e ao conteúdo daí resultante, acabam por fazer a entrada discográfica de Luís Represas nos anos 90 um acontecimento especial. Tão especial como a atmosfera criada pelo cantor e os músicos que o acompanham nos espectáculos que entretanto o álbum proporcionou.

Maria João e Mário Laginha (Domingo, às 17 horas)

Maria João é «só» uma das melhores, originais e criativas vozes do jazz europeu dos nossos dias. Mário Laginha é um pianista de valência superior, sensível, inteligente, cujo trabalho sistemático com Maria João data há já qualquer coisa como três anos. Um entendimento que conduziu ao reconhecimento internacional de Maria João e Mário Laginha, reconhecimento que parece ter chegado definitivamente ao nosso país, dado o sucesso dos seus últimos espectáculos na nossa terra. A música aqui surpreende-nos, trilhando caminhos que conduzem o ouvinte/espectador para descobertas constantes, para espaços inesperados. No Festival Liberdade vai estar a música que se revela na sua forma mais livre.

Sétima Legião (Sábado, às 18.20 horas)

O Sétima Legião está na estrada para mostrar ao vivo o seu último álbum. Um grupo que produz uma música que parte da raiz popular para uma modernidade que se transformou numa imagem de marca, numa expressão de originalidade. O grupo Sétima Legião é assim um caso de unanimidade nacional fazendo dos lançamentos dos seus discos e dos anúncios das suas digressões acontecimentos aprioristicamente marcantes no mundo musical do nosso país. Através de uma expressão multi-instrumental, do mais ignorado e etnológico instrumento tradicional ao mais avançado e tecnológico sistema digital, a música do Sétima Legião encontrou essa forma de se identificar inequivocamente como portuguesa mas também com



Tito Paris

a capacidade de transmitir uma linguagem universalista, porque receptora e manipuladora de influências que chegam das mais diversas partes do mundo. O resto é a poesia das canções.

Sitiados (Domingo, às 18.10 horas)

De como o rock pode ser genuinamente português percebem os Sitiados, como o prova a sua edição discográfica mais recente, que reafirma uma das forças da sua natureza: alegria contagiante!



Sitiados

É a recriação e a nova forma de interpretar as habituais abordagens que ao longo dos anos têm sido feitas sobre a música tradicional portuguesa, é a conseguida adesão do público à festa permanente que os membros da banda entendem que deve ser a sua presença em palco. Factores que se multiplicam pelo contágio imediato provocado pelas melodias e palavras cantadas por João Aguardela, a resultar no trauteio imediato do público e a provocar nos espectáculos ao vivo - sobretudo quando a assistência é constituída por milhares de pessoas - um diálogo constante e permanentemente feliz entre palco e plateia.

Sérgio Godinho e Vitorino (Sábado, às 21.45 horas)

Este é um espectáculo especial que reúne nomes como Sérgio Godinho e Vitorino a outros como João Afonso e Mané. Um projecto só possível porque aconteceu o 25 de Abril de 1974, um projecto que acontece porque um dia em Portugal fez-se uma Revolução dos Cravos. As cantigas vão suceder-se no palco principal do Festival Liberdade, algumas certamente a celebrar essa mesma liberdade outras, porventura, a referir os perigos que ela corre. Sobre os nomes envolvidos, que há a dizer? Gente que, simplesmente, faz a história e o presente

FESTIVAL LIBERDADE

Palco Liberdade

Sábado

17.00 h - 18.10 h = Tito Paris
18.20 h - 19.20 h = Sétima Legião
20.30 h - 21.30 h = Oyster Band
21.45 h - 22.45 h = Vítorino
Sérgio Godinho
23.00 h = Delfins

Domingo

17.00 h - 18.00 h = Maria João
Mário Laginha
18.10 h - 19.10 h = Sitiados
19.20 h = Luís Represas



Sérgio Godinho

da música de expressão popular de Portugal a reunir-se com outra gente, mais nova, que se reclama herdeira directa de uma certa forma de estar nessa música. A não perder.

Tito Paris (Sábado, às 17 horas)

Nunca, como depois do 25 de Abril de 1974 e do nascimento de novas nações em África, a música popular daquele continente mereceu por parte do público português tanta atenção e popularidade. Cesária Évora, Tubarões, Celina Pereira são três de uma infindável lista de nomes de músicos e cantores africanos de países de língua oficial portuguesa que têm em Portugal público fiel. A escolha desses três nomes, todos de Cabo Verde, não é casual: sucede que no Festival Liberdade vai estar outro natural desse arquipélago - Tito Paris. Um músico de elciação cujo nome é cada vez mais pronunciado pelos amantes de música africana entre os melhores intérpretes desses ritmos e melodias especiais.

Convidado estrangeiro

Oyster Band traz a Folk/Rock Britânica

A Oyster Band trabalha desde 1985, e das raízes da folk «arrancou» um som nada estranho ao público do rock e entusiasticamente aceite pelos *indefectíveis* da folk: dançável, forte, vigoroso, lírico, sério e divertido. John Jones (voz), Ian Telfer (violino), Alan Prosser (guitarra), Chopper (baixo eléctrico) e Lee Partis (bateria) constituem a actual formação desta banca cujos espectáculos ao vivo nos surgem com a fama de provocarem no público verdadeiras explosões de dança.

Nos discos, a Oyster Band inicia-se com *Step Outside* em 1986 para no ano seguinte gravar *Wide Blue Yonder*. O grupo produziu ainda outros dois trabalhos de longa duração: *Ride* em 89 e *From Little Rock To Leipzig* no ano seguinte.

A Banda partiu da folk mais pura e, ao longo dos anos, foi-lhe gradualmente misturando elementos do rock, de forma tão bem sucedida que se torna hoje referência obrigatória em inúmeras

colectâneas e antologias folk britânicas, como as editadas pela Cooking Vinyl e a Folk Roots.

June Tabor e a Oyster Band gravaram em 1990 *Freedom and Rain*, álbum que a crítica inglesa apelidou de «casamento no céu».

O último trabalho da Oyster Band chama-se *Deserters*, e é ele que iremos ver, ao vivo, no Festival Liberdade.



Debates

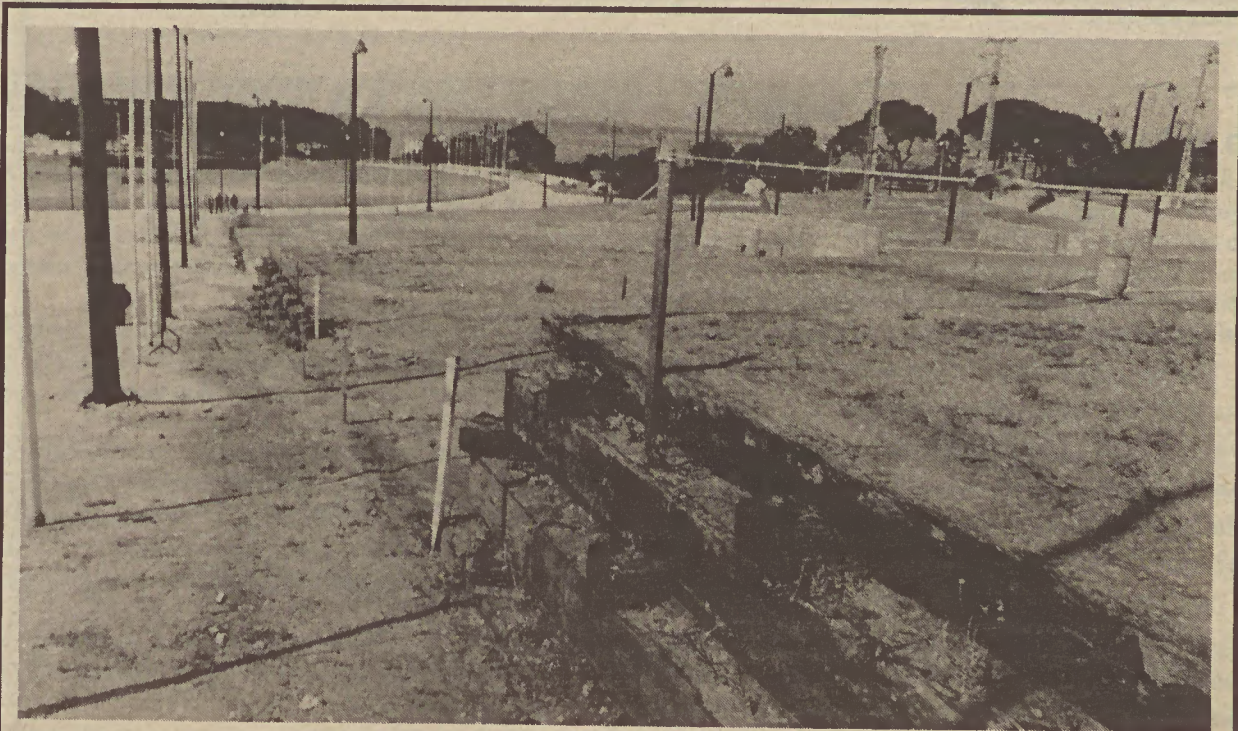
Durante os dois dias do Festival vão realizar-se três grandes debates, a realizar no auditório do espaço das Associações Juvenis, onde todos podem participar.

No sábado, às 16 horas, o tema será: **Antes de Abril - o fascismo, testemunhos de uma época.** Neste debate participam e testemunharão destacados antifascistas, ligados à oposição democrática, dirigentes de movimentos juvenis da época, personalidades da comunicação social e da cultura.

Os dias de Abril - testemunhos dos caminhos da Revolução é o tema de outro debate, sábado, às 19 horas, com a participação

de militares de Abril, dirigentes dos movimentos juvenis do período do 25 de Abril, dirigentes sindicais ligados a empresas nacionalizadas, pessoas ligadas à Reforma Agrária e representantes da música e da cultura de Abril.

20 anos depois - juventude de Abril nos caminhos do futuro é o tema do terceiro e último debate, a realizar domingo, às 15 horas. Aí estarão dirigentes do movimento juvenil com destaque para membros de organizações nacionais de juventude, associativismo estudantil do Superior e Secundário, movimento sindical e pessoas ligadas a movimentos artísticos.



Mudanças na Atalaia

Os visitantes do Festival Liberdade serão os primeiros a beneficiar de importantes melhoramentos introduzidos no terreno da Atalaia, tal como o que a imagem documenta: a transformação de uma parcela de terreno irregular em socalcos de terreno liso, com acesso assegurado por pequenas escadas. Estas e muitas outras modificações e novidades deste ano para a Atalaia serão objecto de larga reportagem a incluir no próximo número do «Avante!»



PONTOS CARDEAIS

pedagógica: pelo menos, mostrou às gerações nascidas depois do 25 de Abril que o cassetete policial continua a ser um argumento válido do Poder. Com a diferença que, desta feita, não está ao serviço duma ditadura não legitimada...

O curioso é que as duas cargas policiais sobre os jovens estudantes do País obtiveram reacções diferentes. Na primeira, a Comunicação Social ergueu-se em uníssono na exposição da brutalidade policial, mobilizando a indignação da opinião pública e generalizados protestos tanto de altos responsáveis institucionais, como das forças políticas e sociais formalmente independentes do Governo. Na segunda, a Comunicação

Social esmerou-se, também quase em uníssono, na detecção do acessório - como algumas posturas irreverentes dos jovens - dando-lhe aparência de fundamental e levando atrás, em crítica apressada aos jovens, alguns responsáveis que antes se indignaram contra a injustificável violência sobre os jovens. Esquecendo coisas tão comprovadamente elementares como a possibilidade da provocação infiltrada na manifestação dos jovens. Ou a necessidade de identificar o comportamento de todos e o desgarramento incontrolável de alguns. Ou a obrigação de

discernir entre uma ordeira expressão de massas com objectivos claros e uma selvática repressão policial com justificações obscuras. Com tudo isto, obteve-se o que ao Governo convinha: o esquecimento de que não há justificação possível para o espancamento duma manifestação ordeira de jovens e a subalternização dum protesto que, legitimamente, põe em causa uma política desgraçada no Ensino.

“Alternativos”

Falcão e Cunha, ministro do Emprego e Segurança Social, garantiu que os portugueses não têm razão para estar preocupados, pois a Segurança Social “não será privatizada”. O que o Governo pretende é criar, apenas, “esquemas alternativos privados para quem auferir ordenados elevados”. Tomando o ministro à letra e não duvidando da bondade destes objectivos, cabe perguntar algumas coisas. A primeira, é por que hão-de os portugueses de ordenados elevados necessitar de “esquemas alternativos privados” de Saúde. Como, com certeza, não será pelo gosto de esbanjar dinheiro, resta a lógica de que recorrerão a eles para obterem bons serviços. O que leva à conclusão de que os serviços públicos de Saúde, se estão mal, irão ficar piores. O que leva a uma outra questão. Se os serviços públicos de Saúde vão ficar piores, que interessa garantir que “a Segurança Social não será privatizada”? Basta ser esvaziada do que realmente interessa: meios e recursos para cumprir a sua função, aliás constitucionalmente consagrada. Com tudo isto, o ministro ainda diz que os portugueses “não devem estar preocupados”? Só se for ele e os amigos - os tais que podem ter “alternativos” à vontade...

FRASES da SEMANA

“Os analistas malévolos costumam qualificar esse comportamento (do Presidente da República no final do segundo mandato) do canto do cisne”

— Duarte Lima, in “Diário de Notícias”, 10/5/94

“O PSD tem muito apreço pelo senhor Presidente da República”

— idem

“Passei todo o dia com a família no Pulo do Lobo, perto de Mértola, no Alentejo profundo, e regressi já perto da meia-noite”

— Cavaco Silva explicando à Comunicação Social a razão por que desconhecia o conteúdo do discurso do Presidente da República no Congresso “Portugal: Que Futuro?”

“O Primeiro-Ministro reagiu como é habitual nele. Quando uma coisa não lhe interessa, diz que não ouviu ou não leu os jornais”

— Comandante Gomes Motta in “Diário de Notícias”, 10/5/94

“O Governo de Cavaco Silva, pela sua postura, pela arrogância, pela incompetência, pela tenocracia em excesso, irrita-nos”

— Luís Filipe Malheiro, assessor do presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e membro da comissão política do PSD, in “Diário de Notícias”, 9/5/94

“(O PSD) não é fácil de liderar, porque se exige do líder que interprete a vontade das bases”

— Cavaco Silva in “Correio da Manhã”, 7.5.94

“A terra treme todos os dias em Portugal. Há falhas geológicas activas e poucos parecem preocupados com o fenómeno”

— Headline no “Tal & Qual”, 6/5/94

Manifestações

Os protestos estudantis contra a política governamental no Ensino - primeiro recusando a imposição unilateral de propinas, agora reagindo a um abrupto exame aos alunos do

10º ano - salvaram no Governo de Cavaco Silva uma reacção irreprimível - a de calar as reivindicações à bordoadada. Considerando a incapacidade do Executivo PSD em lidar com a contestação, o acto não deixou de ter a sua abertura

PONTOS NATURAIS



Em poucas palavras

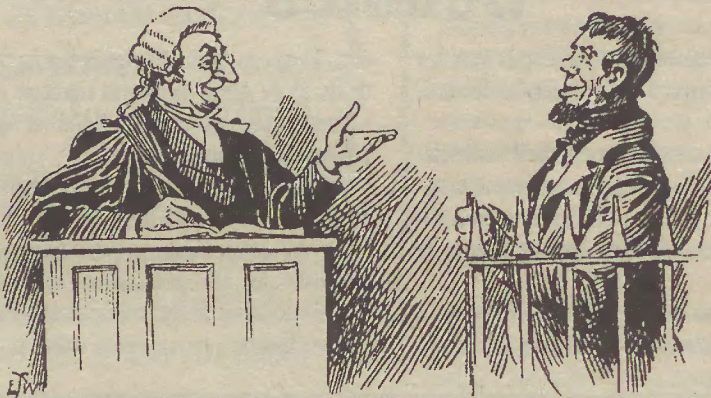
Quem rouba pouco é preso. Quem rouba muito é V. Excelência.

O grande corrupto tem sobre os pequenos uma vantagem: pode sempre recorrer para o Supremo.

Os portugueses têm o direito a férias. O que não têm é o direito a gozá-las.

Tanto mudaram os tempos que já não sei como dizer: democracia burguesa, ou democracia borgessa?

O Capitalismo continua a estrangular. Só que passou a usar luvas.



Muitos atropelados mortalmente pelo comboio viajavam em primeira classe.

As mais sujas de todas as mãos são as mãos que nada fazem.

Foi preciso que tantos comunistas morressem pela liberdade dele para que ele pudesse dizer mal dos comunistas.

Diz o sábio ao neutro: — Tomas o partido de quem?

Desfala do que falava?
Desfalava do que fala?
Desfalando agora, cala?
Falando outrora, calava?

Na pista da memória

O Crime

Antes do 25 de Abril, a azeitona era colhida e os desperdícios ficavam abandonados. Era o rabisco. Para se apanhar o rabisco era preciso uma autorização. Uma pessoa apanhava o rabisco, levava um litro de azeitonas ao lagar e trazia um decilitro de azeite em troca. Mas era perseguido pela GNR e pelos patrões. Se um homem, sem autorização para apanhar o rabisco, fosse apanhado com um saco de azeitonas, era levado preso no meio de dois guardas republicanos a cavalo a dar uma volta pelo Rossio de Estremoz, para exibirem à porta dos cafés o homem descalço com o saco às costas antes de o levarem para o posto ou para a cadeia.

(Professor Aníbal Torcato Alves, programa Quem fala assim... na TV2)

Do Livro dos Salmos

Testemunho

Esta é a terra de Sião no extremo norte.

Contra ela se uniram os monarcas. Porém, logo que a viram, o medo os assombrou como à mulher em parto pelo vento de oriente (que debanda fortes naves da Társis) destroçados.

Nossos avós assim nos relataram. Assim vimos. Assim andarás por Sião correrás em redor verás suas muralhas contarás suas torres

Fixa com atenção. Os séculos pedirão que testemunhes.

(Salmo 48)

Mário Castrinho

Reuniões e plenários

CACÉM

Plenário de Reformados sobre a situação social e política e eleições para o PE: segunda-feira, 16, às 15.00, no Centro de Trabalho

LISBOA

Almoço-convívio da Freguesia de Alcântara: sábado, 14, a partir das 13.00, no CT de Alcântara, com a participação Jorge Gouveia Monteiro
 Plenário de militantes da freguesia de Olivais: sábado, 14, às 16.00, no CT dos Olivais
 Plenário de Reformados - militantes do Partido e amigos - sobre a situação política e social e eleições para o PE: quarta-feira, 18, às 15.00, no CT Vitória

MARINHA GRANDE

Sessão-debate da CDU com Reformados: na Sede da Ordem, sábado, 14, às 16.00

PORTO

Encontro/debate sobre a Reforma Educativa, promovido pela Organização de Professores: sábado, 14, às 15.00, no Hotel Tuela

QUELUZ

Plenário de Reformados sobre a situação e lutas dos reformados e eleições para o PE: sexta-feira, dia 13, às 15.00, no CT de Queluz

TORRES VEDRAS

5ª Assembleia da Organização Concelhia: no Auditório Municipal, sábado, 14, a partir das 15.00, com a participação do camarada José Casanova

SINTRA

Reunião da célula da Câmara Municipal de Sintra: sábado, 14, às 15.00, no Centro de Trabalho do Cacém, com a participação do camarada Romeu do Rosário

VENDAS NOVAS

Plenário de militantes, para discussão das tarefas da organização concelhia nas eleições para o PE: sexta, 13, às 21.00, no Centro de Trabalho
 Reunião de Reformados membros do PCP sobre as eleições para o PE: sexta, 13, às 16.00, no Centro de Trabalho

RIO DE MOURO

Almoço-convívio da CDU
 Domingo, 15, às 13h, no CT com a participação de Jaime Félix

Encontro Ambiente e Desenvolvimento

14 de Maio de 1994, pelas 10,30 h
 Hotel Berna (Sala VIP), em Lisboa com Carlos Carvalhas e Luís Sá

CARLOS CARVALHAS

Iniciativas com a participação do Secretário-geral do PCP

Apresentação do MANIFESTO DA JUVENTUDE CDU

com Amélia Pardal e Heloísa Apolónia
 Quinta-feira, dia 12, às 16.30, no Solar do Vinho do Porto

**

FARO

3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve
 Dia 15, das 9h30 às 18h, no Cinema Sto. António
 Às 17h, Sessão de encerramento

**

Visita aos concelhos de BARREIRO e SEIXAL

terça-feira, dia 17, com Manuela Cunha e Deputados do PCP na AR
 Barreiro - visita à Santa Casa da Misericórdia (11h); almoço no Nicola com trabalhadores das autarquias (12h); visita ao Centro de Reformados do Barreiro (15h); jantar com apoiantes da CDU, na Adegas Parque (19h30)
 - Sessão Pública da CDU sobre "Portugal e Europa - Problemas Sociais", no Auditório da Biblioteca da CM do Barreiro (21h30)
 Seixal - encontro com trabalhadores da INDELMA, junto à portaria (16h)

ÁLVARO CUNHAL

nos distritos de Évora e Portalegre CAMPO MAIOR

Sexta-feira
 Sala dos Bombeiros Voluntários, às 21h30
 Colóquio: 20 anos do 25 DE ABRIL

**

Distrito de PORTALEGRE

Sábado
 Encontros com as populações de Arronches (Pç. da República) - 11h
 Fronteira (Lg. da Igreja) - 12h
 Ervedal (junto ao Centro de Dia) - 12h45
 Alcórrego (junto à Creche) - 16h30
 AVIS - Sessão sobre 20 Anos do 25 DE ABRIL (Sala da Junta de Freguesia, 17h)

**

Distrito de ÉVORA

Sábado
 ÉVORA - Debate sobre "O PCP e o 25 DE ABRIL" (Palácio D. Manuel, 21h)
 Domingo
 Portel - Almoço-convívio, às 13h
 Montemor-o-Novo - Debate sobre 20 Anos do 25 DE ABRIL (Auditório da Biblioteca Municipal, 16h)

Iniciativas com a participação de LUÍS SÁ

Quinta-feira, 12

Distrito de SETÚBAL

Torre da Marinha
 - visita ao Mercado - 10h
 - visita à Unidade de Saúde - 10h45
 Seixal - visita à URPI - 12h
 - visita à Siderurgia Nacional - encontro com a Administração - 15h
 - encontro com as ORT's - 17h
 - jantar com autarcas e representantes das ORT's na Quinta da Valenciana, em Fernão Ferro
 - Debate sobre questões económicas e sociais no quadro da UE - na Timbre Seixalense, às 21h30

Sexta-feira, 13

Distrito de SANTARÉM

Samora Correia - encontro com agentes económicos do concelho - 17h30
 Salvaterra de Magos - jantar no restaurante Avenida - 20h
 Benavente - festa-comício no Parque 25 de Abril. Espectáculo com Brigada Victor Jara

Domingo, 15

Distrito de CASTELO BRANCO

Covilhã - Comício-Festa - 21h

Segunda-feira, 16

AVEIRO

Participação em conferência do ciclo "Portugal na Europa", promovido pela Associação de Estudantes do Inst. Sup. de Cont. e Administração - no Auditório do Instituto, às 21h

Terça-feira, 17

Distrito de BRAGANÇA

Bragança - encontro com a população na Pç. 1º de Maio - 13h
 Vilas Boas - visita; encontro na Junta de Freguesia - 18h30
 Mirandela - Festa CDU, às 22h, no Parque do Império. Espectáculo com Jorge Lomba e Os Lombos

Quarta-feira, 18

Distrito de VILA REAL

Chaves - intervenção junto ao Estádio Municipal de Chaves - 10h
 Vila Real - sessão-festa na Av. Carvalho Araújo - 21h30



Jornada Eleições para o Parlamento Europeu

no distrito de SANTARÉM

Sexta-feira, dia 13

com CARLOS CARVALHAS, Sérgio Ribeiro, Manuela Cunha, Luís Peixoto:

Entroncamento - visita às oficinas da CP (10h) e da E.M.E.F. Santarém - contactos com a população na zona comercial do Centro da Cidade (14h30)
 Alpiarça - encontro com a população junto ao "Águias de Alpiarça" (18h45)
 Cartaxo - encontro com a população de Valada, no Lg. Humb. Delgado (19h45)
 - jantar CDU no Parque de Exposições/Campo da Feira (20h30)

com LUÍS SÁ, Manuela Cunha-eleitos CDU nas autarquias:
 Samora Correia - encontro com agentes económicos do Concelho (17h30)
 Salvaterra de Magos - jantar-convívio no restaurante Avenida (20h)
 Benavente - Festa-comício no Parque 25 de Abril (22h)
 Espectáculo com Brigada Victor Jara

Chamusca - visita às Festas da Semana da Ascensão e jantar-convívio com Sérgio Ribeiro

Tomar - Visita de Agostinho Lopes, António Ferraria e Carlos Amaro: contacto com trabalhadores de empresas, agricultores e população

Colóquio com Domingos Abrantes em Pinhal Novo - No Centro de Trabalho de Pinhal Novo realiza-se amanhã, sexta-feira, às 21h30, um colóquio debate moderado pelo camarada Domingos Abrantes e subordinado ao tema "Emprego e Desemprego na Europa Comunitária"

Esmoriz - Encontro com os pescadores e debate sobre "Os Pescadores e a União Europeia": sexta-feira, dia 13, às 18h, na sala da Forpesca, com a participação de João Lopes

Sérgio Ribeiro em Montargil e Ponte de Sor - Na próximo sábado, Sérgio Ribeiro terá um encontro com a população em Montargil, às 16h, junto ao Posto de Turismo, e um outro com a população de Ponte de Sor (às 19h), junto ao Jardim, onde também se realiza, a partir das 20h, um espectáculo com a Brigada Victor Jara

Vila Franca de Xira - Apresentação pública do plano de campanha eleitoral concelhio: na Galeria Bar, sexta-feira às 18h

Barata-Moura em Coimbra e Condeixa - José Barata-Moura cumprirá na próxima sexta-feira um programa de contactos com instituições culturais, professores e estudantes dos dois concelhos, a concluir às 21h30, no Almedina Coimbra Hotel, em Coimbra, com um debate público subordinado ao tema "A investigação, o ensino, a formação em Portugal e a União Europeia"

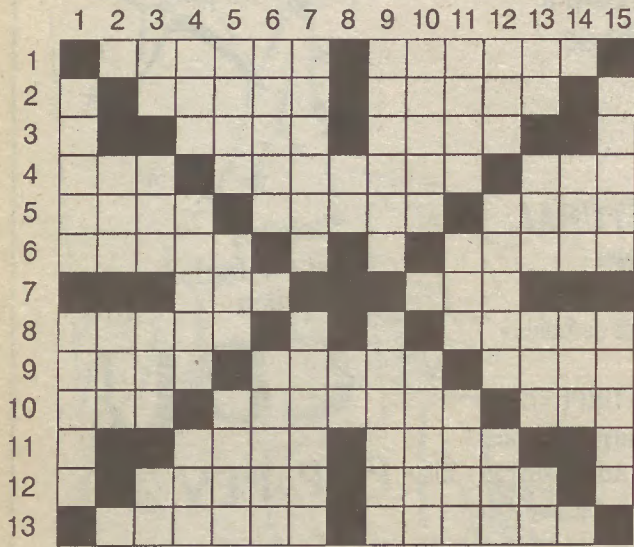
Iniciativas no concelho da Moita - Sessão-debate sobre as eleições para o PE em Alhos Vedros (na SILCORK), às 16h, com a participação de Regina Marques; Encontro com Reformados sobre o mesmo tema na Baixa da Banheira, com a participação de Jaime Félix: na Associação de Reformados da Zona Norte, hoje, quinta-feira, às 17h; Plenário concelhio da CDU: na Sociedade União Alentejana da Baixa da Banheira, sexta-feira às 21.30, com a participação de José Neto

Distrito de Bragança - Reuniões e plenários de militantes do PCP para discussão da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu: da Comissão Concelhia de Vila Flor, hoje, às 21h30, na sede da Junta de Freguesia; dos militantes do concelho de Bragança, sexta-feira, às 21h30 no CT; do militantes de Mirandela, domingo, às 14.30, no CT; dos militantes de Moncorvo, sábado, dia 21, às 21h30

Joaquim Miranda no Fundão - A CDU promove, na próxima segunda-feira, às 14h, no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola, um debate sobre "A crise na Agricultura - Impõe-se nova política. O Regadio da Cova da Beira - um imperativo"

Debate em Lamego - Joaquim Miranda (acompanhado pelo também candidato ao PE, Francisco Almeida) estará hoje, dia 12, em Lamego, para participar num encontro com agricultores e população sobre "Vinho, Fruta, Fundos Comunitários" - na Avenida, junto à Feira, às 11h

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Confusão (fig.); afiam. 2 - Aves columbinas; sorriram. 3 - Agulha de pinheiro; lavras. 4 - Tritura com os dentes; curaram; porceiro. 5 - Grande cão de fila; esmurras; flecha. 6 - Amálgama; pequeno povoado. 7 - Afirmativa; relação. 8 - Pequena embarcação; cheias. 9 - Origens (fig.); nome comum às aves anseriformes da fam. dos anatídeos, de hábitos aquáticos, voadores e migradoras quando no estado selvagem (pl.); planta do pé. 10 - Tecidos quentes (fig.); gargalhadas; grande quantidade. 11 - Pássaros comuns em Portugal; existiram. 12 - Porção de fio dobrado; nós. 13 - Denúncias; empunharas.

VERTICAIS: 1 - Branqueiam; adorno feminino. 2 - Remoinho de água (prov.); nome de mulher. 3 - Atmosfera; andavas; as nossas pessoas; mil e cem romanos. 4 - Espécie de escumilha (pl.); dificuldades (fig.); espaço infinito onde giram os astros. 5 - Fileiras, dama de companhia; braços de rio. 6 - Mulher nobre (pl.); chiste. 7 - Planta vivaz e medicinal (pl.); frouxas. 8 - Actínio (s.q.); basta. 9 - Aves trepadoras; pequeno disco. 10 - Espreitas; sanas. 11 - Rezam; tinta de pintar; negrinho lendário, de uma só perna, que fuma cachimbo, persegue os viajantes e arma ciladas nos caminhos (bras.). 12 - Pêlos de certos animais; compartimentos; maior. 13 - Amerício (s. q.); bases; ribeira portuguesa; apelido. 14 - Fruto da ateira; a barlavento (náut.). 15 - Ciência dos bons costumes; festa nocturna.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

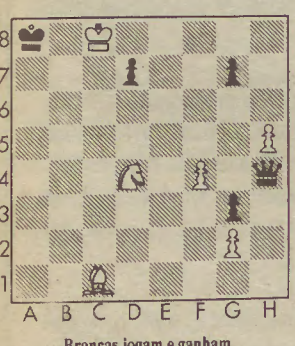
HORIZONTAIS: 1 - Baloço; moradia. 2 - Rara; eras. 3 - Rb; mesadas; mi. 4 - Cal; risos; cem. 5 - Olas; sãs; sara. 6 - Samico; avisas. 7 - Anota; Átila. 8 - Socara; amorã. 9 - Iças; ara; sama. 10 - Sol; arara; cós. 11 - Us; aromada; Sc. 12 - Acém; mira. 13 - Amorosa; erários.

VERTICAIS: 1 - Barcos; sisuda. 2 - Bala; ocos. 3 - Lamaçal. 4 - Or; sinas; ar. 5 - Iam; cor; aço. 6 - Crer; ota; ares. 7 - Oásis; aroma. 8 - Asas; oram. 9 - Medos; arame. 10 - Oras; ata; adir. 11 - Rás; vim; ara. 12 - Ás; silos; ar. 13 - Casarão. 14 - Mera; amos. 15 - Amimas; lascas.

XADREZ
CDLX - 12 DE MAIO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X033
Por: LADISLAV KNOTEK
1.º Prémio Memorial A. C. White, 1954
Pr: [3]: P5-Cd7-Rb7
Br: [6]: Ps.c4, c7-Ca8-Bd6-Da1-Rb1

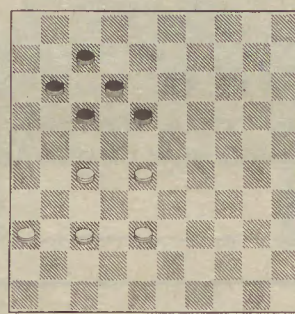


PROPOSIÇÃO Nº 1994X034
Por: ALIEKSIEI TROITSKI
Izvestia, URSS, 1924
Pr: [5]: Ps.d7, g3, g7-Dh4-Ra8
Br: [6]: Ps.f4, g2, h5-Cd4-Bg1-Rc8

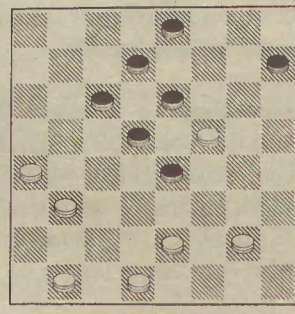


SOLUÇÕES DO Nº CDLX
Nº 1994X033 [L. K.]: 1. Dg7!, Ra7; 2. c8=B, Ra8; 3. Da1++
1. R: a8; 2. c8=D+, Ra7; 3. Bc5++
1. Rc8; 2. Dg2, C-; 3. Cb6++
Nº 1994X034 [A. T.]: 1. Cb5, Dd7; 2. Cg7-Ra7; 3. Ba3, Dd3; 4. Bb2!, Df4; 5. Bd4+, Dd4; 6. Cb5+ e ganha.
A. de M. M.

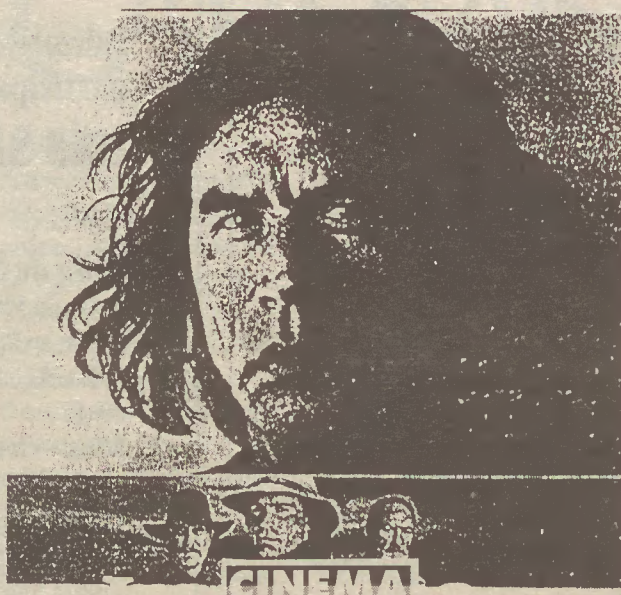
DAMAS
CDLX - 12 DE MAIO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D033
Por: K. W. KRUISWIJK
L'Effort, n.º 24, 1952
Pr: [5]: 7-11-12-17-18
Br: [6]: 27-28-36-37-38



PROPOSIÇÃO Nº 1994D034
GOLPE Nº 68
Por: JORGE GOMES FERNANDES - 1952
1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 22-32; 5. 10-13, 19; 6. 11-18, 21-14; 7. 13-18, 22-13; 8. 9-18, 24-20; 9. 12-15, 20-11; 10. 6-15, 23-19; 11. 8-13-9, (17-22); 12. 2-30, (38-42); 13. 30-48, (42-47-D); 14. 9-4-D, (47-29); 15. 48-42, (29X47); 16. 4-15+
15. 7-12, 26-22 DIAGRAMA



SOLUÇÕES DO Nº CDLX
Nº 1994D033 [K. W. K.]: 1. 27-22, (18X27); 2. 37-31, (27-32*); 3. 38X27, (12-18); 4. 27-22, (18X27); 5. 31X22, (17-21*); 6. 22-18, (21-27); 7. 18-13, (11-17); 8. 13-9, (17-22); 9. 28-17, (7-12); 10. 17X8, (27-32); 11. 8-2-D, (32-38); 12. 2-30, (38-42); 13. 30-48, (42-47-D); 14. 9-4-D, (47-29); 15. 48-42, (29X47); 16. 4-15+
● SE: 9. (27-32); 10. 17-12, (7X18); 11. 9-4-D, (18-23); 12. 4-15+
● SE: 3. (11-16); 4. 27-22, (7-11); 5. 31-26, (16-21); 6. 28-23, (17X19); 7. 26-6+
Nº 1994D034 [J.G.F.]: 16. 12-15, 19-22; 17. 6-10, 22-6; 18. 3-28+ 16. 22-13; 17. 15-31=D+
A. de M. M.



GINEMA

	M. M. Luz	Paulo Torres
A A Bela Época	★★★★	★★★
B Em Nome do Pai	★★★	★★★
C Filadélfia	★★★	★★★
D Jerónimo	★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

A - Real. Fernando Trueba - Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
B - Real. Jim Sheridan - Amoreiras/5 (14.00, 16.35, 18.50, 21.25, 24.00); Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
C - Real. Jonathan Demme - Monumental/2 (14.00, 16.45, 18.00, 19.15, 21.45, 00.30) - Lisboa.
D - Real. Walter Hill - Amoreiras/2 (13.35, 15.35, 17.35, 19.35, 21.50, 23.50); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Quarteto/3 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha, Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: **GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**, de António José da Silva, encenação de João Mota. - **Café-Concerto**: sáb. às 21.30: **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota

FORUM LUÍSA TODI

Setúbal, Av. Luísa Todi, Tel. 522127. 4ª às 19.30, 5ª, 6ª e dom às 21.30, sáb. às 19.30 e 22.30. **A CASA ASSOMBRADA**, de Vicente Sanchez, encenação de Carlos César, pelo TAS

GRUPO DESPORTIVO DO BESCL

Lisboa, R. D. Luís I, 27 Tel. 3963303. Sexta e sáb. às 00.30. **E AGORA ALGO TOTALMENTE INESPERADO**, textos de Monty Python, encenação de Humberto Bernardo, pelo Teatro de Aprendizagem

PALÁCIO RIBAMAR

Algés, Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30. **O CABARET DO CONDE/MARQUÊS**, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Çç. Duque de Lafões, Tel. 8586997. 4ª a dom. às 21.30. **AS CRIADAS**, de Jean Genet (até 14/ de Maio)

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer, Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras, Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30

para grupos organizados). **CINDERELLA Revista à Portuguesa**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril, Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS**, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Del-fins»

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira, Tel. 2757175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTE SOLDADO SCHVEIK**, de Jaroslav Hasek, encenação de Jorge Listopad, pela Companhia de Teatro de Almada

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso, Tel. 3471279. **Sala Estúdio - O ENSAIO DE UM SONHO**, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas, produção da Companhia Teatral do Chiado

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio, Tel. 3422210. **Sala Estúdio**: de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A PARTILHA**, de Miguel Falabella, encenação de António Feio

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão, Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Rua Nova da Trindade, 9, Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O CONTO DE INVERNO**, de Skakespeare, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (até 15 de Maio)

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo, Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. **OUTRA VEZ AS BARBIS**

FILMES

QUINTA, 12

Amor de Rainha
«Young Bess» (EUA/1953). Real: George Sidney. Int.: Jean Simmons, Stewart Granger, Deborah Kerr, Charles Laughton. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (16.30, TV 2)

Enganada e Seduzida
«Betrayal» (EUA/1978). Real: Paul Wendkos. Int.: Lesley Ann Warren, Rip Torn, Richard Masur, Ron Silver, Bibi Besch. Cor, 94 min. *Ver Filme Dramático.* (00.05, Canal 1)

SEXTA, 13

A Condessa de Monte Cristo
«Countess of Monte Cristo» (EUA/1949). Real: Frederick de Cordova. Int.: Sonja Henie, Olga San Juan, Michael Kirby. Cor, 73 min. *Comédia Musical.* (16.00, TV 2)

Viva Zapata
«Viva Zapata» (EUA/1952). Real: Elia Kazan. Int.: Marlon Brando, Jean Peters, Anthony Quinn, Joseph Wiseman, Margo. Cor, 112 min. *Ver Destaque.* (00.00, Quatro)

Não Acordem Este Polícia
«Ne Réveillez Pas Un Flic Qui Dort» (Fr./1988). Real: José Pinheiro. Int.: Alain Delon, Xavier, Michel Serault, Patrick Caralifo. Cor, 94 min. *Policial.* (00.40, Canal 1)

Harem

«Harem» (Fr./1985). Real: Arthur Joffe. Int.: Nastassja Kinski, Ben Kingsley, Denjis Goldsen, Zohra Segal. Cor, 113 min. *Melodrama.* (00.50, SIC)

SÁBADO, 14

O Mensageiro do Céu
«The Bishop's Wife» (EUA/1947). Real: Henry Koster. Int.: Cary Grant, Loretta Young, David Niven, Monty Woolley. P/B, 102 min. *Ver Destaque.* (12.00, TV 2)

Dois Detectives em Hollywood
«From Hollywood to Deadwood» (EUA/1989). Real: Rex Pickett. Int.: Scott Paulin, Jim Haynie. Cor, 96 min. (14.30, SIC)

Corações do Oeste
«Hearts of the West» (EUA/1975). Real: Howard Zieff. Int.: Jeff Bridges, Blyte Danner, Andy Griffith, Donald Pleasence. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (15.50, Canal 1)

A Fuga do Planeta dos Macacos
«Escape from the Planet of the Apes» (EUA/1971). Real: Dun Taylor. Int.: Roody McDowall, Kim Hunter, Bradford Dillman. Cor, 90 min. *Ficção Científica.* (17.15, Quatro)

O Predador 2
«Predator 2» (EUA/1990). Real: Sephen Hopkins. Int.: Danny Glover, Gary Busey, Ruben Blades, Maria Conchita Alonso. Cor, 108 min. *Ação / Horror.* (23.30, SIC)

A Desencantada
«La Désenchantée» (Fr./1990). Real: Benoît Jacquot. Int.: Judith Godrèche, Marcel Bozonnet, Ivan Desny, Thérèse Liotard. Cor, 76 min. *Ver Destaque.* (23.55, TV 2)

A Morte de Um Inocente
«To Kill a Priest» (Fr./EUA/1988). Real: Agnieszka Holland. Int.: Christopher Lambert, Ed Harris, Joss Ackland, Tim Roth. Cor, 117 min. *Drama.* (23.15, Quatro)

Uma Mulher Obcecada
«Obsession» / «Obsessed» (EUA/1992). Real: Jonathan Sanger. Int.: Shannen Doherty, William Devane, Clare Carey. Cor, 87 min. *Telefilme Dramático.* (23.35, Canal 1)

K-9000, Agente Especial
«K-9000» (EUA/1989). Real: Kim Manners. Int.: Chris Mulkey, Catherine Oxenberg, Dennis Haysbert, Judson Scott. Cor, 93 min. *Comédia Policial.* (01.00, Canal 1)

DOMINGO, 15

A Última Pega
(Port./1964). Real: Constantino Esteves. Int.: Fernando Farinha, Leónia Mendes, Júlia Buisel, Cunha Marques. P/B, 91 min. *Drama.* (14.30, SIC)

Os Filhos da Droga
«Child Savers» (EUA). Real: Stan Lathan. Int.: Alfre Woodard, Mario

Van Peebles, Michael Warren, Martin Balsam. Cor, 120 min. *Drama.* (15.00, Quatro)

Nikki, O Cão Selvagem
«Nikki, Wild Dog of the North» (EUA/Can./1961). Real: Jack Couffer e Don Haldane. Int.: Jean Coutu, Emile Genest, Uriel Luft. Cor, 70 min. *Ver Destaque.* (15.45, Canal 1)

O Corpo do meu Inimigo
«Le Corps de mon Ennemi» (Fr./1976). Real: Henri Verneuil. Int.: Jean-Paul Belmondo, Marie-France Pisier, Bernard Blier. Cor, 116 min. *Ver Destaque.* (19.45, TV 2)

Victor Victória
«Victor/Victoria» (EUA/1982). Real.: Blake Edwards. Int.: Julie Andrews, James Garner, Robert Preston, Lesley Ann Warren. Cor, 133 min. *Ver Destaque.* (21.10, SIC)

Os Irmãos Kray
«The Krays» (Gr.Br./1990). Real: Peter Medak. Int.: Billie Whitelaw, Tom Bell, Gary Kemp, Martin Kemp, Susan Fleetwood. Cor, 115 min. *Ver Destaque.* (23.55, Canal 1)

Sopa de Peixe
«Zuppa di Pesce» (It./Fr./1992). Real.: Fiorella Infascelli. Int.: Philippe Noiret, Macha Méril, Chiara Caselli, Francesca Martana, Lucrecia della Rovere. Cor, 102 min. *Ver Destaque.* (01.00, TV 2)

SEGUNDA, 16

As Aventuras de Oliver Twist
«Oliver Twist» (Gr.Br./1948). Real: Ronald Neame. Int.: Alec Guinness, Kay Walsh, Francis L. Sullivan, John Howard Davies. P/B, 118 min. *Ver Destaque.* (15.50, TV 2)

A Canção da Saudade
(Port./1963). Real.: Henrique de Campos. Int.: Américo Coimbra, Florbela Queirós, Vitor Gomes, Ismael Merlo. P/B, 95 min. *Musical.* (21.30, Quatro)

Big
«Big» (EUA/1988). Real: Penny Marshall. Int.: Tom Hanks, Elizabeth Perkins, John Heard, Jared Rushton, Robert Loggia. Cor, 98 min. *Ver Destaque.* (22.10, SIC)

Bruce, O Grande Herói
«Bruce, the Super Hero» (Hong Kong). Real: Bruce Lee. Int.: Bruce Lee, Yang Sze, Lito Lapid, Azenith Briones. Cor, 91 min. *Artes Marciais.* (01.15, Canal 1)

TERÇA, 17

A Última Fuga
«The Last Run» (EUA/1971). Real: Richard Fleischer. Int.: George C. Scott, Tony Musante, Trish Van Devere, Colleen Dewhurst. Cor, 92 min. *Ver Destaque.* (16.10, TV 2)

O Estranho Mundo de Daisy Clover
«Inside Daisy Clover» (EUA/1965). Real: Alan Pakula. Int.: Natalie Wood, Christopher Plummer, Robert Redford, Ruth Gordon. Cor, 124 min. *Ver Destaque.* (22.10, TV 2)

Encontro Fatal
«Deadly Encounter» (EUA/1982). Real: William A. Graham. Int.: Larry Hagman, Susan Anspach, Jamon Gammon. Cor, 92 min. *Telefilme / Ação.* (01.55, Canal 1)

QUARTA, 18

A Máquina do Tempo
«The Time Machine» (EUA/1960). Real.: George Pal. Int.: Rod Taylor, Yvette Mimieux, Alan Young, Sebastian Cabot. Cor, 99 min. *Ver Destaque.* (16.10, TV 2)

Os Aventureiros do Fim do Mundo
«High Road to China» (EUA/1983). Real.: Brian G. Hutton. Int.: Tom Selleck, Bess Armstrong, Jack Weston, Wilford Brimley, Robert Morley. Cor, 102 min. *Aventuras.* (21.30, Quatro)

Sessões de Psicanálise
«Sessions» (EUA/1983). Real.: Richard Pearce. Int.: Veronica Hamel, Jeffrey DeMunn, Jill Eikenberry, David Marshall Grant. Cor, 93 min. *Telefilme Dramático.* (00.45, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



'Fera Ferida': retrato do Poder

PROGRAMAÇÃO

Domingo, 15

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.45 Nikki, o Cão Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Allô, Allô
17.30 Você Decide
18.45 Simpsons
19.15 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.15 Na Paz dos Anjos
22.30 Sozinhos em Casa
23.00 Tramas de Seda
23.55 Os Irmãos Kray
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 16

- CANAL 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 Fera Ferida
22.30 A Filha da Cornélia
23.45 Teias da Lei
00.35 24 Horas
01.15 Bruce, o Grande Herói
(ver «Filmes na TV»)

Terça, 17

- CANAL 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão

Quarta, 18

- CANAL 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Crime, Disse Ela
16.35 Edera
17.30 Caderno Diário
17.40 Ana Raio e Zé Trovão

Quinta, 12

- CANAL 1
08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Fera Ferida
22.30 Isto... Só Vídeo
23.05 Os Inocentes
23.35 Caloiros
00.25 24 Horas
01.05 Enganada e Seduzida
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 13

- CANAL 1
08.00 Rua Sésamo
08.35 «Mad Dog Gang»
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Fera Ferida
22.30 Concurso «1, 2, 3»
24.00 24 Horas
00.40 Não Acordem Este Polícia
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 14

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.20 Emoções Fortes
15.50 Corações do Oeste
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Beverly Hills 90210
18.20 Made in Portugal
18.50 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.40 Parabéns
23.25 Uma Mulher Obcecada
(ver «Filmes na TV»)
01.00 K-9000, Agente Especial
(ver «Filmes na TV»)
TV 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
10.50 Automobilismo
12.50 Forum Musical
13.40 Regiões
14.45 Automobilismo - Grande Prêmio de Mônaco
19.45 O Corpo do Meu Inimigo
(ver «Filmes na TV»)
21.45 TV2 Desporto
01.00 Sopa de Peixe
(ver «Filmes na TV»)
02.45 Uma Questão de Consciência

- TV 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
10.50 Automobilismo
12.50 Forum Musical
13.40 Regiões
14.45 Automobilismo - Grande Prêmio de Mônaco
19.45 O Corpo do Meu Inimigo
(ver «Filmes na TV»)
21.45 TV2 Desporto
01.00 Sopa de Peixe
(ver «Filmes na TV»)
02.45 Uma Questão de Consciência

- SIC
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 A Última Pega
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.30 Pronto a Vestir Paris 94
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 Victor, Victória
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Em Nome de Uma Criança
02.00 O Detective Americano

- QUATRO
10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo

- SIC
11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Melrose
14.30 Cimarron



Modelo e Detetive

- (ver «Filmes na TV»)
16.15 Curvas Perigosas
17.05 Uma Mulher dos Diabos
17.55 Gladiadores Americanos
18.45 Batman
19.10 Nunca Digas Banzai
20.00 Jornal da Noite
20.40 Balada de Nova Iorque
21.40 Caça ao Tesouro
23.10 Último Jornal
23.30 O Predador 2
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Água na Boca

- QUATRO
10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Do Fundo do Coração
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.40 A Fuga do Planeta dos Macacos
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
20.55 O Jogo do Gancho
23.30 Informação
23.45 A Morte de Um Inocente
(ver «Filmes na TV»)

- 12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Vamos ao Circo
15.00 Os Filhos da Droga (Telefilme)
17.10 Estrelas de Miami
18.00 Moda



Ana Raio e Zé Trovão

- 18.30 Modelo e Detetive
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
20.55 Trocado em Míddos
21.35 O Turno da Noite
23.30 Passaporte
00.30 Últimas Notícias



Histórias de Ópera

- 19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Fera Ferida
22.15 Vamos Jogar no Totobola
22.25 Nico d'Obra
22.55 De Caras
00.25 O Guarda do Palácio
01.15 24 Horas
01.55 Encontro Fatal
(ver «Filmes na TV»)

- TV 2
12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Dossier Terra
15.00 Infantil
16.10 A Última Fuga
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Um, Dó, Li, Tá
18.05 Irel para Longe
19.45 Magazine «Viver com Saúde»
20.10 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 O Estranho Mundo de Daisy Clover
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Remate
00.25 O Mestre e Margarida
01.20 Amazônia

- SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Pronto a Vestir Paris 94
21.40 Cenas de Um Casamento
22.30 20 Anos - 20 Nomes
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
01.05 Família do Senador
01.35 O Detective Americano

- QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Telhados de Vidro
13.20 Olá, Cristina!
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
21.00 Futebol: Inglaterra-Grécia
23.50 Queridos Inimigos
00.50 Informação

- 18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.20 RTP-Financial Times
19.30 Telejornal
20.00 Futebol: Final da Taça dos Campeões Europeus
22.30 Mandala
23.20 Fera Ferida
00.05 24 Horas
00.45 Sessões de Psicanálise
(ver «Filmes na TV»)

- TV 2
12.00 Infantil
12.50 Histórias de Ópera
14.00 Universidade Aberta
14.30 Amores no Danúbio
15.20 Infantil
16.10 A Máquina do Tempo
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Catwalk
19.45 Realce
20.20 Nixon
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.10 Remate
23.20 Quem Fala Assim
00.15 Amazônia
01.00 Magazine «Ver Artes»

- SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Perdoa-me
22.40 A Brincar, a Brincar
23.10 De Boca em Boca
23.45 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Internacional Sic
00.45 O Detective Americano

- QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Telhados de Vidro
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
21.00 Passados dos Carretos
21.30 Os Aventureiros do Fim do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Telemotor
23.55 Informação
00.25 Na Mira do Crime



Beverly Hills

- TV 2
12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.50 Regresso à Natureza
14.40 A Caminho com Ulisses
15.10 Infantil
16.00 Amor de Rainha
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irel para Longe
19.40 Magazine «Teatro»
20.15 Mão Oculta
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.15 RTP - Financial Times
22.25 Ideias com História
23.15 Remate
23.25 Procissão das Velas
24.00 «Riding The Tiger»
00.55 Amazônia

- SIC
12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.15 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola



Histórias do Além

- 14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.45 Tostões e Milhões
00.55 O Detective Americano

- QUATRO
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Telhados de Vidro
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.10 O Justiciero
21.10 Pedidos e Achados
22.00 Procissão das Velas
22.30 Artur Albarran
00.30 Informação
01.00 Sala do Parlamento

- TV 2
10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima
12.30 Infantil
12.50 Natureza de Mitsuaki Iwago
13.45 Regresso à Natureza
14.35 Segredos do Mundo
15.00 Infantil
16.00 A Condessa de Monte Cristo
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Irel para Longe
19.40 Médicos Escritores Portugueses
20.10 Antevisão do Campeonato Mundial de Futebol
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Casa Comum
23.10 Remate
23.20 Scott Hamilton no Parque de Palmela
00.10 No Cumprimento do Dever
01.05 Amazônia

- SIC
12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola

- 14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.15 Último Jornal
23.35 Os Donos da Bola
23.45 Playboy
00.50 Harém
(ver «Filmes na TV»)

- QUATRO
10.00 Missa (Transm. de Fátima)
13.00 Esquadrão Classe A
13.50 Telhados de Vidro
14.20 Olá, Cristina!
14.30 Dama de Rosa
15.30 Uma Casa na Pradaria
16.15 Encontro
16.20 Coisas de Família
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
20.55 Top 25
21.30 Luzes da Ribalta
23.35 Informação
24.00 Viva Zapata
(ver «Filmes na TV»)

Por isto e por aquilo...

Amor de Rainha (Quinta, 16.30, TV 2)

Vagamento inspirado em factos históricos reais, *Amor de Rainha* é um melodrama histórico e biográfico, competidamente encenado por George Sidney, que retrata os amores de Isabel I, quando jovem, por Thomas Seymour, condenado à morte por entre tenebrosas seqüências das intrigas da corte. Nos principais papéis, destacam-se Jean Simmons, Stewart Granger e Charles Laughton, este mais uma vez em grande estilo no papel de Henrique VIII.

Viva Zapata! (Sexta, 00.00, Quatro)

Filme dignamente representante do melhor cinema liberal norte-americano (independentemente dos clichés mais ou menos «folclóricos» que marcaram a visão americana dos anos 50), *Viva Zapata!* permanece, ainda hoje, como um dos mais poderosos frescos cinematográficos das Guerras Cívicas mexicanas de 1911/1919 - e um impressionante retrato do famoso líder revolucionário. Para tal contribuem em alto grau o argumento escrito por John Steinbeck e a brilhante encenação de Elia Kazan (sem dúvida influenciada por *Que Viva México!* - 1932 - de Sergei Eisenstein, mas deixando transparecer por inteiro personalidade e estilo muito próprios), bem acompanhados pelos intérpretes principais: o jovem Marlon Brando, insuperável na força que transmite à personagem principal, ou Anthony Quinn, no papel de irmão mais velho de Emiliano Zapata - o qual viria a conquistar o Oscar para o Melhor Actor Secundário, de entre as cinco nomeações que a obra alcançou. O melhor filme da semana.

O Mensageiro do Céu

(Sábado, 12.00, TV 2)

Mais próprio da época natalícia, este filme de Henry Koster é uma deliciosa fantasia que nos conta a passagem pela Terra de um anjo (Cary Grant) que vem ajudar um bispo protestante e a sua mulher a arranjamem dinheiro para a sua igreja. Um filme que é, sobretudo, um excelente espectáculo de representação.

Corações do Oeste (Sábado, 15.50, Canal 1)

Com argumento situado nos anos 30, *Corações do Oeste* conta-nos a história de um jovem fazendeiro (Jeff Bridges) que tinha a paixão pelos westerns e aspirava a escrever romances integrados no género, mas que acaba fazendo figura de duplo em fitas de cowboys realizadas por um cineasta louco e meio histórico (Alan Arkin)! Sem dúvida embuído de uma nostalgia simpática, o filme é desigual (sobretudo pela inclusão, no argumento, de seqüências algo perturbadoras do seu linear desenvolvimento), mas proporciona alguns descontraídos e inteligentes momentos de entretenimento.

A Desencantada (Sábado, 23.55, TV 2)

Caracterizando-se, logo nos seus primeiros tempos, pelo corte com a *nouvelle vague*, Benoît Jacquot empenhou-se, sobretudo, num cinema complexo na linha de um Bresson, por exemplo, privilegiando a construção do plano, mais do que a montagem ou a *mise-en-scène* - o que veio a caracterizar progressivamente o seu cinema por uma exacerbada depuração e abstracção que, por vezes, o afastaram do público. É o que acontece de certo modo com *A Desencantada* onde seguimos o percurso de uma adolescente (excelentemente interpretada por Judith Godrèche) na sua tentativa de se afastar do meio envolvente, na busca de uma vida melhor.

Nikki, o Cão Selvagem

(Domingo, 15.45, Canal 1)

Não abundando, nas nossas televisões, os filmes dedicados aos espectadores mais jovens, sem dúvida que este *Nikki...* pode ser uma bela ocasião para eles fruírem a odisséia e as aventuras de um cão selvagem que é separado do seu dono para se transformar num cão de luta. Um filme sobre a vida animal no Canadá, com a marca dos Estúdios Disney.

O Corpo do meu Inimigo

(Domingo, 19.45, TV 2)

Depois de ter conhecido uma rápida ascensão social, François Leclerc (Jean-Paul Belmondo) torna-se co-proprietário de um clube nocturno. Até que, um dia, descobre um caso de tráfico de droga que pretende denunciar - mas é injustamente acusado de ter cometido um duplo assassinio, de que está inocente. Após ter cumprido a pena, Leclerc regressa para se vingar... Este é, em resumo, o fio condutor de um filme negro à francesa, escorreamente encenado por um especialista do género, e cuja história, apesar de alguns pormenores menos credíveis, é bem servida por um bom naipe de intérpretes.

Victor Victória

(Domingo, 21.10, SIC)

Constituindo, pelo menos, a quinta versão de uma história original (*Viktor und Viktoria*) pela primeira vez filmada na Alemanha em 1933, esta comédia de Blake Edwards é, sem dúvida, uma das mais conseguidas películas da sua tão irregular como fulgurante carreira. O filme, já transmitido bastas vezes nas nossas televisões, conta-nos a história de uma



Marlon Brando, no papel do líder revolucionário mexicano Emiliano Zapata, em «Viva Zapata!», de Elia Kazan.



Robert Preston e Julie Andrews, num dueto de cabaret, em «Victor Victória», de Blake Edwards



Barry Kemp, Billie Whitelaw e Martin Kemp num fotograma de «Os Irmãos Kray», de Pete Medak



Alec Guinness e Francis L. Sullivan, intérpretes principais de «As Aventuras de Oliver Twist», de David Lean

cantora inglesa de segunda ordem (Julie Andrews) cujo objectivo máximo na vida artística é fazer o papel de um travesti para, vestida de homem no palco, melhor impressionar os espectadores nas suas imitações de... uma cantora! Mas é precisamente este complexo trocadilho que dá a necessária pimenta a esta comédia irresistível, recheada de música de Henry Mancini (que, embora, ganhadora de um Oscar, está longe do que de melhor este especialista escreveu para o cinema) e de boas interpretações de James Garner (no papel do dono do clube onde Victor/Victoria actua e que, por ele/ela, se apaixonou...) e, sobretudo, de Robert Preston, entusiasta e recompensado ensaiador do nosso herói/heroina principal...

Os Irmãos Kray (Domingo, 23.55, Canal 1)

Funcionando muito mais como um estudo acerca da patologia humana do que como um mero filme de gangsters (daqueles produzidos com grandes meios técnicos e orçamento), *Os Irmãos Kray* foi realizado por Pete Medak (do qual já se conhecia, entre outros, o aplaudido *A Classe Dominante* - 1972) a partir da história real de dois irmãos gémeos que protagonizaram alguns dos mais tenebrosos crimes que aterrorizaram o bairro East End de Londres. Extremamente violento e inquietante, não tanto pelo que é explícito nas imagens e nos sons mas sobretudo como espelho insuportável do submundo de uma sociedade mal-sã, o filme dá-nos a ver, com a máxima cruza, a violência patológica dos dois gémeos, cuja mentalidade cruel projecta na idade adulta a «natural» inocência da infância, numa perfeita consequência do seu próprio ambiente familiar, também ele patológico - o que é dramaticamente explicado pela postura de constantes e doentios sentimentos de confiança e amor de uma mãe que, cega à realidade, apenas pretende ser a compreensiva confidente dos seus «meninos». Os papéis masculinos principais estão a cargo dos dois surpreendentes Gary e Martin Kemp (membros do grupo pop britânico Spandau Ballet), mas os louros principais vão para a espantosa Billie Whitelaw no papel da mãe.

Sopa de Peixe (Domingo, 01.00, TV 2)

Desconhecido entre nós, apenas nos resta dar-lhes algumas pistas sobre este filme a partir das indicações que a própria RTP insere no seu *Boletim de Programação*. Trata-se de uma obra de características vagamente autobiográficas com um argumento que reconstitui uma «crónica familiar sobre a vida de uma rapariga na Toscana entre as décadas de 50 e 70 dominada pela presença do pai, um produtor cinematográfico». O filme foi realizado por Fiorella Infascelli, uma antiga colaboradora de Pasolini e Bertolucci - já conhecida, aliás, por uma primeira obra que impressionara favoravelmente a crítica da especialidade (*La Maschera*, datado de 1989) e a fotografia é da responsabilidade de um dos mais competentes directores de fotografia portugueses - Acácio de Almeida. O filme foi apresentado, com sucesso, na secção «Pano-rama» do prestigiado Festival de Berlim de 1992.

As Aventuras de Oliver Twist (Segunda, 15.50, TV 2)

Aqui está uma das mais belas adaptações ao cinema - já fartamente conhecida dos telespectadores - do célebre romance de Charles Dickens brilhantemente posto em cena por David Lean, na direcção de um

elenco de primeira água em que se destaca o fabuloso papel de Alec Guinness. A não perder, mais uma vez.

Big (Segunda, 22.10, SIC)

Uma despreocupada comédia, na caixinha da televisão - agora repetindo na SIC certamente o mesmo êxito que já tivera há dois anos e meio no Canal 1. A história conta-se em duas palavras: um jovem de 12 anos anseia por ser «grande» e, formulando este desejo perante uma máquina numa «feira popular», meu dito meu feito: acorda no dia seguinte com o corpo de um homem de 30 anos (mas a mesma candura dos 12...) e nada menos do que na pele de um consultor de uma fábrica de brinquedos! E as confusões que depois se sucedem, nomeadamente no que à vida amorosa diz respeito, são fáceis de adivinhar... A realizadora Penny Marshall conseguiu com este filme um estrondoso sucesso de bilheteira, talvez por lidar com um sentimento cada vez mais arredado do nosso quotidiano - a inocência. E o destaque vai, naturalmente, para a impagável interpretação desse actor-adulto com cara de puto que é Tom Hanks.

A Última Fuga (Terça, 16.10, TV 2)

Com George C. Scott a fazer de Bogard no papel de um gangster retirado que vai fazer um último golpe na Europa, um argumento de Alan Sharp ridiculamente «à maneira de» Hemingway e Colleen Dewhurst absolutamente deslocada a macaquear uma prostituta algures no Mediterrâneo, *A Última Fuga* é um exemplo de azares acumulados e de actores e atrizes nos papéis errados o que só poderia dar este resultado - um falhanço clamoroso num filme começado por John Huston e acabado por Richard Fleischer que apenas tem uma safa: a fotografia de Sven Nykvist. Já é azar!

O Estranho Mundo de Daisy Clover

(Terça, 22.10, TV 2)

Também o prestígio de actores, atrizes, produtor e realizador envolvidos nesta reconstituição da história de uma cantora adolescente que se torna uma vedeta do cinema musical (e que, ao mesmo tempo, pretende ser uma crítica à «máquina dos sonhos» de Hollywood), faria supor estarmos perante um filme que, como costumamos dizer-se, tinha pés para andar. É o tens! Também aqui o azar bateu à porta e nem os diálogos, nem o argumento, nem as interpretações, nem a própria música (num filme em grande parte musical!) se safam. Depois de uma série de filmes menores, salvo raríssimas e honrosas excepções, esta é a segunda grande frustração da semana.

A Máquina do Tempo

(Quarta, 16.10, TV 2)

Para não acabar tudo mal, resta esta *Máquina do Tempo* vagamente adaptada do romance homónimo de H. G. Wells pelo realizador George Pal, que nos conta as célebres aventuras do jovem cientista que, em plena época victoriana, faz espantosas viagens pelo tempo. Um filme de ficção científica (cujos efeitos fantásticos - veja-se o desenho absolutamente espantoso da máquina! - nos fazem, hoje, frequentemente sorrir) que nos adverte para os perigos de um Mundo em permanente guerra.

«No princípio era o Som...»

Podíamos falar-vos, hoje, do escândalo da colagem servil do passado **Jornal de Sábado** ao 20º aniversário do PPD/PSD - com detalhes e delongas ultrapassando os «critérios jornalísticos» mais razoáveis, fazendo seriamente reacar o regresso ao velho estilo dos **Telejornais** oficiosos dos tempos da «RTP-orgulhosamente-só». Poderíamos também dar-vos conta do verdadeiro espanto que constituíram as modestíssimas coberturas televisivas desse acto histórico que foi a tomada de posse do novo Presidente da África do Sul, **Nelson Mandela** - sobretudo se as compararmos com os rios de dinheiro gastos horas a fio em aluguer de satélites, por exemplo a propósito dos funestos antecedentes e dos funerais de **Ayrton Senna**. Ou, noutro registo, poderíamos mais uma vez desabafar a nossa indignação perante o total e continuado desrespeito dos responsáveis das nossas televisões pelo cumprimento dos horários das suas programações - atitude que vai espelhando a progressiva instalação da mentalidade arrogante e «terceiro-mundista» que preside, em geral, ao seu comportamento face ao espectador.

Mas deixemos conjuntamente de lado espantos e indignações face a estas indignidades e indigências e aproveitemos, antes, para vos dar conta de um acto de profissionalismo, inteligência e amor pela Cultura que aconteceu há poucos dias na RTP, numa das raríssimas oportunidades em que o termo «serviço público de televisão» não foi sinónimo de triste alcunha.

Uma comparação reconfortante

Incluído na rubrica «Artes e Letras» do passado Domingo, 1 de Maio, decidiu a TV 2 projectar um documentário intitulado «No princípio era o som...», dedicado à personalidade e obra do compositor português **Emanuel Nunes**.

Sem dúvida que continua a constituir um enorme factor de risco, entre nós, decidir fazer um documentário televisivo, sobretudo quando essa oportunidade surge apenas de tempos a tempos, sem que uma prática quotidiana e regular faça ganhar tarimba, para depois estimular a capacidade de arrojo e invenção, e tendo em conta a sempre arriscada comparação com o que de melhor vem lá de fora - e é, para os programadores, muito mais fácil e barato de «desenlatar» e «pôr no ar».

Mas, se essa não fosse já uma razão de peso para saudarmos uma notável experiência neste campo, mais ainda suscitaria o nosso apreço a capacidade demonstrada pelos criadores do documentário para ultrapassar ou rodear as notórias dificuldades que existem ao dar corpo a estes «objectos televisivos», sobretudo quando se sabe o lamentável e tradicional desprezo que em Portugal sempre vigorou, a todos os níveis, quanto à criação de «bancos de imagens e sons» ou de «centros de documentação audio-visual» que constituam verdadeiras instituições de pesquisa sobre a nossa História mais recente.

Certamente por isso, não foi a exaustiva reconstituição documental sobre o percurso inicial de **Emanuel Nunes** (e antes o seu acompanhamento pelos vários locais onde hoje exerce a sua profissão) que determinou o caminho tomado por **Diana Andringa** e **Teresa Olga** para a elaboração deste documentário, embora tenhamos podido ficar ainda com uma noção clara do enquadramento social, cultural e político que se vivia entre nós nos tempos em que o compositor despertava para a Música - as vigorosas lutas académicas dos anos 61/62 contra a ditadura fascista, que acompanhou - ou das imagens de arquivo que sublinharam as palavras de admiração do compositor pelo seu primeiro mestre, **Francine Benoit**.

Pelo contrário, a opção da autora do texto e do guião e da produtora e realizadora - traduzindo por imagens e sons a singular máxima de **Emanuel Nunes**: «tornemos infinito o nosso poder de escutar» - foi, muito mais, levar-nos à compreensão de uma obra multifacetada e de contornos complexos, não apenas através da

audição de alguns dos seus excertos mas também das opiniões e das análises que, sobre elas, na oportunidade teceram inúmeras personalidades de prestígio nacional e internacional ouvidas - o que veio a revelar-se um caminho adequado, conducente à criação de uma peça documental cujo nível de estruturação e acabamento pede meças aos programas estrangeiros congéneres.



■ Francisco Costa



Foi assim que ali estiveram presentes homens como **Fernando Lopes-Graça** ou **Pierre Boulez**, dando-nos conta, num caso, das justificadas expectativas criadas pelos primeiros passos do então jovem estudante e, noutro caso, do reconhecimento confirmado da maturidade do compositor-feito, a que conduziram a sua porfiada caminhada no estudo, experimentação e investigação.

Mas não apenas ouvimos considerações, digamos, carimbadas pela autoridade irrecusável ou tecidas pelo rigor analítico, sendo particularmente notáveis e reconfortantes as expressões também empolgadas pela emoção ou admiração daqueles que são, hoje, esses outros protagonistas, intérpretes ou continuadores das obras ou do pensamento musical de **Emanuel Nunes** - sejam eles maestros, como **Emilio Pomarico**, dirigente da grandiosa obra-prima «**Quodlibet**» (1991) ou alunos do compositor, como o jovem **Pedro Amaral**, verdadeiramente transparente na admiração e reconhecimento da influência do mestre na revelação das íntimas surpresas perante os seus primeiros gestos da Criação - «as pequenas partículas que eu escrevo tomam um eco muito superior àquilo que eu próprio pensava».

Os «espaços labirínticos» do compositor e da sua obra

Mas foi no próprio fio condutor (só aparentemente fragmentado) do documentário que se revelou o acerto das escolhas de **Teresa Olga** e **Diana Andringa**: a adequação do guião e da realização à multiplicidade dos «espaços labirínticos» que têm constituído os passos de **Emanuel Nunes** pelos territórios da sua vivência pessoal, artística e académica - Lisboa, Paris, Colónia, Freiburg, Estrasburgo, Darmstadt, Veneza - em perfeita correspondência com a busca do contraste entre «espaços diversificados» que são a essência

da sua própria música; ou a revelação das relações próximas ou longínquas da obra do compositor com a pintura ou a poesia, em termos de estrutura, forma, construção e (des)construção; ou, sobretudo, a recusa da tentação fácil (apenas aflorada levemente em uma das primeiras obras mencionadas e ouvidas) de ilustrar, com imagens, a audição da música.

Digna de nota foi, também, a própria captação televisiva das execuções «em estúdio» ou «ao vivo» de algumas obras de **Emanuel Nunes** - menos feliz na «tomada de vistas» de «**Nachtmusik I**», ao padecer da utilização de apenas duas câmaras e da eventual ausência de um assistente musical, mas pelo contrário acertadíssima na «reportagem» da execução do excerto de «**Quodlibet**», perfeitamente reveladora da própria essência da obra e da sua execução repartida pelos largos espaços da Igreja de S. Stefano, em Veneza.

Uma palavra final de apreço para a rigorosa locução de **Luís Filipe Costa** e **Luís Lucas** (este na leitura dos belíssimos textos de **Emanuel Nunes**) e para a não menos competente e profissional pós-produção vídeo (**Celso Ferreira**) e pós-produção áudio (**Salvaterra Garcia** e **João Pedro Elias**).

O Som e o Verbo

«Antes do começo era o Som. A sua profecia era o Verbo. Mas o som nunca deixou de existir fora do Verbo que, esse, só pode cumprir o seu destino pelo Som. (...) Sobre essa estrada infinita que os une foram construídas duas cidades: a Música e a Poesia. A primeira nasceu desse ímpeto viajante que atrai o Som e o Verbo, esse desejo vital de sair de si-mesmo, do fascínio do outro, da aventura que consiste em querer tomar posse de um sentido que não é o seu. A segunda saiu dessa subida - ou descida, pouco importa - do Verbo para a sua própria origem, dessa necessidade não menos vital de revisitar o local temível onde se passa do não ser ao ser e, se possível, aí permanecer como senhor. (...) Silêncio! Esqueçamos o conflito original dos reinos. A Música do Verbo e a Poesia do Som conseguiram, ao longo da História, unir-se para além do tempo da memória, em obras que, só elas, detêm o segredo dessa união. Tornemos infinito o nosso poder de escutar.»

(Emanuel Nunes, compositor português do século XX)



de FOICE

Abaixo as saias, viva Portugal!

Queremos daqui saudar vivamente o Exmo Conselho Directivo da Escola Secundária de André de Gouveia, em Évora, que a semana passada se candidatou a um lugar na História do Ensino em Portugal. Não por que tenha produzido a banalidade dum gesto ou teoria de alcance pedagógico.

Nem que - na onda arrivista das forças de bloqueio que se encarnizam a denegrir os esforços patrióticos do Nosso Governo - haja actuado de conluio com a cáfila de subversivos que por aí andam a contestar a moralização do Ensino em curso.

Nada de bandalheiras cripto-comunistas. O Conselho Directivo da André de Gouveia vai entrar na História porque foi a primeira gestão, desde o famigerado 25 de Abril, que pôs na ordem as mini-saias e os decotes.

Alunos à fresca - ditou a extraordinária Direcção - não têm lugar nas aulas. Os pormenores da determinação, transcritos na minúcia duma circular interna, não deixaram lugar a dúvidas nem partes do corpo ao léu: mini-saias, calções e blusas decotadas são expressamente proibidos no recinto escolar.

Saudando veementemente o preclaro Conselho, atrevemo-nos, entretanto, a recordar que ficam de fora (literalmente, e isso é grave) o rosto e as mãos dos alunos.

Afigura-se-nos sério, o pormenor, pelo que, imbuídos da coragem que o Vosso exemplo de rigor trouxe sobre o relaxe em que a Abrilada mergulhou o Ensino na Pátria dos nossos Maiores, recordamos respeitosamente que: 1 - As mãos, quando livremente expostas, adestram-se às maiores concupiscências. Veja-se o volteio obsceno que delas retiram os gentios, fale-se das bailarinas de Bali ou da Pérsia, da Sheerzade russo-lasciva ou dos dedos espetados numa final da Taça, só para ilustrar brevemente os nojos infundáveis que umas mãos a mexer produzem.

Daí a sugestão de a V. Circular impor, também, o uso obrigatório de luvas a todos os elementos que frequentem o estabelecimento de ensino que V. Excias superiormente dirigem.

2 - O rosto, espelho da alma que, no Homem, Deus plantou, tem regras de exposição há muito determinadas pela vontade do Senhor: aos homens, o uso da barba é devido, como atributo viril divinamente decidido; às mulheres - costela do homem que Deus elevou ao privilégio da parceria humana - o uso do véu se impõe, no respeito da moral e dos bons costumes.

Por isso, a sugestão, ainda, para a exigência de dois tipos de cara a usar, em exclusivo, no estabelecimento de ensino que (nunca é de mais dizê-lo) V. Excias superiormente dirigem: uma, de barbas, outra, com véu. Adolescentes masculinos que ainda não disponham do viril atributo capilar da espécie, poderão utilizar (é uma sugestão que aqui fica) postíços devidamente penteados. Quanto às professoras recalcitrantes ao uso do véu - e atendendo às cedências abrilistas a que ainda somos forçados -, será autorizado o rosto nu desde que velado por um buço discreto, embora com dimensões nunca inferiores às linhas supraciliares respectivas (vulgo sobranceiras).

Estas sugestões levam, evidentemente, em conta a dificuldade que V. Excias terão em repor a Ordem e a Moral de uma vez só. Todavia não duvidamos que a hão-de repor de uma vez por todas, no que têm a solidariedade e o aplauso de todos os verdadeiros portugueses, do Minho a... digamos, Macau.

Gratos a V. Excias, aqui deixamos o entusiasmo da nossa admiração.

Deus, Pátria e Família!

Tudo pela Nação, nada contra a Nação!

Viva o Conselho Directivo da André de Gouveia!

VIVA PORTUGAL!

■ HC

Ovos podres para Lopes da Cruz

Ovos estragados, insultos e vivas a Timor-Leste independente fizeram terça-feira parte da "recepção" ao grupo de peregrinos timorenses pró-Indonésia à chegada ao aeroporto de Lisboa.

Mal a comitiva saiu da área reservada

do aeroporto, dezenas de jovens começaram insultar o líder do grupo, o embaixador Lopes da Cruz, atirando-lhe ovos e dejectos e agredindo-o, tendo mesmo atirado ao chão o aliado timorense do regime de Jacarta.

Apesar do enxovalho, Lopes da Cruz garantiu que não iria interromper a visita de oito dias a Portugal.

Os jovens timorenses refugiados em Portugal envergavam camisolas negras onde se lia "Rezemos juntos pelos 200 000

timorenses assassinados pela Indonésia".

"Bandidos, ladrões, vão embora de Portugal", gritavam os jovens para o grupo de 41 timorenses que obteve visto de Lisboa com o objectivo de ir em peregrinação a Fátima na próxima terça-feira, dia 13 de Maio.

Um dos timorenses mais exaltados, que recusou identificar-se, disse à Lusa ter estado nove anos em Timor, sob ocupação Indonésia, justificando o seu comportamento agressivo pela

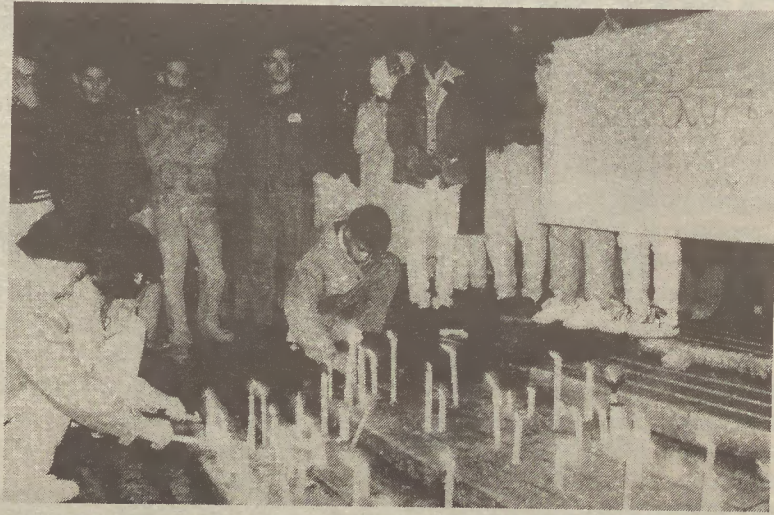
repressão de que foi alvo pelos ocupantes indonésios.

"Ele devia estar morto", gritou o homem de barba e cabelo grisalho, referindo-se a Lopes da Cruz, que acabaria por ser o único membro da comitiva a ser agredido.

"Não admito traidores cá", sentenciou, acusando os seus compatriotas de "colaborarem com a morte de outros timorenses".

"Lopes da Cruz vendeu-se a Jacarta por meia dúzia de tostões", acusou o timorense defensor da independência do território.

Antes da agressão, Lopes da Cruz qualificaria a delegação



Os timorenses querem mais acção e menos palavras

MDM e USL acusam: Educação pré-escolar está ao abandono

O Movimento Democrático de Mulheres e o Departamento de Mulheres da USL exigem que o Governo respeite a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e dote o País de uma rede pré-escolar indispensável à promoção do sucesso escolar e da igualdade de oportunidades, ao desenvolvimento harmonioso das crianças e a uma equilibrada inserção social, num comunicado onde se lê:

«Em Portugal a Educação pré-escolar encontra-se regulamentada pela Constituição da República Portuguesa, pela Lei que rege o Sistema de Educação Pré-escolar, pelo estatuto dos Jardins de Infância, e pela Lei de Base do Sistema Educativo». «Para além de não ter sido ainda discutido ou aprovado qualquer Diploma Regulamentar de Educação Pré-escolar,

após a publicação da Lei de Bases, o que já é lamentável, vem agora a Ministra da Educação fazer declarações graves que revelam como orientação o abandono de investimento no desenvolvimento da rede pública do pré-escolar, em total desrespeito pelas Leis aprovadas», diz a nota.

«A educação pré-escolar, actualmente, em Portugal, apenas atinge 35,6% das crianças dos 3 aos 6 anos e somente 24% usufrui da rede pública de jardins de infância do Ministério de Educação, o que está longe de atingir a média da taxa de cobertura dos países Comunitários. Esta realidade é tanto mais grave quanto coexiste com o desemprego no sector. São cerca de duas mil as educadoras no desemprego», denunciam aquelas organizações.

CNA contra Lei-roubo das águas

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) foi recebida segunda-feira pela ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Teresa Patrício Gouveia, a quem a Confederação apresentou as razões pelas quais contesta a Lei n.º 46/94 de «nacionalização» das águas privadas.

A CNA considera o diploma uma verdadeira «Lei-roubo» dos direitos dos agricultores portugueses, estando em causa centenas de milhares de regadios particulares, que a lei vem expropriar de forma ilegítima. Uma posição que leva a CNA a admitir a tomada de diversas formas de luta.

Câmara de Lisboa edita livro de Mário Castrim

«O Caso da Rua Jau», obra de Mário Castrim que abre a Biblioteca da Educação, criada pelo pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa para apoiar acções pedagógicas diversas nas escolas da cidade, foi ontem apresentada publicamente na Câmara Municipal de Lisboa, com a presença do autor e do vereador António Abreu, responsável pelo pelouro da Educação.

A Biblioteca da Educação, que agora começa a ser editada, reunirá livros de natureza diversa, desde as obras especializadas resultantes de experiências pedagógicas, dirigidas a professores, até às que tratam da relação entre a escola e a família, destinadas, especificamente, aos pais dos alunos.

Os livros da Biblioteca da Educação são distribuídos gratuitamente.

Exposição de Margarida Tengarrinha

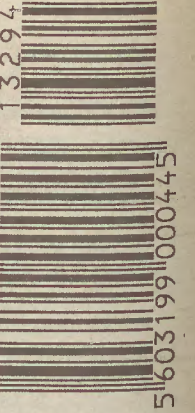
Está patente até ao próximo dia 21, na Casa da Cultura de Loulé, uma exposição de pintura de Margarida Tengarrinha que desenvolve três temas, todos eles inspirados no Algarve: «Alfarrobeiras Velhas», «Furnas do Medo» e «Ritmos de Maré».

Margarida Tengarrinha, natural de Portimão, está ligada por laços familiares a Loulé uma vez que o pai assim como toda a família do lado paterno eram naturais desta cidade. Licenciada em pintura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Margarida Tengarrinha expõe com regularidade, colectiva ou individualmente, desde 1941, encontrando-se representada no



Museu Diogo Gonçalves de Portimão.

A organização desta mostra está a cargo do departamento de cultura e desporto da Câmara de Loulé.



como um grupo de "indonésios provenientes de Timor".

"Quero apresentar ao governo e a todos os portugueses os mais sinceros agradecimentos por terem aberto as portas para podermos vir a Fátima", foram as suas primeiras palavras aos jornalistas que aguardavam a comitiva.

Aquele funcionário timorense do regime de Jacarta, que organizações independentes internacionais responsabilizam pela morte de mais de 200 mil civis em Timor-Leste, negou acusações feitas pelos opositores do regime indonésio de que a deslocação da comitiva a Portugal era suportada pela filha do presidente Suharto.

Após ter descido a plataforma para deixar a zona reservada do aeroporto e de fazer adeus aos jovens timorenses independentistas que estavam do outro lado da vitrina, começaram os insultos e vivas a Xanana Gusmão.